

**UHE BELO MONTE E AS CONCEPÇÕES  
ESPACIAIS DO CONCEITO DE ATINGIDO  
POR BARRAGEM: Uma análise a partir  
da Lagoa do Independente I  
em Altamira-PA**

**Elisa Mergulhão Estronioli**

**Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**



**Universidade Federal do Pará - UFPA**

**Programa de Pós-graduação  
em Geografia - PPGEO**

**Área de concentração: Organização  
e Gestão do Território**

**2021**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**UHE BELO MONTE E AS CONCEPÇÕES ESPACIAIS DO CONCEITO  
DE ATINGIDO POR BARRAGEM: Uma análise a partir da Lagoa do  
Independente I em Altamira-PA**

**ELISA MERGULHÃO ESTRONIOLI**

**Altamira, Pará  
2021**

**ELISA MERGULHÃO ESTRONIOLI**

**UHE BELO MONTE E AS CONCEPÇÕES ESPACIAIS DO CONCEITO DE  
ATINGIDO POR BARRAGEM: Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em  
Altamira-PA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Orientador:** Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto.

**Altamira, Pará  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

E82u Estronioli, Elisa Mergulhão.  
UHE Belo Monte e as concepções espaciais do conceito de atingido por barragem : Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA / Elisa Mergulhão Estronioli. — 2021.  
146 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

1. Belo Monte. 2. Altamira. 3. Produção do espaço. 4.  
Atingidos por barragens. I. Título.

CDD 330.12209

---

**UHE BELO MONTE E AS CONCEPÇÕES ESPACIAIS DO CONCEITO DE  
ATINGIDO POR BARRAGEM: Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em  
Altamira-PA**

Elaborado por:

**ELISA MERGULHÃO ESTRONIOLI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, na área de concentração: Organização e Gestão do Território e na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia como requisito à obtenção do título de Mestre.

**Apresentado em:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Banca Avaliadora**

---

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto  
(Orientador)

---

Prof. Dr. José Antônio Herrera  
(Avaliador interno)

---

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito do Amaral  
(Avaliador interno)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Edna Maria Ramos de Castro  
(Avaliadora externa)

**Altamira, Pará  
2021**

*Para Ruan e Jason (in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que neste ano de 2021 comemora 30 anos de organização nacional. Sem sua luta, não existiria este trabalho.

Às companheiras e companheiros do Movimento, que compreendem e valorizam a importância do estudo e da formulação teórica, em especial aquelas que tiveram sobrecarga de trabalho para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

Ao meu orientador, professor Dr. José Queiroz de Miranda Neto, cuja dedicação, interesse e paciência foram essenciais para a realização deste trabalho.

Aos professores e professoras do PPGEIO e aos membros das bancas pelas contribuições teóricas à formulação deste trabalho, em especial ao professor Dr. José Antônio Herrera por ter me incentivado a desenvolver essa pesquisa.

Aos meus colegas da primeira turma do PPGEIO em Altamira pelos aprendizados, debates e trocas. Felizmente ainda conseguimos conviver presencialmente antes da pandemia confinar cada um a seu espaço remoto.

A todos os educadores e trabalhadores da UFPA - Campus de Altamira, que contribuem para a educação pública e resistem ao desmonte em curso no Brasil.

A Jackson Dias pelo apoio cotidiano e por ter contribuído com a leitura de algumas passagens e lembrança de episódios. A nossa filha Maria, meu amor maior.

À minha mãe Magali, meu pai Giacomo e meus irmãos Giacomino e Júlia pelo respeito e apoio às minhas decisões. A Maria Mota, pelo apoio e afeto. A Piero Locatelli por ter me dado o valioso conselho de organizar a bibliografia desde o início. A minhas amigas e amigos, os de perto e os de longe, pelos momentos de leveza nesses tempos tão pesados.

Às profissionais da saúde e dos cuidados, sobretudo mulheres trabalhadoras, que estão na linha de frente do combate à pandemia.

Aos ex-moradores e moradoras da Lagoa do Independente I e a todos que generosamente me concederam entrevistas para esse trabalho. Aos que ainda vivem no local e permanecem lutando para terem seus direitos reconhecidos, em uma conjuntura ainda mais adversa que a anterior.

Aos povos de Altamira e da região do Xingu, que vêm me acolhendo nesses nove anos, em especial àqueles que seguem lutando e resistindo à destruição da vida em todas as suas dimensões.

A todos os insurgentes que se levantam para derrotar o neofascismo e forjar o amanhã.  
À classe trabalhadora, cuja força criadora move o mundo.

Muito obrigada.



*Brasil, o teu nome é Dandara  
E a tua cara é de cariri  
Não veio do céu  
Nem das mãos de Isabel  
A liberdade é um dragão no mar de Aracati*

*Salve os caboclos de julho  
Quem foi de aço nos anos de chumbo  
Brasil, chegou a vez  
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês*

(Danilo Firmino, Deivid Domênico, Mamá, Márcio Bola,  
Ronie Oliveira e Tomaz Miranda. História Pra Ninar  
Gente Grande)

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar distintas concepções de espaço que embasam o conceito de atingido por barragem - sujeitos que emergem das contradições da expansão da indústria de energia no contexto do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. O estudo é feito a partir de um caso específico, dos moradores da ocupação da Lagoa do bairro Jardim Independente I, na cidade de Altamira (PA). Eles se organizaram junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) para serem reconhecidos como atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte, em um caso que evidenciou os limites da concepção espacial utilizada no setor elétrico para definir os atingidos. O trabalho foi feito com base em dados secundários e entrevistas abertas e semiestruturadas com ex-moradores da área e outros atores desse processo. Os resultados indicam a existência de pelo menos duas perspectivas espaciais que conformam as disputas em torno do conceito de atingido: uma concepção espacial “areal”, que se relaciona à visão territorial-patrimonialista e hídrica de atingido, priorizando o aspecto físico do espaço e ocultando as relações sociais; e uma concepção espacial “humana” ou “relacional”, que considera os efeitos espaciais desses projetos de grande escala sob a lógica da totalidade, levando em conta as relações sociais na produção do espaço, incluindo as determinações de ordem política.

**Palavras Chave:** Atingidos por barragens, produção do espaço, Altamira, Hidrelétrica de Belo Monte

## ABSTRACT

This work aims to identify different conceptions of space that support the concept of being affected by dams - subjects that emerge from the contradictions within the expansion of the energy industry in the context of the development of dependent capitalism in Brazil. The research is a case study about the residents of the Lagoa occupation in the Jardim Independente 1 neighborhood, in the city of Altamira, Pará. They have been organized together with the Movement of People Affected by Dams (MAB) to be recognized as affected by the Belo Monte hydroelectric plant, in a case that highlights the limits of the spatial concept used by the electricity sector to define those affected. The research was based on secondary data and semi-structured interviews with former residents of the area and other actors involved with this process. The result of the research indicates the existence of at least two spatial perspectives that shape the disputes around the concept of the affected: an “areal conception of space”, which is related to the territorial-patrimonialist and water view of the affected, prioritizing the physical aspect of space and hiding social relations; and a “human” or “relational” conception of space, which considers the spatial effects of these large-scale projects under the logic of totality, taking into account the social relations in the production of space, including political determinations.

**Keywords:** People affected by dams, production of space, Altamira, Belo Monte hydroelectric plant

## LISTA DE SIGLAS

|             |                                                                                        |
|-------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| ADA         | Área Diretamente Afetada                                                               |
| AMBAJI      | Associação de Moradores do Bairro Jardim Independente I                                |
| ANA         | Agência Nacional de Águas                                                              |
| ANEEL       | Agência Nacional de Energia Elétrica                                                   |
| CABA        | Coordenação de Atingidos por Barragens da Amazônia                                     |
| CAHTU       | Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí                                    |
| CCBM        | Consórcio Construtor de Belo Monte                                                     |
| CIMI        | Conselho Indígena Missionário                                                          |
| CNDH        | Conselho Nacional de Direitos Humanos                                                  |
| CNPTAB      | Comissão Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens                            |
| COSALT      | Companhia de Saneamento de Altamira                                                    |
| COSANPA     | Companhia de Saneamento do Pará                                                        |
| CRAB        | Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Uruguai                           |
| CRABI       | Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu                                          |
| CRACOHX     | Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu                    |
| CPT         | Comissão Pastoral da Terra                                                             |
| CUT         | Central Única dos Trabalhadores                                                        |
| DILIC       | Diretoria de Licenciamento Ambiental                                                   |
| DNAEE       | Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica                                      |
| EIA         | Estudo de Impacto Ambiental                                                            |
| ELETOBRÁS   | Centrais Elétricas Brasileiras S.A.                                                    |
| ELETRONORTE | Centrais Elétricas do Norte do Brasil                                                  |
| ELETROSUL   | Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil                |
| FETAGRI     | Federação dos Trabalhadores na Agricultura                                             |
| FORT XINGU  | Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu |

|             |                                                                |
|-------------|----------------------------------------------------------------|
| IBAMA       | Instituto Brasileiro de Meio Ambiente                          |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| INCRA       | Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária            |
| IPEA        | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                       |
| MAB         | Movimento dos Atingidos por Barragens                          |
| MXVPS       | Movimento Xingu Vivo para Sempre                               |
| NESA        | Norte Energia S.A.                                             |
| PAC         | Programa de Aceleração do Crescimento                          |
| PBA         | Plano Básico Ambiental                                         |
| PGE         | Projetos de Grande Escala                                      |
| PIB         | Produto Interno Bruto                                          |
| PIC         | Programa Integrado de Colonização                              |
| POLAMAZÔNIA | Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia     |
| PMDB        | Partido do Movimento Democrático Brasileiro                    |
| PSDB        | Partido da Social Democracia Brasileira                        |
| PT          | Partido dos Trabalhadores                                      |
| RIMA        | Relatório de Impacto Ambiental                                 |
| RUC         | Reassentamento Urbano Coletivo                                 |
| SEPLAN      | Secretaria de Planejamento do Município de Altamira            |
| SIN         | Sistema Interligado Nacional                                   |
| SPEVEA      | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Borracha |
| STTR        | Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais             |
| SUDAM       | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia                |
| UDR         | União Democrática Ruralista                                    |
| UEPA        | Universidade do Estado do Pará                                 |
| UFPA        | Universidade Federal do Estado do Pará                         |
| UHE         | Usina Hidrelétrica                                             |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Arranjo geral de Belo Monte .....                                                                                                                                                 | 74  |
| Figura 2 - Localização da ADA Urbana em relação à Lagoa do Independente 1.....                                                                                                               | 77  |
| Figura 3 - Casas demolidas por Belo Monte no bairro Boa Esperança (Igarapé Ambé) em 25/01/2015. ....                                                                                         | 78  |
| Figura 4 - Atingidos ocupam RUC Jatobá ainda em construção em 04/03/2014.....                                                                                                                | 81  |
| Figura 5 - Manifestantes bloqueiam rodovia Ernesto Acioly, em Altamira, em 11/05/2015.....                                                                                                   | 82  |
| Figura 6 - Casas de palafita na rua Profª Beliza de Castro, bairro Independente II, Altamira (25/10/2015) .....                                                                              | 84  |
| Figura 7 - Localização das áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) .....                                                                                                               | 87  |
| Figura 8 - Ocupação irregular em área alagadiça do bairro Sudam II (31/03/2015) .....                                                                                                        | 91  |
| Figura 9 - Localização da Lagoa do Independente 1.....                                                                                                                                       | 92  |
| Figura 10 - Evolução da ocupação da Lagoa do Independente 1.....                                                                                                                             | 93  |
| Figura 11 - Tropa de choque da polícia militar na reintegração de posse do bairro Independente III e ocupação do Residencial Ilha do Arapujá (maio de 2015) .....                            | 94  |
| Figura 12 - Registros fotográficos da Lagoa do Independente I (maio de 2016 a junho de 2018).....                                                                                            | 102 |
| Figura 13 - Localização das lagoas dos bairros Independente I e Independente II em Altamira (PA).....                                                                                        | 105 |
| Figura 14 - Registros fotográficos da Lagoa do Independente I (maio de 2016) .....                                                                                                           | 110 |
| Figura 15 - Registros fotográficos do acampamento em frente à Norte Energia (fevereiro de 2017) .....                                                                                        | 115 |
| Figura 16 - Audiência em que o Ibama anunciou o reconhecimento das famílias da Lagoa do Independente como atingidas por Belo Monte, no Centro de Convenções de Altamira (13/03/2018).....    | 119 |
| Figura 17 - Casas caindo no interior da Lagoa do Independente I (maio e junho de 2018).....                                                                                                  | 122 |
| Figura 18 - Duas cenas da ocupação do Ibama: cozinha coletiva e jogo de dominó, uma das formas mais comuns de entretenimento masculino nessas atividades (julho de 2018) .....               | 123 |
| Figura 19 - Mobilização na prefeitura de Altamira e assinatura do termo de compromisso pelo prefeito Domingos Juvenil e superintendentes da Norte Energia (10 e 17 de outubro de 2018) ..... | 125 |
| Figura 20 - Demolição de casas na Lagoa do Independente I (16 de maio de 2019) .....                                                                                                         | 126 |
| Figura 21 - Imagens da Lagoa após retirada das famílias e demolição das casas, com uma edificação nova (15 a 17 de outubro de 2019).....                                                     | 127 |

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 - Critérios de elegibilidade para os atingidos da ADA urbana.....                                             | 78  |
| Quadro 2 - Negociações com os atingidos da área urbana.....                                                            | 85  |
| Quadro 3 - Quantidade de unidades habitacionais nos RUC .....                                                          | 86  |
| Quadro 4 - Distância entre local de origem e destino da população atingida com relação à área central de altamira..... | 87  |
| Quadro 5 - Tratamento dado pela Norte Energia às famílias das palafitas da lagoa do Independente I .....               | 126 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                           |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                   | <b>12</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS .....</b>                                      | <b>20</b>  |
| 1.1 Desenvolvimento capitalista e a indústria de energia no Brasil .....                                                  | 22         |
| 1.2 Conceitos de atingido por barragem e concepções espaciais subjacentes .....                                           | 35         |
| <b>CAPÍTULO 2 BELO MONTE E OS ATINGIDOS NA CIDADE DE ALTAMIRA.....</b>                                                    | <b>53</b>  |
| 2.1 Projetos de grande escala e a produção do espaço urbano na Amazônia .....                                             | 55         |
| 2.2 Altamira e seus processos espaciais antes de Belo Monte.....                                                          | 57         |
| 2.3 Belo Monte, a reestruturação da cidade de Altamira e os atingidos no espaço urbano ..                                 | 68         |
| <b>CAPÍTULO 3 A LUTA DOS MORADORES DA LAGOA DO INDEPENDENTE I PELO RECONHECIMENTO COMO ATINGIDOS POR BELO MONTE .....</b> | <b>97</b>  |
| 3.1 Ocupação da área da Lagoa do Jardim Independente I e seu processo de favelização ..                                   | 98         |
| 3.2 Organização e luta dos atingidos da Lagoa do Independente 1 .....                                                     | 105        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                     | <b>130</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                   | <b>136</b> |

# **INTRODUÇÃO**

---

A principal forma de produção de eletricidade no Brasil (ainda) é por via de hidrelétricas, que impõem algum grau de barramento de um curso d'água. Esses objetos, mesmo quando pequenos, mas principalmente quando grandes e tecnicamente complexos, causam mudanças profundas nos lugares onde se instalam.

Tais projetos de grande escala (RIBEIRO, 1987) relevam e acirram contradições próprias do modo de produção capitalista em determinadas formações socioespaciais, fazendo emergir sujeitos e grupos em luta. Desse movimento da realidade, surgem os atingidos e atingidas por barragens.

Este trabalho tem por objetivo analisar diferentes concepções espaciais que embasam o conceito de atingido por barragem, evidenciando seu caráter de disputa política. Essa disputa se dá no *front* entre as empresas concessionárias das hidrelétricas, o aparato estatal que lhes dá suporte e os próprios atingidos. Numa escala superior, no entanto, integra o processo mais geral de luta de classes no momento de expansão do capitalismo periférico, em que se recorre simultaneamente à acumulação pela exploração e por espoliação (HARVEY, 2004).

Ao conceito de atingido por barragem elaborado e consolidado no setor elétrico corresponde uma certa concepção de espaço. Trata-se de uma concepção areal, do espaço absoluto, adequada à acumulação do capital no momento em que o capitalismo se reproduz produzindo o espaço. Essa concepção desconsidera o aspecto relacional do espaço, oculta o processo histórico e invisibiliza as relações socioespaciais. Já os atingidos, em sua luta, ao



buscarem ampliar o conceito de atingido para garantir direitos, questionam os limites dessa concepção espacial e se aproximam mais de uma concepção relacional ou humana do espaço.

O lócus empírico deste trabalho é uma ocupação no bairro Jardim Independente I, na cidade de Altamira-PA, chamada de *Lagoa do Independente I*. Trata-se de uma área alagadiça no perímetro urbano, que foi sendo ocupada como local de moradia, tanto em suas bordas aterradas quanto no interior, com edificações sobre palafitas.

A localidade, que chegou a ser habitada por 968 famílias<sup>1</sup>, não constava no perímetro destinado à alagação (e à remoção da população) pela construção da hidrelétrica de Belo Monte. Seus moradores, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), empreenderam um processo de luta pelo reconhecimento como atingidos pela hidrelétrica. Quando conseguiram, o critério utilizado pelo Ibama foi diferente do adotado para as demais famílias atingidas em outras localidades urbanas (e mesmo na área rural) de Altamira.

No lugar de considerá-los atingidos pela inundação proveniente do barramento do rio, o órgão assim os considerou porque os processos decorrentes da instalação de Belo Monte, ao influenciarem o mercado imobiliário, provocaram um aumento expressivo do preço da terra urbana, levando famílias pobres a ocuparem a área alagadiça do bairro Independente I. Assim, foi evocada uma justificativa completamente diferente dos demais atingidos por Belo Monte, cujo critério era o perímetro de alagação definido pela cota. A luta dos moradores do Independente I contribui, assim, para questionar o conceito de atingido até então utilizado e mostrar os limites da concepção areal do espaço que embasa este conceito.

O reconhecimento dos atingidos do Independente I consolidou-se no campo da política, tendo *por baixo* a pressão dos atingidos e *por cima* um arranjo institucional de mesa de negociações que envolveu diversos agentes públicos em busca de uma solução que não poderia dar-se no campo estrito da técnica. Essa solução evidenciou que o conceito de atingido é sobretudo político, fruto de disputas, como afirma Vainer (2003).

O caso aqui exposto foi escolhido por suas especificidades para mostrar os limites da concepção espacial subjacente ao conceito de atingido adotado pelo setor elétrico. Existe considerável literatura que estuda o atingido por barragem como ser conformado por relações tradicionais com o rio, a terra e a natureza e cujo modo de vida é destruído pela imposição de um objeto alienígena: a hidrelétrica, que impõe diferentes relações de produção e reprodução socioespacial.

---

<sup>1</sup> Segundo cadastro socioeconômico realizado pela Norte Energia, concessionária da hidrelétrica de Belo Monte, em 2017.

Aqui, no entanto, a opção é estudar um caso em que a usina hidrelétrica produz sujeitos atingidos ao incidir sobre a estrutura e processos urbanos, considerando as especificidades da formação do urbano na Amazônia, em que o “tradicional” e o “moderno” não possuem fronteiras nítidas, mas estão em relação dialética de permanente imbricação e ressignificação.

Não se evidencia o momento em que os atingidos resistem à hidrelétrica em uma luta contra um processo de espoliação e pela preservação de suas relações socioespaciais como eram. No caso em estudo, o atingido já se encontra espoliado em face de um processo de transformações socioespaciais desencadeados ou intensificados pela hidrelétrica no espaço urbano. Ele mora sobre o alagado e vive a contradição entre a riqueza da barragem e sua miséria. É o momento, então, em que os atingidos lutam por seu direito a uma mínima parte da mais-valia social, que se realiza em uma “moradia digna”, ou o direito a melhorar de vida. Não lutam para permanecer, mas para sair.

A hipótese é que, com o reconhecimento das famílias da Lagoa como atingidas e sua posterior remoção, ocorre uma mudança no conceito de atingido até então empregado com relação a Belo Monte. Essa mudança evidencia os limites do conceito territorial-patrimonialista (VAINER, 2003) adotado pelo setor elétrico, que tem por base uma perspectiva areal ou tecnocrática do espaço (LEFEBVRE, 1974) e sugere a adoção de uma concepção de espaço que considera as dinâmicas sociais em sua determinação. De igual modo, evidencia que as possibilidades de avanços nesse conceito se dão essencialmente através da disputa política.

Os resultados dessa pesquisa mostram a existência de pelo menos duas perspectivas espaciais que conformam as disputas em torno do conceito de atingido: primeiro, uma “concepção espacial areal”, que se relaciona à visão territorial-patrimonialista e hídrica de atingido (VAINER, 2003), priorizando o aspecto físico do espaço e ocultando as relações sociais. É a concepção das empresas do setor elétrico, mas não exclusiva a ele, uma vez que, por seu caráter hegemônico, é adequada para a expansão do capital. Resistir a essa concepção, é portanto, é atuar no contexto da luta de classes. Nesse sentido, os atingidos por barragens, em sua práxis, se aproximam de uma outra concepção espacial, humana ou relacional, que permite colocar a primazia sobre as relações humanas e tende à compreensão do espaço como totalidade, historicizando-o.

Antes de falar especificamente sobre o conceito de atingido por barragem e sobre a concepção ou conceito de espaço, é necessário destacar de que forma se entende a construção

de conceitos. Sobre isso, Lencioni (2008) faz sete observações que contribuem para balizar a discussão:

1. a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real;
2. o conceito é uma forma de reflexo dos objetos;
3. os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos;
4. não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real;
5. o conceito existe em movimento;
6. o conceito se encontra sempre, em nexos, em relação com outros conceitos;
7. o conceito não existe sem uma definição. (LENCIONI, 2008)

Destaca-se que, ao buscar o que é essencial no real, o conceito guarda, necessariamente, uma certa dose de generalização; além disso, existe em movimento: ele muda no tempo e no espaço, a ponto de alguns autores preferirem a palavra “noção” a conceito. Neste trabalho, utiliza-se indistintamente *conceito*, *noção* e *concepção*.

Marcelo Lopes de Souza (2013) lembra que as ciências sociais não se fazem de termos “técnicos” como as ciências naturais. Os termos das ciências humanas são palavras do uso cotidiano, a partir das quais se constroem “conceituações” no campo da práxis – relacionando a dimensão empírica e teórica.

No entanto, é possível questionar também até que ponto termos tidos como “técnicos” e oriundos das ciências naturais não respondem, também, a necessidades e interesses políticos, econômicos e sociais.

Gonçalves Jr. (2007), por exemplo, problematiza a noção de *energia* corrente nos marcos de um “pensamento hegemônico”, que a define como algo “objetivo, natural e a-histórico”. Segundo o autor, a utilização do método correto de análise permite desvendar que trata-se de um conceito social e historicamente formulado, cuja importância guarda relação com as necessidades de aumento da produtividade do trabalho nos marcos da consolidação do capitalismo, de modo possibilitar a acumulação de capital. O mesmo raciocínio que Gonçalves Jr. faz com o conceito de energia pode ser feito com o conceito de espaço, como os geógrafos da tradição da chamada Geografia Crítica.

Haesbaert (2018), por sua vez, lembra que o conceito nunca é uma simples representação do real. O conceito formulado é, de certa forma, a “(re)apresentação” de um problema.

Ao mesmo tempo que tenta expressar ou condensar um fenômeno, de alguma forma, ainda que implícita, justamente por nunca se confundir com um fenômeno ou problema, também ajuda a (re)cria-lo, a propô-lo sobre novas bases (HAESBAERT, 2018, p. 26).

Esse raciocínio mostra o movimento dialético de formação dos conceitos. Dessas reflexões, reforçamos que conceito não é algo acabado, bem delimitado e também não se confunde com o real. É um convite à problematização, está em permanente transformação. Além de mudar no tempo e no espaço, muda também de acordo com a visão de mundo, ou melhor, muda ao sabor dos múltiplos interesses em jogo. Assim se passa com o conceito de atingido por barragem: ele está em permanente disputa.

Conceito em disputa, a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa." (VAINER, 2003)

Em sentido semelhante, Bourdieu afirma que as “classificações” que as ciências sociais são obrigadas a fazer para conhecer a realidade estão “sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais” (BOURDIEU, 1998, p. 112). Assim, critérios supostamente técnicos, como o conceito de atingido, por exemplo, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento. Para este autor, é no campo da disputa pelo poder simbólico que se dá uma “luta de classificações”, cujos resultados se dão mais em função da força de cada grupo do que de um suposto conteúdo de “verdade”.

No entanto, o campo do simbólico não se sobressai a ponto de quase separar-se do real, de modo que a “verdade” deixe de ter relevância, ou mesmo de existir. Para o método materialista, o real e a verdade existem, independentes do pensamento, sendo os conceitos formas de aproximar-se desse real. O conceito, nesse sentido, por sua dialética interna, tende ao real ou, como diria Lefebvre (1983), tende à “ideia completa da coisa, o saber absoluto”, mesmo sem chegar a sê-lo.

Assim, é sobretudo na luta concreta dos grupos organizados, neste caso, opondo os atingidos de um lado e as empresas do setor elétrico de outro, que ocorre a criação e a recriação do conceito de atingido e a confrontação de diferentes concepções espaciais. Esses dois aspectos, o simbólico e o concreto ou o teórico e o prático, se são separáveis no exercício da análise, não o são na prática, compondo um mesmo processo da realidade em constante conflito. Para Lefebvre (1983) atividade prática é um "momento" do conceito: "O conceito tem como 'finalidade' e verdade suprema a prática, a ação" (LEFEBRE, 1983, p. 223).

O método adequado aos objetivos dessa pesquisa é a dialética marxista, também chamado método materialista histórico-dialético, que permite conceber a realidade em constante mudança, em um movimento contraditório de transformação. Segundo Santos (2015, p. 2015, p. 169), “o método dialético é adequado para um contexto onde múltiplas forças externas e internas; passadas e presentes; políticas, econômicas e sociais, enfrentam-se constantemente”.

Esse método requer um exercício de buscar a totalidade e as múltiplas determinações dos acontecimentos, tentando identificar as principais e suas relações com as demais. Não existe, portanto, "uma" causa para os fenômenos em uma relação de simples causa e efeito. Exige-se que os fenômenos sejam analisados em suas múltiplas determinações, buscando o que é mais essencial, deixando de lado, ao menos momentaneamente, o que é menos (LEFEBVRE, 1983, p. 198-199).

Com relação à práxis humana, compreende-a perpassada pela luta de classes, motor da história (MARX, 2015) e fonte de conflitos antagônicos que interferem nos demais aspectos da existência social.

O exercício de conceituação, parte necessária à produção do conhecimento, precisa levar em conta a realidade concreta, conformada pelas relações capitalistas de produção, não como determinação economicista, mas pressupondo a hegemonia política de uma classe, como lembra Lefebvre (2013). Nos marcos da sociedade cindida em classes sociais, a produção do conhecimento precisa levar em consideração que tudo que não contribui para a transformação da realidade, contribui necessariamente para a manutenção do *status quo*. A produção de conceitos também está sujeita a essa lógica.

Quanto à metodologia, a pesquisa parte de três fontes principais: uma é o exame de documentos oficiais relativos ao processo de licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Projeto Básico Ambiental (PBA), onde consta o conceito de atingido utilizado e os tratamentos previstos, bem como os relatórios da Norte Energia e os pareceres e despachos do IBAMA, em especial aqueles sobre caso da Lagoa do Independente I.

Uma segunda fonte consiste em entrevistas com sujeitos desse processo, em especial com (ex) moradores da Lagoa do Independente 1, como forma de acrescentar mais informações sobre o tema para além do que pode ser obtido na consulta às fontes anteriores. Além de ex-moradores, entrevistei também a ex-presidente do Ibama à época dos fatos, Suely Araújo, personagem-chave nesse processo e que permitiu revelar os aspectos relacionados à

negociação pelo reconhecimento dos atingidos. Entrevistei também Gilson Oliveira, integrante da família dos Oliveira, cujas memórias familiares contribuíram para remontar o período de formação do bairro e da Lagoa do Independente I.

Uma terceira fonte tem por base meu próprio testemunho desse processo como integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Boa parte dessa experiência está documentada em notícias veiculadas no site do MAB e no arquivo fotográfico do Movimento, o que facilita o trabalho da memória. Parte significativa desse material foi produzida por mim mesma como integrante do Coletivo de Comunicação do MAB, mas não exclusivamente, contando também com registros de outros integrantes do Movimento, bem como (principalmente no caso de fotos e vídeos) registros feitos pelos próprios moradores da Lagoa que compõem o arquivo fotográfico do Movimento.

A revisão bibliográfica feita para este trabalho teve o objetivo de apreender a noção de produção do espaço, fundamental para compreender os processos estudados. Recorreu-se também à literatura sobre o urbano na Amazônia, com a preocupação de articular os eventos ocorridos nesta região com a dinâmica do modo de produção capitalista em escala nacional e global. Compõem a bibliografia, também, leituras específicas sobre a cidade de Altamira e a hidrelétrica de Belo Monte.

# **CAPÍTULO 1**

## **A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

---

**E**ste primeiro capítulo é composto de um breve resgate sobre a formação da indústria de eletricidade no Brasil, cuja história e transformações estão profundamente vinculadas com o desenvolvimento do capitalismo dependente. Seguindo a periodização utilizada por GONÇALVES Jr. (2007) e CERVINSKI (2019), é possível evidenciar três grandes fases nessa história: a) um momento inicial de implantação dessa indústria, na fase do capitalismo competitivo (FERNANDES, 2019) sob predomínio das relações mercantis; b) a segunda fase, marcada pelo processo de estatização e expansão do sistema no contexto da industrialização do Brasil; e c) a fase do neoliberalismo após a década de 1990, com o retorno do modelo de mercado.

Nas três fases em questão, a energia proveniente de fonte hídrica sempre teve um papel preponderante, o que determina formas específicas para essa produção e desencadeia processos peculiares. Das contradições relativas à produção e organização do espaço referentes à implantação das hidrelétricas, surgem os atingidos por barragens, que se organizam para lutar por direitos. O conceito de atingido por barragem é forjado nessa luta entre, de um lado, o setor elétrico<sup>2</sup> e, de outro, os próprios atingidos e suas organizações. A concepção de atingido elaborada pelo setor elétrico é portadora de uma determinada concepção espacial, que enfatiza o caráter absoluto do espaço e oculta as relações sociais. Os

---

<sup>2</sup> O termo “indústria de eletricidade” refere-se à cadeia de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, ou seja, ao setor produtivo diretamente ligado à mercadoria eletricidade, independentemente de sua natureza pública ou privada. O termo “setor elétrico” refere-se à indústria de eletricidade e aos órgãos públicos ou representantes de classe empresarial ligados ao planejamento, implantação e regulação das atividades dessa indústria, incluindo por exemplo: Ministério de Minas e Energia, Operador Nacional do Sistema, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, Agência Nacional de Energia Elétrica etc.



atingidos, ao se organizarem enquanto sujeitos em luta, entram em choque com essa concepção e se aproximam de uma concepção que privilegia o espaço em sua dimensão relacional. Essa luta é compreendida como expressão particular da luta de classes geral na sociedade.

### **1.1 Desenvolvimento capitalista e a indústria de energia no Brasil**

As transformações na indústria de eletricidade no Brasil estão organicamente ligadas ao próprio desenvolvimento capitalista. Essa indústria e as políticas adotadas em cada período evidenciam também características do momento do capitalismo no Brasil e no mundo. Assim, é possível distinguir três fases no desenvolvimento dessa indústria no Brasil.

#### *a) Consolidação da indústria de eletricidade sob o modelo monopolista*

No contexto da segunda revolução industrial, ocorreu a integração do Brasil, bem como de mais países da América Latina, ao mercado capitalista mundial. Tratou-se de um período de transição do modelo colonial e escravista para o capitalismo em sua fase competitiva (FERNANDES, 2020). Embora a América Latina tenha um papel relevante na formação do capitalismo, apenas nessa época sua articulação com essa economia se realiza plenamente, uma vez que a divisão internacional do trabalho tem relação com o desenvolvimento da grande indústria nos países centrais (MARINI, 2017).

Se na fase anterior a integração era sobretudo através do mercado externo, nesta fase os países centrais necessitam aprimorar seus mecanismos de dominação, dada a concorrência intercapitalista e a possibilidade histórica das "nações emergentes" desenvolverem-se autonomamente. Se antes os países centrais exportavam primordialmente mercadorias e capitais, agora passam a exportar o próprio desenvolvimento capitalista para os países da periferia (FERNANDES, 2020).

A indústria de eletricidade no Brasil surgiu neste contexto, a partir da necessidade de expansão da indústria elétrica dos países centrais, que buscava novos mercados mundiais. Trata-se do desenvolvimento capitalista que Florestan Fernandes (2019) chama de "capitalismo competitivo". Ironicamente, a indústria elétrica surge justamente nesse contexto, mas já caracterizada desde o início por relações monopolistas, que vão se generalizar para outros setores produtivos apenas décadas depois.

A geração de energia elétrica no Brasil, nesse período, era caracterizada pela existência de “sistemas técnicos independentes, chamados a atender as necessidades locais” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 69). Mesmo do ponto de vista da matriz, não havia um padrão, a energia hidráulica sendo predominante nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais (precursor nesse tipo de geração), Espírito Santo, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina, enquanto nos outros estados predominavam fontes de energia térmica (SANTOS e SILVEIRA, 2002). Desde os primórdios, no entanto, a energia hidrelétrica teve um peso importante na matriz brasileira, correspondendo em a 85% da geração já em 1905 (GONÇALVES JR, 2007, p. 188).

Nesse período pré-industrialização, a energia era um bem de consumo, majoritariamente para iluminação pública urbana e o Estado não intervinha praticamente em nenhuma parte do processo (GONÇALVES JR, 2007; CERVINSKI, 2019).

Essa primeira fase foi marcada pela hegemonia de dois grupos privados transnacionais, a Light (canadense) e a AMFORP (estadunidense), que chegam ao país, respectivamente em 1899 e 1924. Essas duas empresas competiam pelo mercado no Brasil<sup>3</sup>. Não se tratava somente de uma disputa relativa à produção e à distribuição de energia, mas tinha consequências mais amplas, relacionada à disputa por mercados para equipamentos e bens de consumo (GONÇALVES JR, 2007). Em suma, nesse período a organização da indústria elétrica no Brasil atendia aos interesses dos grandes trustes e cartéis que controlavam a energia mundialmente.

As empresas tinham grande liberdade para determinar o preço com o qual iam vender a mercadoria energia elétrica nos contratos com o poder público e vinculavam os preços ao mercado internacional. Embora a principal fonte geradora fosse hídrica, o preço geral era determinado pela produção térmica, de maior custo de produção. Como afirma Gonçalves Jr. (2007, p. 188), “desse modo, como o custo de produção da hidrelétrica é menor que o custo de produção térmica, obtinham, na venda da mercadoria eletricidade, além do lucro médio, o lucro suplementar”.

---

<sup>3</sup> Inicialmente, o mercado no Brasil era dominado pela Light, que atuava nos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo). Dados os limites para a interconexão desse sistema, no interior predominavam empresas pequenas ou a energia era fornecida pelas próprias prefeituras, em alguns locais hidrelétrica, mas em geral térmica. A existência dessa estrutura de produção de energia com um grande número de pequenos agentes operando de forma isolada na geração e distribuição de energia criou um ambiente atrativo para a chegada de uma nova transnacional, a American Foreign Power (AMFORP) braço da estadunidense Bond & Share voltado para fora dos EUA. Formada no início do século XX, em 1905, foi incorporada pela General Electric. Essa empresa procedeu à compra das empresas do interior de SP e posteriormente avançou para outras capitais, como Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba e Vitória. Mais informações sobre o assunto em GONÇALVES JR., 2007.

No plano interno, o Brasil começa a tornar-se mais integrado, a partir da produção cafeeira no Estado de São Paulo, que proporciona a integração econômica em uma grande região no centro-sul do país. Se antes no mundo urbano predominava um modelo de “arquipélago” (SANTOS, 2005), em que cada subespaço tinha uma lógica própria comandada pela relação com o mundo exterior, a partir desse momento o desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação passavam a propiciar uma integração progressiva do território.

Do ponto de vista político, o bloco no poder era hegemônico pelas oligarquias agroexportadoras, em especial a cafeeira paulista. A atividade agroexportadora não tinha necessidade da eletricidade como um bem de produção (GONÇALVES JR, 2007), não entrando, portanto, em conflito com o modelo mercantil praticado pelas transnacionais dessa indústria.

Esse equilíbrio foi sendo quebrado conforme começaram a surgir novos grupos empresariais industriais e, junto a esses, as classes trabalhadoras dos centros urbanos e setores médios mais diversificados. A ruptura política de 1930 foi a expressão desse movimento, que proporcionou um salto no desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir daí, foram criadas as condições para mudanças estruturais na política energética e industrial brasileiras.

A participação popular foi essencial para essa mudança que possibilitou avançar no desenvolvimento capitalista, o que significou afastar, em certa medida, os interesses da burguesia cafeeira e dos países centrais (BOITO, 2012). A partir desse momento, o processo de industrialização<sup>4</sup> ganhou um novo impulso e se ampliou, ultrapassando a escala regional e alcançando a escala do país (SANTOS, 2005), embora de maneira desigual e aprofundando relações de dependência entre um sul industrializado e um norte pouco industrializado e dependente econômica e politicamente.

#### *b) Estatização da eletricidade como requisito para o desenvolvimento industrial*

Desde seu surgimento nos países centrais, a energia elétrica é um insumo fundamental para o aumento da produtividade no capitalismo, possibilitando o aumento da

---

<sup>4</sup> Tomamos aqui industrialização em sentido amplo, como descreve Milton Santos (2005, p. 27): “o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo complexo, que inclui tanto a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamentos do território para torna-lo integrado, como a expansão do consumo de formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização.”

extração de mais-valia relativa (GONÇALVES JR, 2007). Por isso, o fornecimento de energia barata e com segurança é um requisito para o desenvolvimento industrial.

Do ponto de vista mundial, conforme o capitalismo se desenvolve e passa a subordinar todas as lógicas de organização do espaço, impõe-se a necessidade da atuação do Estado, em especial em áreas consideradas estratégicas e com longo tempo de rotação do capital, como transportes, comunicações, a energia e demais ramos da indústria de base (HARVEY, 2005). No caso da energia elétrica, embora o consumo seja simultâneo à produção, ou seja, não se perde tempo com a circulação (GONÇALVES JR, 2007), trata-se de um setor intensivo em capital fixo e que por isso possui tempo de rotação do capital elevado.

No Brasil, se antes a indústria de eletricidade tinha por base um modelo de produção descentralizada, a partir de determinado momento a decisão foi construir um sistema interligado que permitisse, simultaneamente, a construção de grandes hidrelétricas em regiões distantes dos maiores centros consumidores e o atendimento à necessidade de crescente urbanização e industrialização do país. O Estado teve atuação chave para viabilizar esse tipo de infraestrutura.

A atuação direta do Estado na economia capitalista sempre enseja contradições entre as diversas frações da classe dominante e entre essas e as classes subalternas. Por isso, foram décadas de disputa até que se consolidasse a estatização da indústria de energia.

Embora o quadro internacional tenha importância, essa expansão do capitalismo se deu muito mais como resultado do processo interno da luta de classes que imediatamente derivado da situação internacional (OLIVEIRA, 2013). As classes burguesas industriais tornam-se hegemônicas, embora sem empreender uma ruptura com a classe dos proprietários rurais, que continuam fazendo parte da classe dominante e participando ativamente dos ganhos do processo de acumulação capitalista (OLIVEIRA, 2013). Já as classes populares, alijadas do bloco no poder, foram determinantes para o impulsionamento do próprio desenvolvimento capitalista, dando suporte para políticas econômicas que favoreceram a industrialização, enquanto, frequentemente, a própria burguesia em tese interessada se opôs a essas mudanças (BOITO, 2012).

Um marco importante no início desse processo foi o Código de Águas de 1934<sup>5</sup>, que determinou que os cursos d'água em território nacional passariam a ser patrimônio da União,

---

<sup>5</sup> “Em 10/07/1934 – Decreto 24.643, instituiu O Código de Águas (...) esta norma jurídica: incorporou ao patrimônio da União a propriedade das quedas d'água, separando-as das terras em que se encontram; atribuiu à União a competência de outorga ou concessão para aproveitamento de energia elétrica; resguardou os direitos daqueles que já exploravam potenciais hidráulicos para exploração de energia elétrica; adotou o regime de monopólio da exploração dos serviços de eletricidade, mediante a instituição de concessão a ser outorgada por

desvinculados das propriedades privadas da terra. Ao regulamentar a propriedade e o uso da água em território nacional, o novo código representou o início de uma movimentação para permitir uma ação cada vez maior do Estado no setor, além de criar as bases para sua nacionalização.

Em especial durante seu segundo governo, quando foi eleito em 1950, Getúlio Vargas mobilizou o apoio popular de que gozava para fazer frente à força de frações da burguesia mais comprometidas com o capital monopolista. Foi nesse contexto que levou a cabo a proposta de criação da Petrobrás, fruto de um grande movimento popular e de espectro político diverso, que possibilitou a exploração de petróleo sob monopólio estatal. Embora não tenha conseguido impor o mesmo modelo à energia elétrica, implantou infraestrutura e deu suporte financeiro para tornar a geração de energia progressivamente mais nacionalizada. Durante esse período, o consumo nacional de energia elétrica passou de 5.800 MW para 8.300 MW (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 402).

Nesse contexto de progressiva e turbulenta estatização da indústria de eletricidade, deu-se a instituição de um novo regime de preços, que regulava a tarifa de energia, tendo por base o custo de produção, mais uma taxa de lucro médio. Essa política, radicalmente diferente da anterior, que tinha por referência os preços internacionais da mercadoria eletricidade, possibilitou uma diminuição real no preço da energia, permitindo transferência de valor à burguesia industrial, compradora da eletricidade como insumo produtivo (GONÇALVES JR, 2007).

Evidentemente, as empresas transnacionais reagiram, diminuindo seus investimentos e aumentando a intensidade na utilização das instalações, o que provocou piora na qualidade no serviço e inúmeros apagões. Para completar esse período de instabilidade, houve também uma série de ofensivas no âmbito legislativo e judicial, no contexto de escassez da produção de energia concomitante ao acelerado processo de industrialização e urbanização brasileiras (GONÇALVES JR, 2007).

Em meio a diversas crises e racionamentos nas décadas de 1940 e 1950, começaram a surgir empresas estaduais e federais de eletricidade que representaram uma progressiva ampliação da atuação do Estado. Quando surgiu a Eletrobrás, nos anos 1960, elas passam a ser suas subsidiárias.

---

decreto do Presidente da República; subordinou a fiscalização ao Poder Concedente; instituiu os princípios do “serviço pelo custo” e do “lucro limitado e assegurado”; e, também, deu início à nacionalização dos serviços, restringindo sua concessão a brasileiros ou empresas organizadas no país.” (GONÇALVES JR, 2007, p. 194)

Esse período de crescimento econômico e industrialização teve seu ápice nos anos 50. Essa fase é descrita por Florestan Fernandes (2020) como um processo de transição da antiga forma de capitalismo competitivo para a irrupção do capitalismo em sua fase monopolista, que se consolidou no Brasil após o golpe militar de 1964.

Nessa nova fase, a presença do capital estrangeiro no Brasil passava a ser cada vez maior e mais capilarizada por toda indústria, em especial quando se conformaram governos mais alinhados com o capital estrangeiro. A entrada das empresas transnacionais nos setores de bens de consumo duráveis, como automobilístico, eletroeletrônicos e outros, atendia aos seus interesses de ampliação das taxas de lucro, permitindo ao mesmo tempo exportar tecnologia obsoleta de sua matriz (que aqui significavam importação de equipamentos para a formação deste parque industrial) e utilizar a força de trabalho superexplorada (MARINI, 2017) da periferia do capitalismo. Essa fórmula permitiu a formação de "uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos de trabalho" (OLIVEIRA, 2013, p. 67).

Esse processo vertiginoso de industrialização e urbanização do Brasil impôs desafios específicos à indústria da eletricidade. Com o aumento da demanda, surgiu a necessidade de ampliar a geração através da construção de grandes hidrelétricas, cada vez mais longe dos grandes centros urbanos. Isso implicou a instalação de um longo sistema de transmissão, um complexo de subestações e distribuição para as unidades consumidoras que criavam um cenário em que a iniciativa privada e estrangeira – agora diversificada em outros setores de produção, não viam mais como atrativo. Ou seja, na antiga batalha entre um modelo centrado no controle estatal versus a iniciativa privada, pode-se dizer que o primeiro venceu, mas por W.O.

É dentro deste quadro de produção, em que as escalas requeridas pelos novos empreendimentos – de geração, transmissão e distribuição – para dar conta da demanda estabelecida não se mostram mais atrativos à iniciativa privada, frente à demanda de capital fixo e, principalmente, pelo longo período de rotação do capital das novas instalações. Por isso, o processo de mudança de organização da produção de eletricidade, por essa época, longe de representar uma mudança de concepção em termos da propriedade destes serviços – se iniciativa privada ou estatal – o que estava em jogo eram as necessidades impostas por outros setores da produção. Isto requeria a expansão da produção de eletricidade em patamares que não se mostravam viável a organização de sua produção sob a responsabilidade da iniciativa privada. Portanto, a permanência deste serviço nas mãos de investidores privados passa a ser um obstáculo ao novo processo de expansão da produção capitalista, na qual, a indústria elétrica era um dos elementos centrais para a viabilização deste novo ciclo. (GONÇALVES JR, 2007, p. 2013).

Ressalta-se ainda que a atuação do Estado possui autonomia relativa, favorecendo os interesses privados da classe dominante (FERNANDES, 2020). Em um processo sempre contraditório, a industrialização do Brasil não se constituiu de forma autônoma, independente, mas já na posição de país dependente e dependendo das divisas propiciadas pela “velha economia exportadora” (MARINI, 2020, FERNANDES. 2020).

Em 1962, após quase uma década de tramitação no Congresso Nacional, foi criada a Eletrobrás. A estatal do setor permitiria sanar a crise de abastecimento e garantir o fornecimento de energia para a industrialização do país. Dessa forma, consolidou-se um processo de mudança estrutural em que a energia, antes uma simples mercadoria com o preço estabelecido pelas transnacionais que oligopolizavam o setor, passava a ser considerada um *bem de produção* (GONÇALVES, 2007) cuja política de preços possibilita transferência de valor para o setor industrial. A estatal passou a ser uma empresa centralizada com subsidiárias atuando em diversas partes do país, como a Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte.

Criou-se um arranjo em que o Estado era a espinha dorsal do processo, cabendo-lhe planejar, garantir o financiamento e operar o sistema. A partir daí, desenvolveu-se uma robusta cadeia produtiva com participação direta do setor privado, com a presença do capital nacional, sobretudo na construção civil e consultoria, e do capital transnacional, em pesquisa e consultoria<sup>6</sup>, nos equipamentos e turbinas. A atuação do Estado se concentrava nos segmentos que exigiam maior investimento e cuja rotação do capital era mais longa, propiciando uma dupla vantagem ao capital privado: este estava liberado para investir em áreas mais lucrativas e tinha no próprio Estado um importante cliente para seus bens e serviços (GONÇALVES, 2007).

Na década de 70, o período de crescimento do capitalismo mundial começava a dar sinais de esgotamento. Esse contexto impactou a indústria de energia, de forma a provocar mudanças estruturais nesse setor. Uma das consequências foi a mudança no padrão de financiamento, que passaria a ser predominantemente internacional, atendendo a um grande volume de capitais estrangeiros que não conseguiam mais manter suas taxas de lucro nos países de origem. À exceção de Itaipu, onde foi utilizada uma engenharia financeira que atrelava os custos do empreendimento ao lucro com a venda da energia a longo prazo, nas demais usinas os empréstimos estrangeiros levaram a uma crise de endividamento (MAGGI apud CERVINSKI, 2019).

---

<sup>6</sup> Vide o papel da Canadian American Brazilian - Canambra, responsável pela realização de estudos e inventários no período.

Esse endividamento no setor de energia não foi exceção, mas a regra da política industrial brasileira, cuja opção foi o financiamento com recursos externos, o que favoreceu o endividamento, fortaleceu as relações de dependência e minou possibilidades de desenvolvimento industrial autônomo (MARINI, 2020).

A década de 70 marcou também a virada para o Brasil urbanizado em termos de população absoluta, pois foi nessa década que a população urbana ultrapassou efetivamente a população rural, um processo que iniciou nos anos 40 e ganhou fôlego nas décadas seguintes. Esse período também foi marcado por uma grande expansão na geração de energia hidrelétrica, devido às necessidades da industrialização acelerada no Sudeste e Sul. Além do potencial hidráulico brasileiro, essa opção foi facilitada pela crise do petróleo, que foi decisiva para incentivar fontes independentes dos combustíveis fósseis (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 71).

Distante do sul industrializado, a Amazônia foi a última região a obter as condições para a produção de energia hidrelétrica, mas nessa fase tornou-se local estratégico para esse tipo de aproveitamento. Nesse período, foram construídas as primeiras hidrelétricas nessa região, já sob comando do Estado brasileiro e sob os interesses das classes dominantes do sudeste. Ou seja, conforme a indústria de energia foi se tornando mais integrada, a Amazônia emergiu como local de produção, mas não de comando, conformando relações regionais de dependência.

O sistema elétrico nacional torna-se progressivamente integrado, e ao mesmo tempo o seu comando político e uma parcela do seu comando técnico separam-se dos lugares aptos para a produção. Essa desterritorialização dos comandos opõem-se às necessidades das populações regionais, circunscritas ao uso local do território e alheias aos imperativos de funcionamento dos grandes sistemas técnicos (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 72).

As classes dominantes regionais da Amazônia, desse ponto de vista, associaram-se de maneira subordinada à classe dominante nacional, em relação tensa e prenhe de contradições, mas sempre contra as aspirações populares regionais (GONÇALVES, 2012).

Nesse contexto, em 1976, durante a ditadura militar, iniciou-se a construção da hidrelétrica de Tucuruí (8.370 MW), no Pará. Já nos anos 1980, foram construídas também as usinas de Samuel (216 MW), em Rondônia, e Balbina (250 MW), no Amazonas. Todas elas, com acusações de erros de engenharia, devastação ambiental com a formação de enormes reservatórios e deslocamento forçado de povos indígenas, contribuíram para o atualmente reconhecido padrão de violações de direitos humanos na construção de barragens no Brasil (CDDPH, 2010).



Além da Amazônia, essa também foi a época da construção de grandes usinas em outras regiões, como Itaipu (14.000 MW), construída na fronteira entre Brasil e Paraguai, no Paraná, Ilha Solteira (3.444 MW), em São Paulo, e Sobradinho (1.050 MW), na Bahia.

No contexto de consolidação do desenvolvimento do capitalismo dependente em sua fase monopolista, a necessidade de energia foi paulatinamente deixando de ser voltada para atender a um parque industrial diversificado e passou a ser cada vez mais pautada pela exportação de produtos eletrointensivos, como o ferro e o aço. Esse foi o pano de fundo da construção da hidrelétrica de Tucuruí, por exemplo, cujo objetivo principal era atender à demanda de extração de alumínio de transnacionais de capital canadense, estadunidense e japonês.

### *c) Reforma neoliberal e retorno ao modelo mercantil*

Em plena reestruturação do capitalismo mundial, inicia-se um debate sobre a privatização de setores estratégicos da economia, como a própria indústria de eletricidade, onde até então, a predominância estatal era a tendência verificada não só no Brasil, mas na maioria dos países (GONÇALVES JR, 2007, p. 180). Nesse contexto, o laboratório dessas experiências foi o Chile sob a ditadura de Pinochet, onde ocorreu a primeira experiência de desestatização do setor elétrico com a divisão da cadeia produtiva em diversos negócios e padronização pelo preço internacional da energia (GONÇALVES JR, 2007). O mesmo formato foi implantado na Inglaterra sob Margaret Thatcher e depois se tornou o modelo mundialmente hegemônico.

No Brasil, essa tendência consolidou-se nos anos 90, com a adesão do país à agenda neoliberal do Consenso de Washington. A cadeia produtiva, antes centralizada, foi dividida em diversos negócios: geração, transmissão, distribuição e comercialização. As empresas privadas se fizeram presentes primeiro no sistema de distribuição, onde é possível garantir um menor tempo de rotação do capital. Foi o período da onda de privatizações das distribuidoras estaduais e interurbanas.

Já a geração, pela necessidade de vultosos investimentos, continuou com forte presença das empresas estatais. No entanto, mesmo essas passaram progressivamente a adotar mecanismos de gestão que privilegiam a remessa de dividendos para acionistas privados. Posteriormente, para a concessão de hidrelétricas passou a ser adotado um modelo de

formação de sociedades de propósito específico junto com empresas privadas e outros agentes financeiros, como ocorreu com Belo Monte.

Num contexto de baixo crescimento, a eletricidade, antes uma das mercadorias de uma extensa e diversificada cadeia, passou a ser a mercadoria principal cuja lucratividade é assegurada pelas tarifas tendencialmente cada vez mais elevadas cobradas dos consumidores finais (CERVINSKI, 2019).

Esse período neoliberal, em especial durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), também foi marcado por um paulatino desmonte de cadeias produtivas. Um exemplo é a participação da indústria de transformação na composição do PIB, que passou de 29,1% em 1993 para 16,9% em 2002 (GALA, 2020).

O Estado foi deixando de interferir na determinação dos preços da energia comercializados entre as geradoras e distribuidoras, possibilitando o desenvolvimento de um livre mercado. Se antes o preço da energia tinha por base o custo de produção mais uma remuneração média pré-fixada, começou a se criar um arcabouço institucional que permitiu a consolidação da metodologia do preço-teto. Com isso, o preço passa a ser proposto pelos próprios agentes interessados, definido em leilão e regulado por um ente de verniz técnico e independente, mas organicamente vinculado ao mercado (CERVINSKI, 2019, p. 34). Dessa forma, o preço da energia passou a seguir um modelo que, para permitir a acumulação de capital, teve graves consequências no aumento da tarifa a médio prazo.

A institucionalização do livre mercado para a determinação dos preços da eletricidade na geração foi mais um grande passo que as forças econômicas deram para elevar a indústria de eletricidade brasileira ao patamar das indústrias com maior potencial para acumulação de capital. (GONÇALVES JR, 2007, p. 293).

O setor passou a ser dirigido pelo capital financeiro, com a coexistência de dois ambientes de circulação: um mercado regulado por contratos e um mercado “livre” ou de curto prazo, onde impera a lógica especulativa. O modelo é lastreado nos contratos que tem por base as tarifas cobradas pelas distribuidoras aos 73,5 milhões de consumidores do mercado cativo, permitindo a lucratividade em toda a cadeia (CERVINSKI, 2019). Já os consumidores livres, que pagam tarifas menores e podem acessar o livre mercado, são 922 empresas eletrointensivas (MAB, 2020).

Em 2002, ocorreu a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo das classes populares e do Partido dos Trabalhadores, à presidência. Em seus dois governos e no de sua sucessora Dilma Rousseff, também do PT, foram adotadas políticas de distribuição de renda

que proporcionaram uma melhora substancial na situação das classes trabalhadoras, mas não houve mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento até então adotado.

Internacionalmente, o ritmo de crescimento chinês impulsionou um *boom de commodities* que contribuiu decisivamente para o aumento de divisas no Brasil. Em algum tempo, a China converteu-se no principal comprador de produtos primários brasileiros. O perfil das exportações brasileiras aos poucos foi mudando do predomínio de produtos manufaturados para *commodities*. A China tornou-se a principal compradora de minérios como o ferro e o aço, que são produtos da indústria eletrointensiva.

Esse contexto de crescimento econômico favoreceu a retomada do debate da construção de grandes hidrelétricas em modelo de parceria entre a Eletrobrás e grandes empresas privadas (principalmente empreiteiras e autoprodutoras). Outro objetivo era alimentar a cadeia produtiva à montante, principalmente da construção civil, atendendo aos interesses da burguesia interna que compunha o bloco no poder. Mais adiante, será explicado como esse momento possibilitou a retirada do papel do polêmico projeto de barramento no rio Xingu.

Já no programa de Lula para as eleições de 2002, a Amazônia aparece como prioridade para as políticas de desenvolvimento regional junto com o nordeste, este pelo seu enorme déficit social e aquela pela sua “importância estratégica” (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002). Em sintonia com o espírito neodesenvolvimentista, reafirma-se o papel do Estado na indução da economia regional, diferente do previsto para o restante do território nacional. Nessa visão, a Amazônia teria sua população “isolada” e não “plenamente inserida no mercado”:

Diferentemente de regiões plenamente inseridas no mercado, nas quais o papel do Estado é o de ampliar as oportunidades formais de emprego e equilibrar a distribuição da riqueza gerada, na Amazônia o Estado é o principal indutor das transformações geradas na economia. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 9)

Nesse contexto, a retomada da construção de grandes hidrelétricas na Amazônia foi justificada pelo seu papel de vetores de desenvolvimento regional, capazes de estimular toda uma cadeia produtiva e a economia local. Apesar da eloquência desse discurso, é preciso lembrar que esses grandes objetos (SANTOS, 2013) ou projetos de grande escala (RIBEIRO, 1987), possuem seu comando fora da região, integrando uma relação de dependência, do tipo metrópole-satélite (FRANK, 1966) ou, de maneira mais geral, insere-se na lógica espaço dominante-espaço dominado (LEFEBVRE, 1974).

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 2013, p. 107)

Em outras palavras, esses projetos não obedecem à lógica dos lugares, além de impor um elevado “custo-natureza” (BRUM, 2019). Embora as justificativas fossem o aumento do consumo, o “desenvolvimento” genericamente concebido e a universalização do acesso à energia, foi a indústria extrativa eletrointensiva, cuja cadeia é pouco verticalizada e as repercussões em desenvolvimento local pouco eficazes, a maior consumidora desse insumo.

Além de compradora de produtos primários, a China também investiu diretamente na indústria de energia elétrica, eleita como um dos principais setores para seus investimentos externos. Nos últimos anos observa-se a crescente presença de empresas chinesas no setor elétrico brasileiro, com destaque para as estatais State Grid e China Three Gorges (CTG). Atualmente, é possível estimar que a China já domina aproximadamente 15% dessa indústria, distribuindo seus negócios entre geração, transmissão e distribuição (MAB, 2020).

As tentativas de avançar numa política mais ofensiva que combinasse atuação do Estado e apoio à indústria seriam empreendidas durante a presidência de Dilma Rousseff. Destaca-se aqui, inclusive, a tentativa de regulação sobre o preço da energia elétrica por meio da Medida Provisória 579/2012. As políticas empreendidas pelo governo em questão, embora buscando favorecer o setor produtivo interno, não encontram ressonância na própria burguesia<sup>7</sup>, causando uma debandada em sua base de apoio (SINGER, 2015).

Florestan Fernandes (2020) lembra que a burguesia brasileira nunca consegue levar às últimas consequências políticas deste tipo, de viés desenvolvimentista, pelo seu caráter dependente (FERNANDES, 2020). Portanto, essas só podem ser conduzidas com apoio das massas populares. Não estando presente esse elemento, por motivos que não cabe aprofundar aqui, tem-se as condições para o golpe institucional de 2016.

Com essa virada política, e em uma conjuntura de crise capitalista a nível mundial, a indústria de eletricidade se deparou o aprofundamento de políticas voltadas para a financeirização do setor. Com a retração econômica, não há mais condições concretas para a construção de hidrelétricas em um horizonte próximo. Já o processo de privatização de fatias

---

<sup>7</sup> Uma das medidas que precipitou a crise política tem a ver com a tentativa de reduzir as tarifas de eletricidade, com o objetivo de incentivar a produção industrial, através da MP 579. No contexto de acirramento político, reações e boicote da burguesia brasileira, essa intervenção direta no mercado de energia acabou surtindo o efeito contrário e se configurando em um significativo ingrediente da crise que culminou no impeachment de 2016. Sobre o tema, consultar Cervinski (2019).

dessa indústria foi retomado com fôlego, atingindo empresas públicas que nos anos 90 não atraíram o mercado por serem consideradas pouco lucrativas, caso das distribuidoras de Rondônia, Amazonas, Acre, Roraima, Piauí e Alagoas. A privatização dessas empresas foi feita por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em 2018, já sob o governo de Michel Temer (PMDB).

Em uma conjuntura marcada por perdas reais para as classes trabalhadoras, como reformas trabalhista e da previdência, além de diminuição do salário mínimo, o novo modelo de financiamento também proporcionou um vertiginoso aumento na tarifa cobrada dos consumidores cativos, situação agravada pela estrutura tributária regressiva do país, que onera as contas de luz com tributos e encargos que chegam a quase 40% em alguns estados.

Para aprofundar ainda mais os mecanismos de concentração de renda, em 2015, ainda no governo Dilma, as empresas do setor elétrico conseguiram impor o modelo de cobrança via bandeiras tarifárias, que aumenta a tarifa de energia para os consumidores cativos em períodos nos quais os reservatórios estão mais secos. O sistema de bandeiras acaba sendo somente uma forma de onerar mais os mais pobres, que não tem muito espaço para redução do consumo, e transferir renda para o conjunto de atores econômicos que controla o setor elétrico. Além disso, incentiva o esvaziamento dos reservatórios e a insegurança hídrica, uma vez que as empresas são recompensadas com tarifas mais altas em épocas de escassez (ANDREU, 2021). Essa estrutura operacional do sistema elétrico fornece o pano de fundo para a situação em que o país se encontra em 2021, perante um iminente risco de “apagão” e aumentos agressivos das tarifas.

Embora a presença das transnacionais seja crescente na indústria de eletricidade, a Eletrobrás ainda responde por 30% da geração de energia e 50% da transmissão. Cumprindo a promessa feita desde o governo Temer, em junho de 2021, o Congresso aprovou a Medida Provisória que permite a capitalização da Eletrobrás, ou seja, sua privatização. Num médio prazo, essa decisão pode acarretar consequências ainda mais drásticas para a indústria de eletricidade, algumas previsíveis como diminuição dos investimentos, aumento das tarifas, aumento da terceirização e precarização do trabalho e novos riscos de apagões.

Em suma, pode-se periodizar sinteticamente a história da indústria da energia no Brasil em três fases: uma fase de implantação da indústria, caracterizada pela presença de transnacionais monopolistas, sistema descentralizado, ausência total de regulação por parte do Estado; segunda, fase de estatização do setor, barateamento relativo da energia para subsidiar políticas de crescimento industrial, construção de grandes hidrelétricas e integração do

sistema; terceira, nos anos 1990, com fatiamento e privatização, predomínio do capital financeiro e energia como *commoditie*.

O fato dos governos neodesenvolvimentistas terem construído grandes hidrelétricas, a pretexto de favorecer o desenvolvimento industrial, não altera o pano de fundo neoliberal geral e foi motivo de grandes contradições. Nesse período, já não se tratava mais de produzir energia em grande quantidade e barata para subsidiar a indústria nacional, mas a indústria extrativa, em um contexto de políticas de industrialização recalcitrantes.

Atualmente a energia hidrelétrica representa 67% da capacidade instalada do Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo as usinas hidrelétricas equivalentes a 108.902 MW (63%) e as pequenas centrais hidrelétricas responsáveis por 6.617 MW (4%).

Sozinha, a região norte responde por 40% do potencial hidrelétrico brasileiro, com 98.548,67 MW de 246.240,73 MW (ELETROBRÁS, 2018). De todo esse potencial, apenas 32,7% dizem respeito a projetos que já estão em operação, enquanto no Sudeste, 59,2%, no Nordeste, 52,4%, no Sul, 59,1% e no Centro-Oeste, 32,1%. A Amazônia continua a configurar-se, então, como potencial fronteira da expansão hidrelétrica, mesmo que não haja perspectiva de novos projetos em um horizonte imediato.

## 1.2 Conceitos e concepções espaciais de atingidos por barragens

A expansão da indústria de eletricidade é essencial para o desenvolvimento capitalista. Como foi exposto, esse processo dá origem a inúmeras contradições no quadro do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. Dentre as contradições está o surgimento de atingidos por barragens, que emergem do processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004) com a expansão da indústria de energia.

O conceito de “atingido” não é um dado neutro, mas fruto de uma construção histórica conflituosa. Existem ao menos duas concepções distintas sobre o conceito de atingido por barragem: a que impera no setor elétrico (considerando as empresas, sejam públicas ou privadas e os órgãos de Estado relacionados) e a que foi construída pelos atingidos por barragens em seu processo histórico de organização e luta. Essas duas formas<sup>8</sup> de abordar a

---

<sup>8</sup> Por exemplo, na linguagem de agências multilaterais e instituições do capitalismo neoliberal, como a Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês), a terminologia utilizada para tratar da situação dos atingidos é “deslocamento compulsório” ou “deslocamento forçado”. Embora contribuindo para ampliar um pouco o escopo dos direitos, essas entidades, pela sua própria natureza de classe, não podem se comprometer radicalmente com a defesa dos atingidos e na prática legitimam a atuação das empresas.

questão (existem outras) também não são estáticas, mas se transformam de acordo com o movimento da realidade.

O ponto de partida neste trabalho é o conceito de atingido conforme a formulação de Carlos Vainer (2003), que se dedicou a sistematizar a questão. Pretende-se mostrar também que além de diferenças do ponto de vista dos sujeitos de direitos, há concepções de espaço diferentes que embasam essas visões sobre o conceito de atingido. Enquanto no conceito de atingido das empresas há uma concepção de espaço areal e absoluto, os atingidos, em sua luta para ampliar direitos e questionar o “modelo energético” vigente, formulam um conceito de atingido que tem mais interface com a noção de espaço humano ou relacional.

#### *a) Acumulação por espoliação e o surgimento dos atingidos*

Produtos necessários da indústria de eletricidade, os atingidos evidenciam que, para a expansão do capital se faz necessário, além de explorar a força de trabalho, proceder a expedientes de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004).

Esse conceito, elaborado por Harvey (2004), é inspirado diretamente na crítica que Marx (1985) faz à chamada "acumulação primitiva". Ao analisar os primórdios do capitalismo, Marx desfaz a mitologia do capitalista “poupador”, cujo modo de vida austero e trabalho árduo teriam permitido, de acordo com a narrativa liberal, o início da acumulação de riqueza. Ele mostra que o surgimento do capitalismo dependeu de um violento processo de espoliação dos camponeses de seus meios de produção. Esse processo funda simultaneamente a classe dos proprietários dos meios de produção de um lado, e dos trabalhadores “livres” (camponeses expropriados, que se converterão em proletários), de outro (MARX, 1985, cap. 24).

Na formulação de Marx, esse processo se refere ao período de formação do capitalismo. Luxemburgo (1984), posteriormente, mostra que o emprego de violência não se restringe à pré-história do capitalismo. Para ela, o próprio mecanismo da acumulação, ao esbarrar nas limitações do consumo de mercadorias em uma dada sociedade, provoca crises de sobreacumulação que impõem a exigência do colonialismo e do imperialismo. Assim, Luxemburgo (1984) sempre vê o capitalismo avançando necessariamente sobre sociedades não capitalistas. A consequência lógica de seu raciocínio, de acordo com a crítica de Harvey (2004), é que esse modo de acumulação cessaria quando o capitalismo se torna universal.

Harvey (2004) parte das formulações de Marx (1985) e Luxemburgo (1984), mas critica limitações que considera haver nas duas abordagens:

A desvantagem destes supostos é que relegam a acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência a uma “etapa originária” que deixa de ser considerada relevante, ou, como no caso de Luxemburgo, é vista como algo “exterior” ao sistema capitalista. (HARVEY, 2004, p. 108).

Para demarcar seu caráter contemporâneo, Harvey atualiza a ideia de acumulação primitiva para “acumulação por espoliação”, a partir de seu conceito de “ajuste espacial” – um conjunto de mecanismos adotados para permitir a continuidade da reprodução do sistema capitalista, no qual a produção e organização do espaço ocupam um papel central.

Esse conceito se faz útil para a compreensão do processo que ocorre nos territórios onde se implantam barragens e que está na origem da formação dos atingidos. Uma ressalva precisa ser feita, no entanto.

Na teoria de Harvey, o recurso à acumulação por espoliação é um expediente ao qual o capital recorre para sair das crises, ficando “adormecido” em momentos de crescimento econômico. No entanto ao olhar para a escala das regiões onde se erguem barragens, no contexto do capitalismo dependente brasileiro, é possível ver que se passa o contrário: a acumulação por espoliação não é um expediente a que se recorre exclusivamente nos momentos de crise (nos quais geralmente não se constroem hidrelétricas), mas também é mobilizada nos momentos de crescimento econômico.

A primeira parte deste capítulo mostrou que a expansão da indústria de eletricidade no Brasil tem como ponta-de-lança a construção de hidrelétricas, cada vez mais distantes dos grandes centros consumidores e em regiões onde imperam formas e relações de ciclos produtivos pré-industriais. Essas pertencem a outros *tempos espaciais* (SANTOS, 2020) e operam como obstáculos.

Nesse contexto, o velho, na região, são também os grupos sociais preexistentes e suas formas particulares de organização social, econômica e do espaço. Eles constituem, desse modo, seja um obstáculo 'natural', seja às vezes um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento especial, pois quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado (SANTOS, 2020, p. 106).

No processo de espoliação, as antigas formas e relações do espaço podem impor mais ou menos resistência (HARVEY, 2005) e uma vez que se não puderem ser absorvidas, precisam ser eliminadas. No entanto, a ação do Estado (e do capital) não se dá de forma indiferente à existência dessas rugosidades, como lembra Milton Santos (2004):

Toda força do poder é insuficiente para negligenciar as "rugosidades" que definem cada pedaço do território; com efeito, sendo cada pedaço do território definido por



uma história, por um arranjo específico dos homens, dos equipamentos e das atividades, nenhuma ação externa e nenhuma ação do Estado podem ser indiferentes a estas rugosidades. (SANTOS, 2004, p. 227)

Essa lógica está no âmago do processo de implantação de barragens nos marcos do capitalismo dependente brasileiro, do qual emergem os atingidos e as atingidas por barragens. A história dos atingidos por barragens é permeada pelas contradições entre a lógica de expansão da indústria de eletricidade em seu encontro com espacialidades e temporalidades distintas. O próprio conceito de atingido é forjado em um processo de luta de décadas de existência, que revela como distintas concepções de atingidos atendem a diferentes objetivos: no caso da indústria de eletricidade, reduzir custos socioambientais, no caso dos atingidos, ampliar direitos.

*b) Início da organização e conceito de atingido predominante no setor elétrico*

Do ponto de vista legal, a questão dos atingidos começa a ser regulamentada a partir Decreto-lei nº 3.356 de 1941. A visão prevista naquele documento e depois consolidada na Constituição de 1946, diz respeito ao direito do proprietário de terras à indenização pelas desapropriações. Os atingidos eram assim reduzidos, inicialmente aos donos das propriedades que deveriam ser desapropriadas, no que Carlos Vainer (2003) chama “concepção territorial-patrimonialista” de atingido. As empresas consideram atingidos somente:

(...) em seus direitos como proprietários, e não como cidadãos que têm suas vidas estabelecidas em determinado local através de moradia, trabalho, laços culturais, etc. A consideração única dos direitos de propriedade não permite a recomposição dos modos de vida. (CUT e CRAB, 1989, p. 32)

Essa forma de tratamento logo foi mostrando suas contradições uma vez que, dada a formação social do Brasil e sua estrutura fundiária, os proprietários de terra normalmente constituem uma minoria entre a população atingida. Ainda que reconhecendo o direito de pequenos proprietários, a forma de compensação limitava-se à indenização, invisibilizando um conjunto de sujeitos e relações socioespaciais envolvidos. Assim, ainda durante a época da ditadura, a construção de barragens trouxe à tona uma “questão social” (COSTA, 2013) e evidencia o caráter insuficiente da concepção territorial-patrimonialista.

Um exemplo de insuficiência dessa abordagem está presente no caso da barragem de Sobradinho, no rio São Francisco, construída ainda na década de 1970. A hidrelétrica foi responsável pela formação de um dos maiores lagos artificiais do mundo e o maior

reservatório de barragem do Brasil, com 4.214 km<sup>2</sup> e atingiu cerca de 70 mil pessoas, das quais 50 mil camponesas (COSTA, 2013).

O conceito territorial-patrimonialista encontrou aqui um obstáculo, uma vez que a maioria das famílias não possuía título de terra. A alternativa encontrada pelo Estado brasileiro foi enquadrá-las como público para um projeto de colonização do INCRA, em região há quilômetros de distância da área original, em terras de baixa fertilidade e dependentes de irrigação. Esse projeto fracassou, atendendo apenas 1.226 famílias de 4 mil previstas. Muitos atingidos, já acostumados à dinâmica de cheia e vazão sazonal do São Francisco, permaneceram em seus lugares de origem até o enchimento do reservatório, levando a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) à solução emergencial de implantar “núcleos de reassentamento” à beira do lago.

Nessa época, em plena ditadura, os atingidos não constituíram organização, tendo realizado de maneira individual suas “retiradas” (COSTA, 2013). Nota-se que há presença do Estado na intenção de realizar um reassentamento, com uma visão de modernização autoritária de aproveitar um empreendimento hidrelétrico para promover mudanças sociais regionais. No entanto, despreza a organização da população, o que leva a um previsível fracasso. Nesse momento, não se fala ainda em *atingidos*, não se reconhece os sujeitos nesse processo. No entanto, a população já tinha sua própria narrativa. E o Estado tinha a sua:

Em todos os documentos oficiais sobre a barragem de sobradinho, o deslocamento compulsório para a borda do lago é descrito como uma "operação de transferência", "reassentamento", "relocação", "mudança" ou "desalojamento" da população. E os "transferidos" são genericamente denominados de "relocados", "reassentados", "deslocados" ou "desalojados" (...) Curiosamente, os camponeses de Sobradinho não descrevem da mesma forma sua "transferência" para a borda do reservatório. Empregam um termo que chama atenção por ser particular e original: "retirada". Para um antropólogo, o simples uso de termos tão diferentes para designar uma mesma situação desponta como indício de que há diferentes percepções em jogo: as agências estatais promovendo uma "relocação da população"; os camponeses realizando uma "retirada". (COSTA, 2013 p. 33)

Os atingidos têm uma visão e dão um nome ao processo em questão. No entanto, de maneira socialmente desorganizada, não conseguem mudar o curso dos acontecimentos, apenas interpretá-los de modo distinto.

Essa situação foi se modificando de acordo com a organização dos atingidos. Um dos primeiros exemplos é a luta dos “expropriados” pela hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, na virada para os anos 1980. Essa hidrelétrica, a maior do Brasil em potencial de energia, atingiu ao menos 42 mil pessoas, na estimativa da época, e alagou 110.000 hectares (GERMANI, 2003).

A indenização em dinheiro aos proprietários como única política de tratamento mostrou logo seus problemas: além de não reconhecer uma grande quantidade de famílias de posseiros, a avaliação das propriedades para o cálculo da indenização não acompanhava o aumento do preço da terra na região, aquecido pela própria construção da barragem. O conceito territorial-patrimonialista utilizado para reconhecer os sujeitos de direito esbarrou na questão fundiária no oeste do Paraná, acirrando conflitos já existentes.

A demanda dos *expropriados* era que o Estado adquirisse terras na região para repassar a eles. Essa alternativa, hoje consolidada no âmbito das políticas de reparação, na época foi considerada absurda pelo setor elétrico (GERMANI, 2003). No lugar do poder público se encarregar desse processo, a solução encontrada foi a indicação de colonizadoras particulares. Diante da ausência de terras disponíveis na região, essas colonizadoras acabaram levando os atingidos para outras regiões do país, inclusive para a Amazônia, com Itaipu financiando o transporte. Essas colonizadoras tinham o papel de “direcionar, de certa maneira, os fluxos migratórios e como mecanismo de contra tensão social teve também como finalidade “lavar as mãos” de Itaipu, e, portanto, do Estado, sobre a responsabilidade de reassentamento” (GERMANI, 2003, p. 177).

Os expropriados contaram com a ajuda de organizações que emergiam no contexto de reabertura democrática dos anos 1980, em especial órgãos ligados às igrejas católica e luterana, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como forma de luta, fizeram dois grandes acampamentos para forçar um processo de negociação com a empresa, no chamado “Movimento Justiça e Terra”. O primeiro foi em frente ao escritório da Itaipu em Santa Helena (PR) e durou 16 dias, iniciando com 150 pessoas, mas já reunindo 800 logo no segundo dia. O segundo acampamento ocorreu entre março e maio do ano seguinte e foi localizado no trevo de Foz do Iguaçu, tendo durado 56 dias (GERMANI, 2003).

A mesma tática de luta seria empregada dois anos depois no norte do país, quando cerca de 400 “desapropriados” pela usina de Tucuruí ficaram acampados entre os dias 9 e 11 de setembro de 1982 no pátio externo do Serviço de Patrimônio Imobiliário da hidrelétrica, na cidade de Tucuruí (PA). As principais reivindicações daquele movimento eram que a usina respeitasse o módulo rural regional de 100 hectares para reassentar os atingidos, uma vez que a empresa vinha distribuindo lotes de 25 e 50 hectares por alegar que não havia terras disponíveis na região. Além disso, sob a insígnia “Terra por terra, casa por casa, vila por vila”, demandavam que a empresa construísse vilas com infraestrutura e as casas nos locais de reassentamento. A Eletronorte não se comprometeu de forma alguma com a construção das

casas, uma vez que isso não era previsto em sua “política de realocação”, que previa apenas uma “ajuda” de construção.

Além disso, os desapropriados exigiam a revisão das indenizações, consideradas injustas. Cobravam indenização também para os lavradores que haviam sido “orientados” por técnicos da Eletronorte a deixar de produzir porque não receberiam pelas perdas. Eles permaneceram três anos sem plantar e ficaram sujeitos à fome, para depois descobrir que suas terras não seriam alagadas (MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS PELA ELETRONORTE, 1983).

Esses exemplos revelam que, nos primórdios da sua organização, a mobilização da população atingida mostrou-se um fator necessário para conquistar direitos concretos e mesmo para que os atingidos se constituíssem enquanto sujeitos históricos. Também revelam a tensão entre o que as empresas adotam em suas políticas e o sentimento de injustiça dos atingidos. Desde o início, essa relação foi perpassada por uma tensão entre uma intencionalidade restritiva por parte da empresa e uma intencionalidade ampliativa por parte dos atingidos.

Nessa tensão, começou a ficar claro para o setor elétrico que o conceito estritamente territorial-patrimonialista não era suficiente para o tratamento da questão e começa a predominar outra abordagem, a de que o atingido era o “alagado”, chamada por Vainer de “concepção hídrica de atingido”.

Mesmo quando reconhece os não proprietários – isto é, os ocupantes, posseiros, meeiros, etc. - esta perspectiva tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada. Neste caso, atingido passa a ser entendido como inundado e, por decorrência, como deslocado compulsório – ou, como é corrente na linguagem do Banco Mundial, reassentado involuntário (VAINER, 2003).

As concepções territorial-patrimonialista e hídrica, no fundo, coexistem em uma só prática: a de restringir os atingidos a uma área com limites bem definidos, centrada no lugar da propriedade (VAINER, 2003). A hídrica é um pouco mais abrangente porque admite reconhecer algum tipo de direito de quem não tem a propriedade da terra, como posseiros, meeiros, famílias agregadas. Mesmo assim, as políticas de tratamento adotadas para esse público de não-proprietários foram muito limitadas, em especial quando os atingidos ainda não possuíam organização ou a possuíam em caráter transitório. Esses dois conceitos de atingido possuem uma mesma concepção espacial de fundo.

c) *Concepção espacial subjacente ao conceito de atingido do setor elétrico*

Ao conceito de atingido formulado pelas empresas corresponde uma certa concepção de espaço. Em uma primeira aproximação, trata-se do *espaço absoluto* (SANTOS, 2004; HAESBAERT, 2018), o espaço da geometria, passível do cálculo de distâncias, larguras, volumes. Essa concepção parte da ideia de que o espaço é o lugar da estabilidade, imutável, em oposição ao tempo, dinâmico. É o espaço tomado de forma independente e anterior às coisas, numa perspectiva de certa forma idealista, um *a priori* (HAESBAERT, 2018, p. 23).

Esse espaço contém as coisas, é um “espaço-continente” (SANTOS, 2004), ou, em outras palavras, é uma espécie de recipiente das coisas. Assim, o espaço é considerado somente em seu aspecto físico, priorizando o sentido óptico, visual (LEFEBVRE, 1974). Essa concepção de espaço aparece claramente na ideia de limitar os atingidos a áreas com limites definidos e concentrar as políticas de reparação às perdas materiais imediatas, adotando um marco temporal que propicia um efeito de congelamento da realidade, em consonância com essa perspectiva estática do espaço. É o espaço da lógica formal por excelência, onde impera o princípio do nexo causal para dimensionar os impactos socioespaciais.

Também se pode aproximar essa concepção do que Lefebvre chama de visão “tecnocrática” do espaço (LEFEBVRE, 1974). Trata-se de uma visão do espaço dentro do escopo do planejamento, sempre necessária no processo de desenvolvimento e expansão capitalista, que se apresenta como técnica, mas está carregada de ideologia. Outros termos usados por Lefebvre para se referir a essa concepção de espaço seria “representação do espaço”, ou espaço “concebido”.

Las representaciones del espacio, es decir, el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el de cierto tipo de artistas próximos a la científicidad, (...) Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción) (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

Aqui fica claro que se trata da concepção de espaço *dominante* no modo de produção capitalista. Por ser caráter hegemônico, essa visão serve à acumulação de capital e adquire um caráter “instrumental” neste tempo, em que a reprodução do capital se dá através da produção do espaço. Essa dimensão do espaço se sobrepõe ao *espaço percebido*, da experiência cotidiana, e ao *espaço vivido*, o espaço do simbólico e da imaginação e da busca por outras realidades (LEFEBVRE, 2013).

No capitalismo, modo de produção caracterizado pela mercantilização crescente das coisas e das relações, o espaço deixa de ser o “lugar” das mercadorias para torna-se cada vez mais ele mesmo uma mercadoria (CARLOS, 2015). Esse processo se acentua conforme o espaço é cada vez mais produzido pelo trabalho. Como mercadoria, pode ser submetido às leis do mercado e adquirir um valor de troca.

O espaço deve receber um valor de troca (mesmo aproximativo, mesmo se os preços se afastam dos “valores”). Ora, a troca implica e supõe intercambialidade. A cambialidade de um lugar, que faz dele uma mercadoria análoga a uma quantidade de açúcar ou aço, exige que ele seja comparável a outros lugares, e mesmo a todos os lugares do mesmo gênero (LEFEBVRE, 2008, p. 126)

Dessa forma, a terra, as edificações, os instrumentos de trabalho, mesmo o que era constituído para a reprodução da vida, precisa ser submetido à precificação por um cálculo técnico. Se há algo que escapa a esse cálculo, tende a desaparecer. Não por acaso, a forma preferencial de tratamento dos atingidos pelas empresas é a indenização em dinheiro.

Além de limitar expressamente a quantidade de atingidos por um critério areal, essa concepção produz um efeito de congelamento da realidade, que não capta os movimentos do real. Por exemplo, da necessidade de se impor o preço da indenização, as empresas “aconselham” ou proíbem expressamente os atingidos de continuarem produzindo na terra ou fazendo modificações em suas habitações, meses ou até mesmo anos antes da implantação da hidrelétrica, como exemplifica o caso dos desapropriados de Tucuruí, pois esse trabalho novo não é considerado no cálculo indenizatório.

Essa visão de espaço foi, segundo Santos (2004), a que predominou historicamente na Geografia e que passou por um processo de crítica. Milton Santos diferencia essa concepção de espaço, que chama também “espaço das coisas” do que ele chama “espaço humano”.

Quando, porém, trata-se do espaço das coisas, o espaço físico, sua compreensão, segundo Cassirer (1957, vol. 3, p. 145) se faz pela reunião de dados particulares que provêm dos nossos sentidos, de sua comparação e da construção que sua correlação torna possível. Esse espaço seria um esquema intelectual construído, mas pode também tratar-se do espaço da geometria pura, caracterizado por qualidades como "a constância, a infinidade e a uniformidade". Quando ao espaço humano, ele é diferente. (SANTOS, 2004, p. 156)

Nessa concepção do espaço “das coisas”, o espaço é considerado como objeto, recipiente ou conjunto de objetos, sejam naturais ou produzidos pelo trabalho a cujo conhecimento se chega através da “reunião de dados”. Trata-se de uma visão parcial, que desconsidera o espaço como totalidade e ignora sua natureza relacional (HARVEY, 1980). Santos (2014) problematiza essa visão e propõe outra definição de espaço:

O espaço não é uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. (SANTOS, 2014, p. 30)

Além de ocultar as relações sociais, ao considerar o espaço estático, a concepção areal negligencia também a dimensão temporal, compreendida como uma quarta dimensão do espaço. Aqui se opõe a noção de espaço recipiente (continente, container) à de espaço relativo:

A concepção de um espaço relativo, tão apregoada nos anos 1950 e 1960, em oposição à noção de espaço continente (container) supõe, em primeiro lugar, que se abandone a ideia de um espaço tridimensional, herdeira da filosofia de Newton e que se passe a trabalhar com a ideia de um espaço quadridimensional, tarefa possível desde que Einstein introduziu um novo pensamento na física e na filosofia (SANTOS, 2004, p. 249-250)

A concepção de atingido por barragem predominante no setor elétrico tem por fundamento um tipo de visão que desconsidera a natureza do espaço e seu aspecto relacional. Essa visão se adequa às necessidades de acumulação do capital, porque contribui para reduzir as externalidades do processo produtivo. A limitação do conceito de atingido contribui para a redução de custos na construção de barragens e produção da energia. Em sua luta de resistência, os atingidos mostram os limites dessa concepção.

#### *d) Avanços na organização dos atingidos e alargamento deste conceito*

Na segunda metade da década de 1980, os atingidos começam a desenvolver formas de organização mais permanentes. No contexto de reorganização dos movimentos populares no fim da ditadura, esses sujeitos começaram a se organizar em comissões locais, como a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai (CRAB), na bacia do rio Uruguai (RS-SC), a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU) no Pará e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), no Paraná. Essas comissões ainda não se constituíam em um movimento independente e contavam com o apoio de outras organizações que emergiram no período, como CPT, STTRs, CUT e Comissão Pró-Índio.

Neto Portugal, um dos fundadores da Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu (CRACOHX), relata como foi o início desse processo:

Em 89, houve um grande movimento aqui na região norte contra o complexo hidrelétrico do Xingu, um complexo de seis hidrelétricas pensadas pelo governo

brasileiro. Naquela época, os indígenas e os trabalhadores rurais se organizaram e fizeram um grande movimento chamado o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas da Amazônia, que aconteceu aqui em Altamira em fevereiro de 1989. Paralelo ao encontro, nós trabalhadores rurais, que também estávamos organizando o Encontro dos Povos Indígenas, fizemos também uma programação em relação à organização dos atingidos por barragens e naquela mesma época trouxemos aqui um grande companheiro, Luiz Dalla Costa, lá do sul. Ele passou três dias conosco aqui em Altamira, e a gente criou então a primeira organização de atingidos por barragens desse período aqui da região norte, que foi a CRACOHX. (Depoimento de Neto Portugal, março de 2021)<sup>9</sup>.

Em oposição a um conceito que priorizava apenas os proprietários, uma das reivindicações mais importantes das comissões de atingidos neste período era a inclusão dos não-proprietários (meeiros, posseiros, filhos etc.) entre os sujeitos de direito. Principalmente na região sul, a luta possibilitou a conquista ao direito ao reassentamento com infraestrutura e crédito para retomar a produção. Naquele momento, marcado pelo êxodo rural, isso significava o direito de permanecer no campo, representado pela palavra de ordem “Terra por terra”. Um documento representativo desse processo foi o “Acordo de Itá e Machadinho”, firmado entre a Eletrosul e a CRAB em 1987. Segundo Raquel Rolnik, neste acordo,

as famílias atingidas conseguiram barrar o processo de remoção, que normalmente segue princípios patrimonialistas e apenas de impacto hídrico direto, ou seja, indeniza apenas os proprietários atingidos diretamente pela empresa (...) e tiveram a possibilidade de escolha entre reassentamento ou justa indenização financeira (ROLNIK, 2010, p. 29)

Este acordo foi um marco histórico<sup>10</sup> para a inclusão dos não-proprietários, em especial os filhos dos pequenos agricultores, os “sem-terra atingidos” (ELETROSUL, 1987a), e para a efetivação da possibilidade de reassentamento e não apenas indenização financeira, como compensação. Garantiu também a participação dos atingidos na escolha das propriedades a serem adquiridas pela estatal para o reassentamento. Também se avançou na escolha locacional, estabelecendo que os reassentamentos deveriam ser necessariamente “no próprio município, região, ou em um dos três Estados do Sul” (ELETROSUL, 1987b).

Na percepção dos atingidos, a assinatura de tal acordo somente foi possível devido à luta feita por eles.

Durante todo esse tempo foram realizados abaixo-assinados, reuniões, encontros, romarias e manifestações. Porém, o que de fato garantiu algum avanço na luta com

<sup>9</sup> Relato gravado em vídeo em março de 2021 para o ato virtual de 30 anos do Movimento dos Atingidos por Barragens. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A-TkGbVC8xI>

<sup>10</sup> Considerado um grande avanço para a época, alguns aspectos da política de reassentamento definida no acordo de Itá e Machadinho podem ser considerados ultrapassados para os padrões atuais. Por exemplo, o cálculo da força de trabalho para a determinação do tamanho do lote no reassentamento destinado à unidade familiar considerava a força de trabalho adulta feminina como equivalente a 0,8 da masculina da mesma faixa etária. Acima de 60 anos, a força de trabalho masculina caía a 0,5 e a da mulher a apenas 0,25 com relação ao homem adulto entre 16 e 60 anos.



algumas conquistas concretas foram as ações mais duras, como: arrancação de marcos, prisão e expulsão de funcionários da Eletrosul e o impedimento da realização das obras da empresa. (CUT e CRAB, 1989, p. 27)

Um exemplo dessas táticas mais “duras” foi quando, no calor do enfrentamento, famílias de uma comunidade ameaçada pela construção da hidrelétrica de Machadinho (RS) chegaram a fazer de refém um funcionário da Eletrosul (VIANNA JR., 2012). A resistência das comunidades ameaçadas pela construção da hidrelétrica de Machadinho (RS) foi determinante para mudar o projeto da barragem e sua localização.

Como já foi dito na primeira seção deste capítulo, nessa época, o sistema elétrico brasileiro possuía uma estrutura organizacional centralizada e o Estado tinha um papel determinante. Aos poucos, os principais dirigentes dessas comissões regionais foram se convencendo da necessidade de construir um movimento unificado de alcance nacional.

A partir da criação da CRACOHX, já havia uma articulação a nível de sul, centro oeste, em abril daquele ano [1989] então reunimos em Goiânia e criamos a CNPTAB, Comissão Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens [uma comissão provisória], com assessoria da CUT, da CPT, da Comissão Pró-Índio de São Paulo. A CNPTAB, que era formada por coordenadores das 5 regiões do país, então tinha uma tarefa principal que era a organização dos atingidos por barragens e a criação de um movimento definitivo que viesse a fazer frente à política irresponsável com que na época o governo brasileiro tratava os atingidos por barragens. A partir daí então coube à CRACOHX organizar a região norte. Organizamos a CABT lá no rio Trombetas, o MAPRO lá em Rondônia, organizamos a CAHTU em Tucuruí, organizamos uma comissão que não chegamos a dar o nome em Balbina e, junto com essas organizações todas, a CRACOHX e os trabalhadores rurais, criamos em abril de 90 a Coordenação de Atingidos por Barragens da Amazônia, a CABA. Com essa coordenação regional a gente então passou a organizar a região norte não mais individualmente, mas a partir daí regionalmente. Passamos um período preparando e em março de 91 nós conseguimos levar uma delegação, em torno de 60 pessoas representando todas as barragens ou os projetos de barragens que tinha na Amazônia, e nos juntamos com o centro-oeste, nordeste, com o sul e com o sudeste e de 11 a 14 de março fizemos o Primeiro Congresso Nacional de Atingidos por Barragens que resultou na criação do MAB, que é hoje essa grande organização. (Depoimento de Neto Portugal, março de 2021).

Esse processo levou, portanto, à fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organização nacional que assim se define:

...um movimento popular, de caráter nacional, de massa e com rostos regionais, formado por trabalhadores e trabalhadoras, sem distinção de cor da pele, orientação sexual, religião, partido político ou grau de instrução. Seu objetivo é reunir e organizar trabalhadores e trabalhadoras, atingidos e atingidas por barragens, ameaçados por novos projetos e também pelo modelo energético brasileiro. (MAB, 2015)

Nessa definição, que se encontra de forma semelhante em diversas publicações do Movimento, destacam-se suas principais características: primeiro, ser um movimento popular e nacional; segundo, a identificação com a classe trabalhadora, o que possui consequências em suas formulações políticas. Por último, nota-se uma visão já voltada a ampliar o conceito de atingido, a fim de abranger um maior número de pessoas, uma vez que o movimento se define como “de massa” e ressalta a inclusão dos “ameaçados” e atingidos “pelo modelo energético”.

Benincá (2011) afirma que uma das primeiras preocupações do Movimento foi formular seu próprio conceito de atingido:

Convém observar a formulação do conceito de atingido feita no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989. Nesta categoria, o Movimento incluía: “todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de ser atingidos diretos ou indiretos”. O conceito foi retomado a posteriori pelo Movimento, que passou a considerar atingido direto não só quem é afetado com as obras das barragens, mas também toda a população que é onerada com pesadas tarifas de energia (BENINCÁ, 2011).

Em outras palavras, a organização passa a abranger não só os *alagados*, mas quaisquer sujeitos que se identifique como atingido em qualquer ponto do circuito, da produção ao consumo de energia. Na concepção do Movimento, uma das primeiras preocupações foi abolir a distinção entre “atingidos diretos” e “atingidos indiretos”, ou seja, entre aqueles impactados pela formação do reservatório e os demais. Atingidos passam a ser todos os que “sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas”.

Para Corrêa (2009),

a terminologia atingido imprime tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento do Estado na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis político-social, cultural e ecológica de um sujeito coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento vigente excludente e antiecológico (CORRÊA, 2009, p. 59).

Assim, o conceito de atingido foi se alargando devido à organização e a luta dos atingidos. Por exemplo, a luta do MAB na Barragem de Barra Grande (690 MW) (RS-SC) conseguiu fazer valer um "conceito mais amplo de atingido, inserindo professores, pequenos comerciantes e todos os não-proprietários afetados, os quais foram reparados pelas suas perdas" (BENINCÁ, 2011, p. 273). Outra luta típica dos atingidos é pela inclusão das populações à jusante dos barramentos.

Com a organização do MAB sob uma mesma identidade de *atingidos* há um salto na organização dos atingidos no Brasil, que possibilitou a articulação de sua pauta em outra escala, não mais apenas regional, mas nacional. Nessa perspectiva, aparece outra concepção de espaço, mais próxima de considerar seu aspecto relacional e de mobilizar diversas temporalidades e escalas. Trata-se de uma concepção diferente da imposta no conceito de atingido do setor elétrico.

Como foi tratado no item anterior deste trabalho, nos anos 1990, o setor elétrico foi alvo do processo de privatização, que atingiu principalmente a distribuição de energia, mas possibilitou a presença das empresas privadas também na geração e na transmissão. Essa reorganização da indústria de energia teve um impacto direto na luta dos atingidos por barragens, uma vez que “as conquistas, que eram asseguradas com bastante dificuldade e mobilização no diálogo com as empresas públicas, tornam-se ainda mais raras com a presença de empresas privadas” (MAB, 2013, p. 9).

As empresas do setor elétrico compreendem o direito dos atingidos por barragens como parte do custo socioambiental das hidrelétricas. Portanto, dentro da lógica do modo de produção capitalista, esses direitos precisam ser contabilizados e precificados.

A concepção territorial patrimonialista/hídrica segue sendo a mais adequada para este fim, sempre sob a aparência de questão técnica. No entanto, como lembra Santos (2013), a técnica nunca é neutra. Enquanto as empresas, pela sua natureza, buscam limitar o conceito de atingido, a atuação dos atingidos, por outro lado, tende a alargar ao máximo a abrangência do conceito, a fim de incluir mais pessoas e obter uma maior amplitude de direitos. Por isso, é possível dizer que através de sua luta, os atingidos questionam a concepção areal do espaço que embasa a visão do setor elétrico e colocam no centro os elementos relativos às condições sociais, culturais, econômicas, ou seja, nessa visão o ser humano e as relações sociais possuem primazia sobre a “área afetada”.

Ao questionarem a essa concepção areal do espaço, os atingidos se aproximam de uma concepção do espaço social, que também poderia ser chamado “humano” em referência à formulação de Santos (2004), ou relacional, para usar o termo de Harvey (1980). Ao colocar a centralidade na ampliação do conceito de atingido, acabam revelando a dimensão das relações sociais na conformação do espaço.

Como explica Santos (2014), o espaço é relação. Não se trata de um *resultado* da interação entre o ser humano e a natureza, tampouco da justaposição ou soma entre a materialidade e as relações sociais.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. (SANTOS, 2014, p. 30)

Em seu esforço para garantir a ampliação dos direitos, os atingidos identificam uma gama de transformações socioespaciais provocadas pelas barragens, que se dão inclusive em diferentes escalas. Ao lutarem para ter seus direitos reconhecidos, os atingidos defrontam-se com os critérios restritivos das empresas. Frequentemente, as queixas contra baixas indenizações também revelam que há aspectos relevantes para os atingidos desconsiderados no cálculo das empresas, como questões imateriais ligadas à cultura ou saberes tradicionais, ou a própria dinâmica de valorização do mercado imobiliário, tanto no meio rural quanto urbano, frequentemente subdimensionada.

Embora a construção de barragens para geração de energia tenha tido um peso relevante na história dos atingidos, o Movimento não se limitou a essas obras. Por exemplo, uma das principais regiões de atuação do MAB é a atingida pela barragem para acúmulo de água do Castanhão, no Ceará. A partir de 2015, os rompimentos das barragens de mineração da Vale e BHP Billiton em Mariana e da Vale Brumadinho, em Minas Gerais, também acrescentaram uma nova dimensão ao que significa ser atingido por barragem.

Uma das reivindicações centrais do MAB, até hoje, é a instituição de uma Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB) que, entre outros pontos, traga uma conceituação mais ampla de atingido. O MAB tem chamado atenção para o fato de que os acordos feitos com empresas e governos possuem um caráter *instituinte* (MAB, 2013a), mas não se efetivam na lei.

As conquistas e avanços frutos das mobilizações de atingidos em décadas de luta ainda não se transformaram em direitos, o que tem ocasionado o tratamento diferenciado dos ‘mesmos’ atingidos, em diferentes estados por ‘diferentes’ empresas, causando graves violações aos direitos humanos (MAB, 2013b)

Na percepção do Movimento, enquanto as empresas do setor elétrico contam com um marco legal robusto, a única garantia jurídica instituída para os atingidos ainda é o Decreto-lei 3.356 de 1941, que estabelece como atingidos apenas os proprietários com escritura e institui como única forma de compensação a indenização em dinheiro (MAB, 2013b). Ou seja, embora se tenha avançado em acordos e diretrizes, na lei ainda impera o critério patrimonialista.

Somente em 2010, no último ano do governo Lula, houve a promulgação de um novo instrumento legal, o Decreto 7.342, que institui o cadastro socioeconômico dos atingidos por

barragens, possibilitando a identificação dos atingidos por barragens e outros empreendimentos.

O cadastro socioeconômico, instrumento básico para a realização de qualquer política de indenização e reassentamento, já vinha sendo executado nas obras de barragens. Já está presente, por exemplo, no acordo de Itá e até mesmo em Sobradinho, embora naquela época não fosse universal a todos os atingidos, oferecendo apenas uma estimativa. No entanto, não existiam diretrizes comuns para esse instrumento.

O decreto que institui o cadastro socioeconômico contempla as “populações sujeitas aos seguintes impactos”:

- I - perda de propriedade ou da posse de imóvel localizado no **polígono do empreendimento** (grifo nosso);
- II - perda da capacidade produtiva das terras de parcela remanescente de imóvel que faça limite com o **polígono do empreendimento** e por ele tenha sido parcialmente atingido;
- III - perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;
- IV - perda de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependam economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;
- V - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento;
- VI - inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros localizados nas áreas do polígono do empreendimento, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações; e
- VII - prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações. (BRASIL, 2010)

O que se vê aqui é que, embora a concepção espacial areal seja dominante no setor elétrico, ela não aparece exclusivamente. A presença de elementos que consideram uma concepção mais abrangente de espaço (como mostra a referência ao “modo de vida”) também está presente no texto do decreto, embora de maneira mais limitada. Essa tem sido a tônica dos marcos do setor elétrico nesse período e também está presente em Belo Monte.

No entanto, se o texto do decreto amplia o conceito de atingido para além do critério territorial-patrimonialista e inclui outros impactos além da formação do lago propriamente dita, a concepção areal do espaço continua presente na ideia de “polígono do empreendimento”, ou seja, a determinação de um demarcador geométrico como principal forma de delimitar quem são os atingidos.

Além disso, o “polígono do empreendimento” é declarado pela própria empresa. Geralmente inclui as áreas alagadas para a formação do reservatório e outras necessárias às

estruturas da hidrelétrica, como canteiro de obras, via de acesso, setores administrativos e alojamento dos trabalhadores, possuindo limites bem-definidos.

Uma outra limitação ocorreu no processo de regulamentação deste decreto, no qual foi estabelecido que ele fica a cargo das empresas, que normalmente contratam terceirizadas para fazê-lo. Isso gera, na opinião dos atingidos, conflitos de interesses (MAB, 2013b).

Nas últimas décadas, o Movimento vem expandindo seu trabalho organizativo para as grandes cidades e fortalecendo a articulação com organizações de trabalhadores do setor elétrico e outros movimentos. Os estudos sobre a indústria de eletricidade também ganharam centralidade no programa de formação política do Movimento. A compreensão de que a questão não reside na escolha da fonte de energia, mas no *modelo energético* leva o MAB a debater o problema das tarifas de energia e envolver-se em campanhas pela tarifa social e contra os altos preços, como por exemplo, a campanha “O preço da luz é um roubo”, realizada em 2007.

Ao buscar apreender a totalidade do circuito produtivo da mercadoria energia, vão desde o estágio de planejamento até o consumo – que sustenta a transferência de valor para os acionistas dessa indústria. Operando com escalas, constatam que os lugares de “fazer” e de “mandar” são distintos e que precisam de um movimento nacional e até latino-americano, como mostra a iniciativa de construção do Movimiento de los Afectados por Represas (MAR). Ao identificar-se como classe trabalhadora, compreendem sua luta como parte da luta de classes, portanto, contra o modelo de exploração capitalista. Ao lutarem contra o capitalismo, vivem o espaço como totalidade em movimento e contrapõe-se à sua instrumentalização pelo planejamento capitalista. Assim, a luta dos atingidos integra a luta de classes ou, como afirma Carlos (2015), é uma forma da luta de classes quando a produção do espaço se dá como mercadoria.

As contradições que a produção do espaço encerra, apontando para um novo modo de expressão das lutas de classe: a luta pelo espaço que se depreende pelos conflitos em torno do direito à cidade e pela terra no campo" (CARLOS, 2015, p. 12)

Por isso, pode-se dizer que, ao formularem seu próprio conceito de atingido, que vai ganhando novas camadas a partir de sua organização, na prática, os atingidos desafiam a concepção espacial das empresas do setor elétrico e propõem uma distinta. Ao se contraporem à concepção hegemônica, absoluta e areal, do espaço, os atingidos estão mobilizando uma concepção espacial mais próxima da relacional (HARVEY, 1980), do espaço humano (SANTOS, 2004), no qual as relações sociais ganham centralidade. Essa concepção vai

aparecendo junto à outra nos acordos e nas conquistas dos atingidos, em maior ou menor medida, de acordo com a correlação de forças em cada lugar e momento histórico.

No capítulo 2, discute-se como o conceito de atingido empregado pela hidrelétrica de Belo Monte dialoga com essas perspectivas, no contexto das intensas transformações socioespaciais desencadeadas pela hidrelétrica no espaço urbano de Altamira. Já o capítulo 3 detém-se especificamente o caso dos atingidos da Lagoa do Independente I, que fornecem um exemplo nítido de conflito entre as concepções espaciais de atingido. Nesse caso, os atingidos mobilizados conseguiram fazer valer um alargamento da concepção até então utilizada pela empresa.

## **CAPÍTULO 2**

### **BELO MONTE E OS ATINGIDOS NA CIDADE DE ALTAMIRA**

---



**N**este capítulo, busca-se compreender aspectos da formação do espaço urbano na Amazônia e como os projetos de grande escala (PGE) foram determinantes para esse processo. Altamira, especificamente, vai se transformando de uma cidade tipicamente tradicional para uma cidade “de fronteira”, em um movimento de transformação que se dá em “surto” de desenvolvimento (BECKER, 2013), rápidos e desordenados, primeiro com a Transamazônica e depois com Belo Monte, grandes objetos (SANTOS, 2013) que provocam reestruturas espaciais.

Esse movimento de resgate histórico é necessário para compreender como surgem os atingidos por Belo Monte no espaço urbano. Sua situação decorre de uma correlação de forças em que a empresa, junto ao Estado e por vezes em seu lugar, toma decisões com relação à quantidade de atingidos, seu enquadramento espacial, qual tratamento devem receber e como será sua realocação. É nesse contexto que a empresa define seu conceito de atingido, que parte de uma concepção areal do espaço. Essa concepção espacial se mostra adequada para assegurar a acumulação ampliada de capital, em uma lógica na qual os atingidos são considerados parte dos custos socioambientais, externalidades que devem ser enfrentadas com o menor custo possível.

No entanto, essa concepção restritiva e autoritária confronta-se com a realidade em movimento de permanentes conflitos, que se acirram ainda mais com a presença da hidrelétrica. Em especial considerando o contexto urbano, “o espaço mais visível e concentrado das diferenças de classe e das contradições sociais” (CASTRO, 2018, p. 16), essas dinâmicas confluem para um verdadeiro processo de *caos espacial* (LEFEBVRE, 1974), como mostram as diversas lutas empreendidas pelos atingidos.

## 2.1 Projetos de grande escala e a produção do espaço urbano na Amazônia

A formação do espaço urbano na Amazônia possui características singulares. Castro (2008) ressalta que não é possível aplicar à região o modelo clássico de urbanização associada à industrialização forjado na Europa e utilizado para explicar o fenômeno da urbanização em outras regiões do Brasil. Para compreender esse processo, é necessário olhar para o papel que a Amazônia cumpre na divisão geográfica do trabalho, como região dependente em um país dependente.

A Amazônia se insere no processo de desenvolvimento do capitalismo mundial de formas específicas, que mudam ao longo do tempo e vão deixando marcas em sua organização espacial. Para Gonçalves (2012), na Amazônia coexistem dois padrões de organização do espaço contraditórios entre si: um denominado “rio-várzea-floresta” e outro “estrada-terra firme-subsolo”. Esses padrões são marcados pelos diferentes momentos de expansão do capital na região amazônica e materializam conflitos de interesses de distintas classes sociais ou frações de classe no território.

Relacionando os padrões de organização espacial cunhados por Gonçalves (2012) às fases do desenvolvimento capitalista descritas por Fernandes (2020), nota-se que o padrão de organização espacial denominado “rio-várzea-floresta” relaciona-se à fase de expansão do mercado capitalista moderno e formação do capitalismo competitivo, enquanto o padrão “estrada-terra firme-subsolo” corresponde ao papel designado para a Amazônia na fase do capitalismo monopolista.

Com relação a essa segunda fase, o processo de industrialização dependente do país exigia um aumento permanente das exportações, de forma a gerar divisas para o pagamento da dívida externa. Nesse contexto, desenhou-se para a Amazônia o papel de fornecedora de produtos primários para a exportação, sejam minerais ou agropecuários que, principalmente após o choque do petróleo, passaram a contar com grandes aportes de recursos públicos. Além do financiamento direto, para viabilizar esses projetos, o Estado se encarregou da infraestrutura, em especial rodovias e hidrelétricas.

Especificamente na Amazônia, a crise no balanço de pagamentos e o direcionamento de recursos públicos para subsidiar os usineiros para produzir álcool, implicou uma mudança de política que, então, descobre uma vocação pecuária e de exploração mineral para a região. Esses fatos, na verdade, precipitaram a apropriação da Amazônia por uma lógica capitalista explícita. (GONÇALVES, 2012)

Consolida-se então o papel da Amazônia como fronteira da expansão do capital, sob os ditames de um processo dirigido de colonização e ocupação em uma lógica empresarial e

militar. Mobiliza-se para isso um discurso que combinava o mito da natureza inexplorada com a ideia de reserva de recursos e ao mesmo tempo vazio demográfico que deveria ser ocupado por questões de soberania nacional (GONÇALVES, 2012).

Essa fronteira, como ressalta Bertha Becker, possui característica urbana antes mesmo de se apresentar como fronteira agrícola (BECKER, 1990). Trata-se de uma estratégia de ocupação do território e controle da força de trabalho, em que as nucleações urbanas funcionam como “bacia de mão de obra para a fronteira” (BECKER, 2015). Becker explicita, nessa análise, a relação da cidade com a exploração e a dominação da classe trabalhadora, que na fronteira adquire uma condição específica ao combinar formas capitalistas e “pré-capitalistas” para viabilizar a expansão do capital.

A particularidade da organização espacial na Amazônia enseja distintos processos de urbanização, dos quais resultam cidades diferentes em suas formas e funções. Há autores que identificam dois tipos principais de cidade. O primeiro é dito “tradicional” (TRINDADE JR., 2013) ou “antigo” (CASTRO, 2008) ligado à circulação fluvial, à economia extrativista ou de subsistência e ao capital mercantil, cujo auge se deu durante o ciclo da borracha. O segundo, “rodoviário” (TRINDADE JR. 2013) ou “de fronteira” (CASTRO, 2018) ligado ao momento de inserção da Amazônia como fronteira mineral e agrícola, com a região ocupando um novo papel para a acumulação do capital, sob hegemonia do capital industrial e financeiro.

Esse segundo tipo de cidade predomina em um período caracterizado pela introjeção na Amazônia de projetos de grande escala (PGE), tais como rodovias, hidrelétricas e plantas de mineração, ligados à expansão da fronteira. A expressão “projetos de grande escala” (PGE) é de Gustavo Ribeiro (1987) e possui o seguinte sentido:

La construcción de ciudades planificadas, obras hidroeléctricas, ferrocarriles y canales constituye el núcleo básico de la categoría proyectos de gran escala, rotulo por el cual opté porque solo sugiere dimensión y planificación. Rótulos preexistentes como proyectos de desarrollo, macrodesarrollo, grandes obras de ingeniería civil o macroingeniería tenían limitaciones por los significados ideológicos provenientes del uso corriente de las expresiones, o remitían a una tradición ajena a las ciencias sociales (RIBEIRO, 1987, p. 7).

Esses projetos, caracterizados pelo seu gigantismo, isolamento relativo (mais do ponto de vista das forças produtivas do que necessariamente geográfico) e pelo seu caráter “temporário” (considerando a existência de uma fase intensiva em capital e força de trabalho e outra caracterizada pelo usufruto do objeto técnico), via de regra, contribuem para reforçar as relações de dependência entre países ou regiões dentro de um mesmo país (RIBEIRO, 1987).

A lógica dos PGE desenha novos processos de urbanização para a Amazônia, nos quais as cidades crescem em “surtos econômicos”, incapazes de promover o desenvolvimento da região (BECKER, 2013), uma vez que seu centro dinâmico lhe é exterior. Esse processo é portador de contradições profundas com consequências marcantes para a reprodução social na região. Assim, Becker descreve a particularidade das “urbes” da Amazônia:

A região conta ainda hoje com poucos empreendimentos de setores de produção estruturados e integrados em cadeias produtivas completas que pudessem gerar emprego, renda, mercado e serviços nas cidades. Resulta assim que a maioria das cidades não tem uma hinterlândia organizada tal como concebida na teoria dos lugares centrais. A economia informal é dominante. A grande maioria da população urbana com emprego formal é constituída por funcionários públicos. A maior parte dos municípios não consegue nem arrecadar tributos necessários a sua existência, dependendo de repasses sobretudo da União. Royalties provenientes da mineração introduzem arrecadação que nem sempre é revertida em investimento. (BECKER, 2013, p. 46)

A Amazônia vai se constituindo como uma “floresta urbanizada” (BECKER, 2009) ou, como sugere Marques (2019), “pobre e contraditoriamente urbanizada” (MARQUES, 2019, p. 221), uma vez que, embora a região seja rica em recursos estratégicos para a acumulação do capital, ao povo que aqui vive cabe uma parte insignificante da mais-valia socialmente produzida. Ao olhar para o espaço de Altamira, essas contradições se evidenciam.

## 2.2 Altamira e seus processos espaciais antes de Belo Monte

Esta seção é composta de breve resgate histórico para auxiliar na compreensão dos processos que formaram e transformaram o espaço urbano de Altamira, adotando uma periodização simplificada que destaca dois momentos: a formação da cidade no contexto do extrativismo da seringa e sua resignificação com a abertura da rodovia Transamazônica.

Busca-se também evidenciar os aspectos socioeconômicos e políticos que confluem para originar a ocupação dos *baixões*, áreas alagadiças dos igarapés que cortam a cidade, em um momento de vertiginoso crescimento populacional e êxodo rural, já sob a lógica da urbanização “de fronteira”. A maioria dos atingidos por Belo Monte no meio urbano será a população residente nesses lugares.

### a) *No tempo da borracha*

A ocupação do vale do rio Xingu remonta ao interesse da coroa portuguesa, no século XVII, em fincar pontos avançados na região amazônica como estratégia de ocupação e

defesa do território (CASTRO, 2008). Considerada “pré-história” de Altamira (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2001), este período foi marcado pela presença de padres jesuítas e a fundação de “aldeamentos” indígenas, como estratégias de ocupação dessa vasta região no contexto das disputas coloniais, além da exploração das chamadas “drogas do sertão”. Com a expulsão dos missionários pela Coroa Portuguesa, a localidade viveu um período de estagnação do ponto de vista do desenvolvimento capitalista e integração mercantil. É com o chamado ciclo da borracha, no final do século XIX, que o pequeno povoado ganhou nova dinâmica.

Altamira foi fundada como vila em 1883 e alçada à condição de município em 1911, desmembrada do município de Souzel. Nesse período, a localidade dependia do rio como via principal de transporte e comunicação e sua dinâmica pautava-se na circulação de mercadorias, principalmente a partir do extrativismo da borracha. A região recebeu imigrantes nordestinos responsáveis por sustentar, em situações de penúria, a riqueza e o poder dos barões da seringa (MARQUES, 2019).

A borracha era explorada em sistema de aviamento, que se baseava no controle geográfico da força de trabalho. Para Marques (2019), trata-se de um tipo de escravidão, uma vez que se sustentava na dívida adquirida pelo seringueiro com seu patrão (o seringalista) para ter acesso às mercadorias que este comercializava com exclusividade nos seringais. A superexploração do trabalhador do seringal permitia a redução dos custos industriais nos países capitalistas centrais, que podiam importar a borracha com um menor custo.

O látex extraído nos seringais do Alto Xingu era levado para onde é hoje Altamira, onde havia duas estradas, uma pública e uma particular (COUDREAU, 1977), que, partindo de pontos diferentes, permitiam o acesso ao porto de Vitória (atual município de Vitória do Xingu). Dali, o látex seguia viagem pelo rio rumo às casas aviadoras de Belém, de onde seria exportado. As estradas até Vitória, em que pese sua má condição de trafegabilidade, permitiam desviar do trecho conhecido como Volta Grande do Xingu, de corredeiras e pedras, marcado pela dificuldade de navegação (NUNES, 2014). Essa característica geográfica acabou fortalecendo o papel de Altamira como entreposto.

Na época da borracha, Altamira tinha poucas pessoas morando e poucas casas. No entanto, havia muito movimento e “trânsito de lancha para os seringais do Alto Xingu”, o que parece evidenciar que Altamira, nesse período do auge da borracha, era mais propriamente um espaço de circulação de pessoas e mercadorias que um local para fixar residência ou moradia. (ALONSO e CASTRO, p. 187).

Com a economia da borracha, Altamira consolidou-se como principal núcleo urbano do Xingu, ultrapassando a sede de Souzel e consolidando seu papel como cidade intermediária na rede urbana amazônica, encabeçada por Belém e Manaus. Esse processo possibilitou um certo grau de desenvolvimento urbanístico em Altamira:

O excedente acumulado no auge da economia da borracha foi revestido em objetos técnicos importantes (vias, prédios públicos, aeroporto, subestação elétrica etc.) que destacaram este centro urbano diante dos demais. Ressalta-se, entretanto, que a rede urbana em questão se caracterizava por um sistema de trocas pouco eficiente do ponto de vista da acumulação de capitais, dadas as conexões precárias aos principais eixos produtivos nacionais. (MIRANDA NETO, 2015, p. 115)

Entre os objetos técnicos implantados no período, destaca-se a primeira geradora de eletricidade da cidade, que foi inaugurada em 1925, mas deixou de funcionar em 1940, deixando a população no escuro. Somente em 1949 a administração municipal adquiriu um novo gerador a diesel, de 45 kW de potência (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012). No período, a cidade ainda se caracterizava por ser tipicamente ribeirinha, tendo no rio sua principal via de comunicação com o mundo externo.

Em 1940, o núcleo urbano era constituído de seis ruas paralelas ao rio (da Avenida João Pessoa a sudeste até a rua Djalma Dutra a noroeste) e sete travessas perpendiculares (da Travessa Pedro Lemos a nordeste à Travessa Dez de Novembro à sudoeste). A forma urbana era marcada pela heterogeneidade, com muitas características rurais, como casas cobertas de palha, grande circulação de animais, pouca diferenciação entre os terrenos e as vias públicas e árvores de grande porte no meio das ruas (MIRANDA NETO, 2016).

Com o fim do ciclo econômico da borracha, à exceção do período do novo surto durante a Segunda Guerra, Altamira viveu novamente a estagnação. A decadência dos seringais, por um lado, contribuiu para a fixação de população no núcleo urbano (ALONSO e CASTRO, 2013); por outro, criou as condições para o surgimento de um modo de vida tipicamente ribeirinho, com núcleos familiares vivendo na floresta, agora sem a submissão aos seringalistas (GONÇALVES, 2012). Voltado para a subsistência, esse modo de vida contribuiu para amortecer os impactos da decadência da economia gomífera (MIRANDA NETO, 2016). A sobrevivência econômica em Altamira continuou pautada por atividades primárias como a caça, a agricultura, a pecuária e o extrativismo de borracha e castanha-do-pará.

Na década de 60, a prefeitura municipal iniciou uma política de incentivo para fixar famílias na zona rural, construindo pequenas estradas e distribuindo títulos de terra, o que

atraiu novos grupos de migrantes nordestinos (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012; MIRANDA NETO, 2016).

Um jornalista sudestino que visitou Altamira em 1970, pouco antes da abertura da Transamazônica, fez a seguinte descrição da vida econômica da cidade:

A maioria dos habitantes de Altamira vive quase que exclusivamente da caça de onças e gatos maracajás, cujas peles são vendidas, respectivamente, a 750 e 450 cruzeiros. Pelo menos três vezes por semana, pousa na pista da cidade um aviãozinho vindo de Santarém ou de Belém, trazendo estrangeiros que vêm buscar peles para exportar. A cidade mantém constantemente duas mil pessoas no mato, à caça de peles (MORAES et al, 1970, p. 35).

A descrição coincide com a chamada “febre da fantasia”, iniciada em 1967. A exploração das peles de animais envolveu os trabalhadores que porventura ainda estivessem nos seringais, contribuindo para o seu esvaziamento (MIRANDA NETO, 2016, p. 114). Com a proibição da caça de animais silvestres, Altamira se encontrou prestes a mergulhar em uma nova era de estagnação, mas uma decisão tomada muito distante dali mudaria seu destino.

#### *b) Transamazônica e a reestruturação do espaço urbano*

A partir da década de 60 e com mais intensidade nas décadas de 70 e 80, o mundo experimentava o esgotamento do período de crescimento posterior à Segunda Guerra Mundial. A crise de acumulação capitalista renunciava uma reestruturação com objetivo de ampliar a exploração dos trabalhadores, além de incorporar regiões onde a composição orgânica do capital fosse mais baixa, como medida para retomar as taxas de lucro. Se essas regiões por ventura proporcionassem grande oferta de recursos naturais, tornavam-se ainda mais cobiçadas. Dessa forma, a Amazônia passou a ter um novo papel para a reprodução capitalista, consolidando seu papel de fronteira agrícola e mineral (MARQUES, 2019).

Do ponto de vista do governo brasileiro, na segunda metade do século XX tem início o discurso de “integração” da Amazônia, bem como a concepção de que se tratava de um “espaço vazio” a ser colonizado, uma “selva” que deveria ser domada (MARQUES, 2019). Tal discurso materializou-se principalmente com a abertura de grandes rodovias com o objetivo de integrar a região econômica e territorialmente ao centro-sul do país, como a Belém-Brasília, iniciada no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

Essa perspectiva ganhou maior fôlego na ditadura militar, quando que foram definidos programas específicos com o intuito de “integrar” e “desenvolver” a Amazônia. O marco deste momento foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Borracha

(SPEVEA) em 1966. Em 1970, os militares lançaram o Programa de Integração Nacional (PIN), do qual fazia parte a rodovia Transamazônica (Br 230). Em novembro daquele ano, o então presidente Emílio Garrastazu Médici viajaria até Altamira para a cerimônia oficial de inauguração da rodovia.

Os objetivos oficiais da empreitada eram ocupar uma área de grande vazio demográfico, garantir a segurança nacional e resolver os problemas sociais originados da seca na região nordeste. Marques (2019) aponta interesses subjacentes a esse discurso: responder aos conflitos fundiários do Nordeste (real razão encoberta pelo discurso da “seca”), reduzir a pressão migratória de nordestinos para o sudeste (onde competiam com os trabalhadores locais pelas vagas de emprego), minimizar possíveis focos de insurreição (a exemplo da Guerrilha do Araguaia) e a expectativa de explorar economicamente recursos naturais.

Como principal centro urbano regional, Altamira viveu um momento de profundas transformações. O município se destacou como polo de absorção da força de trabalho migrante, vinda principalmente do Nordeste. O frenesi da população local com a abertura da rodovia, descrito por Silva (2008), lembra os efeitos de Belo Monte e parece ser um exemplo típico de impacto de projetos de grande escala na realidade local:

Os aluguéis das casas modestas subiam vertiginosamente. Cada casa da cidade se arvorou em loja, com mercadorias penduradas nas janelas tornadas vitrinas ou balcões. Os antigos comerciantes viam surgir ao lado de sua taberna pequenas lojas com mercadorias vindas de fora, mas sabiam que a procura era maior que a oferta e havia a promessa de lucro de sobra para todos. Vendia-se tudo: a fruta do quintal, o peixe do rio, o ovo caipira, o produto da roça, coisas que antes eram trocadas ou presenteadas ao vizinho ou compadre ganharam valor comercial. (SILVA, 2008, p. 45)

Está implícito nesse relato como a abertura da Transamazônica, dentro de um projeto concebido pelo Estado, provocou transformações nas relações sociais na cidade. Relações baseadas em vínculos tradicionais pré-capitalistas passam a coexistir com relações monetarizadas (NUNES, 2008).

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) estabeleceu as bases para a colonização em lotes rurais ao longo da rodovia, contando com a organização e assistência técnica do INCRA. No âmbito desse projeto, foram definidos módulos de 100 a 3.000 hectares em estradas vicinais cortadas a partir da Transamazônica a cada 10 km, em uma estrutura de aglomerações hierarquizadas: agrovilas, agrópolis e Rurópolis. Tais locais deviam contar com infraestrutura de bens coletivos como escolas, postos de saúde, locais para armazenar e beneficiar a produção, comércio, etc. (SILVA, 2008). O ambicioso objetivo do projeto,



pautado no “urbanismo rural” era promover uma ocupação ordenada do espaço, em sintonia com a racionalidade desenvolvimentista dos militares, evitando também possíveis conflitos.

A Transamazônica é um projeto de grande escala que transformou radicalmente a estrutura de Altamira, determinando um novo eixo de desenvolvimento e a expansão da malha urbana, além de redefinir o papel de centralidade da cidade na rede urbana. De acordo com Rocha (2011, p. 133),

As políticas públicas ligadas ao processo de integração nacional, dentre elas a construção da rodovia Transamazônica e o Projeto Integrado de Colonização (PIC – Altamira), assim como o Polo Altamira no âmbito do Polamazônia, redefiniram substancialmente as formas de uso do território, a rede de cidades (e o aporte demográfico regional) e a direção e o sentido dos fluxos de mercadorias e de população no espaço sub-regional sob o comando de Altamira.

Se antes a dinâmica da cidade era dada pelo rio, com a Transamazônica, o eixo rodoviário passou a ser o vetor mais dinâmico da expansão econômica, com uma certa “negação do rio” (TRINDADE JR., 2011, p. 139). Aquele momento marcou a passagem de Altamira de uma cidade genuinamente “tradicional” para uma cidade de traços mais marcadamente “rodoviários”, para usar a tipologia de Trindade Jr. (2013). As mudanças foram tão profundas que houve quem pensasse que Altamira começou a existir nesse momento (SILVA, 2008).

As formas tradicionais, no entanto, permanecem marcadas no espaço como rugosidades (SANTOS, 2006), evidenciando a coexistência de temporalidades no espaço urbano. Assim, Altamira reúne as características simultaneamente de cidade antiga e cidade de fronteira (CASTRO, 2008, p. 33), em constante tensão entre o “tradicional” e o “moderno”.

O projeto de colonização na Transamazônica esbarrou em limites estruturais e não obteve o êxito desejado.

O número de colonos assentados representou somente pequena parte dos objetivos extremamente otimistas do início. No começo, eram um milhão de famílias a serem assentadas; mais tarde, o INCRA reduziu esse número para 100 mil e, em meados dos anos 1970, somente 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica. (KOHLHEPP, 2002, p. 38)

Com o choque do petróleo, em 1973, o governo militar mudou sua estratégia para a ocupação da região, buscando obter divisas rapidamente a partir de um modelo latifundiário voltado para a exportação, baseado na criação de gado, extração de madeira e plantio de culturas como cana-de-açúcar, cacau e milho (MIRANDA NETO, 2016). A política de colonização focada em pequenos agricultores migrantes foi praticamente abandonada.

No ano seguinte, o governo criou o programa Polamazônia, fazendo de Altamira um dos 15 polos projetados para a região. O Programa, na década de 1970, garantiu aporte de recursos públicos em projetos privados de agropecuária, madeira e mineração, voltados principalmente para a exportação. Houve, com esse projeto, uma mudança no sentido da colonização por parte do Estado<sup>11</sup>, que passou a incentivar e financiar prioritariamente projetos de grandes fazendas para a criação de gado em detrimento do modelo de lotes de 100 hectares. Isso incentivou a concentração de terras e conflitos fundiários, que contribuíram para a expulsão da população do campo e o aumento da população urbana nas décadas posteriores (MARQUES, 2019).

Os empreendimentos de infraestrutura elevaram o preço da terra, aquecendo o seu mercado com a chegada de novas empresas, fazendeiros e trabalhadores que vinham trabalhar nas mineradoras, nos garimpos e no desmatamento das fazendas. A modalidade de apropriação da terra foi, logo, definida pela presença desses novos atores que se sucedem na terra, que se contrapõem, pela própria lógica de funcionamento, à lógica da pequena produção. (ALONSO e CASTRO, 2013, p. 166)

Esse período sedimentou as bases do que viria a se consolidar como o papel da Amazônia na divisão geográfica do trabalho, como fornecedora de recursos minerais, energéticos e agropecuários. Essas políticas reconfiguraram também o espaço amazônico. Se antes a ocupação se dava ao longo dos rios, agora as rodovias passam a definir novos eixos de ocupação. As aglomerações urbanas que surgiram nesses eixos possuem características diferentes, voltadas “de costas” para a floresta.

Silva (2008) relata que:

As famílias migrantes se depararam com uma dura realidade que lhes exigia esforço, coragem e persistência para permanecer na terra apossada. A partir de 1974, o projeto de colonização oficial da Transamazônica foi praticamente abandonado. O governo retirou quase todos os órgãos de apoio aos colonos, deixando-os à mercê da própria sorte: as estradas intransitáveis, sem incentivo agrícola, sem escolas para os filhos, distantes de postos de saúde e dos estabelecimentos comerciais. Encontravam-se totalmente isolados, principalmente no período chuvoso que se estendia por mais de seis meses. (2008, p. 53)

De acordo com a autora, “parte das famílias, abandonadas à própria sorte, acabam vendendo suas terras por baixo preço para fazendeiros e especuladores de terra que penetram nesta região” (SILVA, 2008, p. 53). Também teve início um período marcado por conflitos agrários. Famílias sem-terra se mudaram para os centros urbanos, contribuindo para o inchaço das cidades e a pressão sobre uma precária infraestrutura urbana.

---

<sup>11</sup> Sobre a expulsão de colonos e trabalhadores rurais do campo por motivo de redirecionamento de políticas públicas, Becker (2015) esclarece que “estruturalmente, a estratégia geral do Estado é de assegurar a propriedade privada latifundiária, só fortalecendo a produção camponesa conjuntamente, para compatibilizar seu caráter complementar/contraditório em relação ao latifúndio.” (p. 255)

Este foi o período de mais intenso crescimento da população de Altamira. Entre 1970 e 1980, a população do município triplicou, passando de 15.345 para 46.509 habitantes. Embora a população rural também tenha crescido, é no meio urbano o salto mais expressivo: de 5.374 habitantes em 1970 para 26.911 em 1980, ou seja, quintuplicou no intervalo de apenas dez anos, marcando a passagem da população para a maioria urbana. A área urbana de Altamira também aumenta quatro vezes (MIRANDA NETO e HERRERA, 2016, p. 3).

O momento em que Altamira registrou esse crescimento coincide com o período histórico em que a Amazônia, demograficamente, também passa a ter maior população urbana, em consonância com a trajetória da urbanização do país (SANTOS, 2005).

### *c) A formação da periferia e a ocupação dos baixões de Altamira*

Na escala intraurbana, o grande crescimento da população se traduziu na abertura de novos lotes residenciais, regularizados ou não, nas áreas periféricas da cidade. O bairro Brasília, separado da região central pelo Igarapé Altamira, ganhou a característica de “núcleo secundário” da cidade, contando com um centro comercial ao longo do eixo da avenida João Coelho, mais voltado para baixa renda, caracterizando o início do processo de periferização de Altamira.

Dada a mudança da política de terras em 1974, favorecendo a grande empresa e os colonos selecionados, novos bairros surgem na periferia urbana [de Altamira], habitados por migrantes sem-terra e assalariados rurais, bem como no centro ou próximo a ele, como loteamentos espontâneos ocupados por ex-colonos empregados no terciário. (BECKER, 2015, p. 419).

Esses novos bairros, como Brasília e Bela Vista, inclusive receberam o estigma de “bairros pobres” (ALONSO e CASTRO, 2013). Nesse momento, já se prenunciava um processo de segregação do tipo centro-periferia na cidade de Altamira, ainda que incipiente.

De acordo com Costa (2013),

Imigrantes, principalmente ribeirinhos, indígenas expropriados de terras, colonos do interior do município, de outras regiões do estado e de outras as regiões do país que perderam seus lotes de assentamento, pessoas em busca de terra e de trabalho, sufocaram diariamente a demanda por lotes urbanos e habitações. Propriedades rurais tradicionais periurbanas limitavam a produção de novos espaços e a oferta de moradias. (COSTA, 2013, p. 83)

No trecho acima está implícita a ocupação das áreas alagadiças, uma vez que as propriedades rurais que margeavam o perímetro urbano constroem a ocupação de terrenos periféricos. Segundo Costa, “a situação somente se modificou após desapropriações para

loteamentos públicos e devido à proliferação de loteamentos particulares<sup>12</sup>”. Há também outros fatores que influenciam na preferência dos moradores pelas áreas alagadiças em detrimento de terrenos periféricos: a proximidade com o rio, que continuava a ser importante econômica e logisticamente, o domínio da técnica de construção da habitação suspensa em palafitas, própria da cultura ribeirinha, a proximidade com o centro da cidade. Em boa parte dos casos, no entanto, o motivo principal era possivelmente era a impossibilidade de pagar por um terreno em terra firme.

Miranda Neto (2016) elenca quatro fatores que contribuem para a seleção de uma localização na cidade de Altamira: 1. Proximidade em relação ao centro; 2. Proximidade do rio, mas sem inundação; 3. Proximidade de vias de acesso principais; 4. Existência de infraestrutura mínima. Na prática, todos esses critérios acabam convergindo para a região central da cidade, que é historicamente ocupada pelos setores de mais alta renda, embora mantenham a presença de famílias de média e baixa renda, de ocupação antiga.

Harvey (1980) explica como os proprietários de imóveis exercem um poder de monopólio e criam, artificialmente, a escassez com o objetivo de obter renda. Isso ficou evidente com o aumento dos aluguéis verificado no período (SILVA, 2008). Iniciou-se assim um processo em que os mais pobres ocuparam as áreas inundação periódica ao longo dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas (ROCHA, 2011, p. 134), como Invasão dos Padres e Açaizal. Trata-se de assentamentos com casas de madeira, construídas sobre palafitas, sujeitas às alagações sazonais no período das cheias (inverno).

Esse tipo de solução habitacional recebeu o nome popular de “Baixão” em Altamira e entra na categoria de “assentamentos precários”, de acordo com o Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários, publicado em 2010 pela Secretaria Nacional de Habitação, ligada ao Ministério das Cidades<sup>13</sup>. Em Belém, um termo similar seria “Baixada”.

Em Belém-PA o tipo mais antigo, socialmente reconhecido e popular de assentamento precário, ou de favela, é a chamada baixada. Diferentemente do contexto do habitat ribeirinho em meio rural, na cidade, a baixada se caracteriza pela alta densidade construtiva e populacional, pela ocorrência de edificações em forma de palafita, conectadas por estivas (pontes de madeira que servem de acesso às residências substituindo ruas e calçadas), pela precariedade da infraestrutura urbana, que resulta em graves problemas de manutenção das condições naturais de cursos d’água, por serem utilizados como esgoto e pela obstrução por lixo na calha e nas áreas marginais. As baixadas de Belém representam, portanto, a expressão da cidade informal, autoconstruída a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado

<sup>12</sup> O surgimento do bairro Jardim Independente I se dá nesse contexto, como será mais detalhado no capítulo 3.

<sup>13</sup> “O que se observa no país é uma enorme variedade de termos e expressões, regionais e locais – tais como: favelas, barracos, mocambos, quilombolas, palafitas, baixadas, alagados, invasões, ocupações, loteamentos irregulares, loteamentos periféricos, vilas, assentamentos populares, comunidades etc, - sendo utilizados para designar fenômenos semelhantes.” (BRASIL, 2010, p. 19)

formal, ainda que próximas da porção mais central e infraestruturada da cidade. (RODRIGUES et al, 2013, p. 7-8)

De acordo com o Censo de 2010, a população vivendo em “aglomerados subnormais” em Altamira correspondia a mais de 8.253 pessoas de um total de 84.092 residentes da zona urbana (99.075 habitantes incluindo a zona rural). Essa solução popular para o problema da moradia é recorrente nas cidades brasileiras e relaciona-se a uma série de problemas ambientais e de saúde pública. Segundo Maricato (2015):

As áreas ambientalmente frágeis – beiras de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale -, que, por esta condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população. As consequências dessas gigantescas invasões são muitas: poluição dos recursos hídricos e mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias etc. (MARICATO, 2015, p. 82)

A precariedade na habitação da maior parte da classe trabalhadora brasileira é estudada por inúmeros autores (KOWARICK, 1970, SANTOS, 2009, OLIVEIRA, 2013, MARICATO, 2015) e é uma condição estrutural do capitalismo dependente no Brasil, diretamente relacionada à superexploração dos trabalhadores (MARINI, 2017) e ao baixo custo de reprodução da força de trabalho.

Ressalta-se ainda que a fração da população vivendo nesse tipo de condições é majoritariamente racializada como negra, contribuindo para reproduzir o padrão de racismo estrutural da sociedade brasileira através da segregação socioespacial.

Ao refletir sobre esse tipo de solução para a moradia, é preciso ir além da aparência. Maricato (2013) lembra que a ocupação irregular de terra não é uma excepcionalidade, mas está integrada ao modelo de desenvolvimento urbano no Brasil (MARICATO, 2013, p. 147).

A ilegalidade na provisão de grandes partes das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica. (p. 148)

Para a autora, essa ilegalidade é uma herança de nosso passado colonial, baseado na grande propriedade de terra, no patrimonialismo e na escravidão. Além de alimentarem um mercado imobiliário urbano cada vez mais especulativo, as ocupações irregulares também têm funcionalidade para a manutenção de relações arcaicas de poder político, baseadas no favor.

Kowarick (1979) trata do processo em termos de uma “espoliação urbana”, considerando a precariedade ou inexistência de itens de consumo coletivos socialmente

necessários para a reprodução da classe trabalhadora. Ele também destaca como processo é funcional para a acumulação do capital. A autoconstrução de moradias, nesse sentido é

uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos. (KOWARICK, 1979, p. 57)

Este momento marcou o início do processo de segregação socioespacial em Altamira, morfologicamente caracterizado pelas ocupações das várzeas dos rios e igarapés. Por outro lado, “antigamente”, quando o rio era o eixo mais dinâmico da economia da cidade, à época em que Altamira era uma “cidade tradicional” (TRINDADE JR., 2013) não cabia identificar as moradias à beira rio com processo de segregação.

Cria-se assim, um dos principais padrões da segregação no espaço urbano de Altamira: a divisão entre a cidade em terra firme e os “baixões”, as áreas de várzea, sujeitas a alagações. Esse quadro vai se alterar com a chegada de Belo Monte e a reestruturação urbana decorrente.

Altamira nesse momento já era uma cidade de importância regional. Caracterizando-se como uma cidade média, “principal cidade da mesorregião do sudoeste do estado do Pará” (ROCHA, 2011, p. 132), Altamira já exercia um papel de centralidade na rede urbana, polarizando outros núcleos menores de sua região e cumprindo o papel de mediação entre esta e a metrópole Belém.

Referência de um extenso território que engloba áreas de colonização agrícola, terras indígenas e unidades de conservação, Altamira, município de maior extensão territorial do Brasil, também pode ser considerada uma cidade de “responsabilidade territorial” (SPOSITO e SILVA, 2012), embora em sua parte sul, no distrito de Castelo dos Sonhos, as relações se deem mais com outras cidades do que com a sede municipal propriamente. De acordo com Alonso e Castro (2013), há centralização, em Altamira

das atividades administrativas realizadas pelas instituições que atuam na região, como Incra, Basa, IBGE, UFPA, Uepa, Funai, Prelazia do Xingu, entre outros. O mesmo acontece com a atividade comercial, os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e as entidades FVPP, Fetagri, Cimi, Aimat, Sinbax. (ALONSO e CASTRO, 2013, p. 183)

No início dos anos 2000, Altamira vivia um novo momento de efervescência econômica, em uma conjuntura de crescimento econômico nacional, animada pelo anúncio do asfaltamento da Transamazônica e a possível construção da hidrelétrica (COSTA, 2013). Sob a lógica de atuação do mercado imobiliário e influenciada pelas características naturais (sobretudo a presença dos cursos d’água), a urbanização do período é identificada por Costa

como tendente à “dispersão e fragmentação” (COSTA, 2013, p. 108), caracterizada por um crescimento relativamente maior da expansão urbana do que o aumento populacional, levando à produção de “vazios urbanos”.

[Entre 2000 e 2010] A área urbana ocupada cresceu em 75,1%, taxa maior que a do crescimento populacional, que foi de 24% na sede. Paralelamente, a densidade demográfica variou de 55,5 para 39,3 habitantes por hectare, decréscimo relativo de 29,2% (COSTA, 2013, p. 112).

Nesse período, não houve mudança na morfologia social da cidade, com os setores de mais alta renda localizados na região central e os de menor renda na periferia e nas áreas alagadiças. Altamira neste período já vivia contradições típicas da segregação socioespacial estruturante nas cidades capitalistas, embora na escala de uma cidade de dimensões relativamente pequenas. Permanece, em Altamira, a coexistência de duas lógicas urbanas distintas, ribeirinha e rodoviária, embora sob predominância crescente da segunda, identificada com a modernidade, em detrimento do tradicional. É esse cenário que Belo Monte encontra e no qual provoca transformações profundas.

### **2.3 Belo Monte, a reestruturação da cidade de Altamira e os atingidos no espaço urbano**

Esta seção inicia com uma contextualização da trajetória da hidrelétrica de Belo Monte, do início dos estudos técnicos à decisão política de construí-la, situando-a no contexto de expansão da indústria de eletricidade no Brasil no período neodesenvolvimentista, com suas contradições particulares. Em seguida, passa-se a observar as transformações provocadas pela hidrelétrica, típico projeto de grande escala, em Altamira.

O conceito de atingido predominante no setor elétrico e adotado pela concessionária Norte Energia entra em contradição com as transformações socioespaciais que a própria hidrelétrica desencadeia ou acentua no espaço urbano. A concepção espacial areal, própria do escopo do planejamento capitalista, não dá conta das dinâmicas da realidade, provocando não apenas uma crise da moradia, mas uma situação de caos espacial. Em meio a essa situação, emerge uma série de lutas dos atingidos pelo direito ao reconhecimento de seus direitos, o que contribui para questionar os limites do conceito de atingido e da concepção espacial adotada pela empresa.

#### *a) Belo Monte e sua trajetória de conflitos*

Os primeiros estudos do potencial energético do rio Xingu denotam de 1975, quando a Eletrobrás contratou a empresa de consultoria CNEC para fazer o inventário do rio. Em sintonia com o espírito do “milagre econômico”<sup>14</sup>, os dirigentes do setor elétrico se sentiam motivados a acelerar seus projetos, principalmente aqueles considerados de “baixo custo de investimento” (SEVÁ, 1988) – como hidrelétricas em plena Amazônia, em um período em que a preocupação ambiental e social não fazia parte da agenda.

Em 1988, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) apresentou o projeto do chamado “Complexo de Altamira”. Ele era composto pelo barramento Juruá/usina Kararaô, que teria uma capacidade de geração de 11.000 MW e formaria um lago artificial de 1.100 a 1.200 km<sup>2</sup>, a 250 km de distância da foz do Xingu no Amazonas; e o barramento Babaquara, com 6.600 MW de potência, e que formaria um lago de impressionantes 5.600 a 6.200 km<sup>2</sup> logo acima da cidade de Altamira (SEVÁ, 1988). Para se ter uma dimensão do que isso significava,

Lembramos que a época em que foram divulgados os Estudos de Inventário (CNEC, 1980), toda a capacidade de geração instalada nas hidrelétricas brasileiras era da ordem de 25.000 MW; e que as projeções mais realistas a respeito do potencial hidrelétrico de todos os rios do país eram da ordem de 150.000 MW. Ou seja: o conjunto formado pelos dois aproveitamentos da Volta Grande, hoje chamado de ‘Complexo de Altamira’, prometia uma capacidade igual à metade do que havia em funcionamento em todo o país; e também: o aproveitamento integral do rio Xingu, se realizado conforme esta alternativa, por si só representaria 10% de todo o potencial do país. (SEVÁ, 1988, p. 25).

As duas usinas exigiriam o deslocamento de sete mil indígenas, de 12 territórios. Nos anos 1980, por um lado, as questões ambientais começavam a ter incidência internacional e, por outro, a exaltação às grandes obras de engenharia típica do discurso da ditadura militar perdia força no cenário de redemocratização. A experiência de Balbina e Tucuruí eram exemplos negativos que pesavam contra a realização de Belo Monte. O projeto então revestiu-se de polêmicas.

O mês de fevereiro de 1989 foi marcado em Altamira pela polarização em torno da hidrelétrica. Por um lado, indígenas, setores da igreja, sindicalistas, pequenos agricultores e trabalhadores rurais se reuniram no 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu. Por outro lado, setores empresariais e agropecuários capitaneados pela União Democrática Ruralista (UDR) promoveram uma grande manifestação a favor da hidrelétrica nas ruas de Altamira. O

---

<sup>14</sup> “Refere-se ao surto de crescimento econômico do período da ditadura, sob a lógica desenvolvimentista, pautado na desnacionalização da economia, diversificação das exportações, subsídios governamentais, controle de preços e dos reajustes salariais. Tal crescimento econômico, contudo, cobrou um preço: o aumento da concentração de renda, com o achatamento dos salários, aumento da pobreza e da dívida externa” (SCHWARCZ e STARLING, 2015).



discurso destes era nacionalista, “pró-ecologia” e em defesa do progresso iniciado com a abertura da Transamazônica.

Diante do clima de tensão, um destacamento policial deslocou-se para a cidade. Dois dias antes do início do Encontro, foram disparados tiros de arma de fogo próximo ao Sítio Betânia, onde estavam alojados os indígenas que participariam da atividade (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012, p 180).

É deste encontro indígena a conhecida foto da guerreira kayapó Tuíra encostando seu terçado no rosto do engenheiro José Antônio Muniz Lopes, diretor da Eletronorte. A repercussão internacional da mobilização contribuiu para que o projeto de barrar o rio Xingu entrasse em um período de hibernação. Além disso, durante toda uma década de baixo crescimento e alta inflação, o Estado brasileiro tinha menos capacidade de investir e um projeto da magnitude de Belo Monte e dependeria de financiamento externo. Motivos econômicos, ambientais e políticos, portanto, pesaram contra a execução da hidrelétrica naquele contexto.

Em 1994, já no auge do neoliberalismo, os estudos para viabilização do barramento do Xingu foram retomados. Em um recuo estratégico, o projeto da usina foi revisto. O reservatório da nova hidrelétrica, rebatizada de Belo Monte devido à resistência dos indígenas, passou a ter 516 km<sup>2</sup>. Além disso, o projeto foi alterado para não alagar a terra indígena Paquiçamba, dos Juruna, na Volta Grande do Xingu. O projeto voltaria como uma das obras prioritárias do Avança Brasil, programa de obras de infraestrutura do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Em 2002, quando o novo projeto foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Ministério Público Federal apontou irregularidades nos estudos de impacto ambiental e solicitou sua paralisação. Esta foi a única decisão judicial que efetivamente paralisou o licenciamento da usina, dentre mais de 68 ações movidas em diversas instâncias contra o projeto (NASCIMENTO e CASTRO, 2017, p. 152).

Em 2005, já no governo Lula, o Congresso Nacional autorizou a Eletrobrás a continuar os estudos, o que foi feito em parceria com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht.

Quase 20 anos depois do Encontro dos Povos Indígenas de 1989, em 2008, os Kayapó voltariam a encabeçar a resistência à obra, ganhando as páginas dos jornais ao entrarem em confronto com o engenheiro Paulo Fernando Vieira Souto Rezende, funcionário da Eletrobrás e principal responsável pelos estudos para a construção da usina. No ano

seguinte, após a divulgação do EIA, foram realizadas algumas audiências públicas em Altamira, Vitória do Xingu e Belém, em um processo marcado pela contestação dos movimentos sociais e do Ministério Público Federal. A Justiça Federal acabou determinando a suspensão do licenciamento para que ocorressem novas audiências. Em mais uma tentativa de apaziguar as críticas e viabilizar o projeto, o Conselho Nacional de Política Energética anunciou que Belo Monte seria a única hidrelétrica do Xingu.

Nesse mesmo período, Altamira sofreu o impacto de uma operação da polícia federal batizada de “Arco de fogo”, que fechou cinco serrarias no município. O mercado de trabalho local sofreu um baque, pois as madeireiras eram consideradas as principais empregadoras da região. Segundo o sindicato de trabalhadores da construção civil, 2 mil pessoas ficaram desempregadas (CUNHA, 2008). Com esse clima, grupos organizados chegaram a fazer protesto em frente à Eletronorte pedindo a construção de Belo Monte.

A polêmica em torno da obra reflete na polarização da sociedade local. Por um lado, movimentos sociais e organizações de trabalhadores, bem como setores da Igreja Católica contrários reuniram-se em torno do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS). Por outro, fazendeiros e comerciantes organizaram o FORT Xingu, defensor do projeto. Entre os movimentos sociais e lideranças locais também surgiu uma fissura, uma vez que a hidrelétrica historicamente combatida estava sendo levada a cabo pelo governo do Partido dos Trabalhadores, que durante esse período hegemonizou o conjunto das forças sociais de esquerda. De acordo com Brum (2019),

Belo Monte é também uma obra que a ditadura militar tentou fazer, mas não conseguiu, devido à resistência dos povos indígenas do Xingu e dos movimentos sociais da região de Altamira, no Pará, no passado um dos mais organizados da Amazônia. Só o PT poderia fazer Belo Monte, exatamente porque ninguém acreditava que o PT faria Belo Monte (BRUM, 2019, p. 61),

Belo Monte foi tida como obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e, em fevereiro de 2010, o Ibama concedeu a licença prévia. Em contrapartida, o órgão elencou um conjunto de 40 *condicionantes*, medidas que o consórcio responsável pela usina deveria executar para minimizar os impactos negativos deflagrados pela construção da hidrelétrica. Cada etapa do licenciamento – licença prévia, licença de instalação e licença de operação – continha um conjunto de condicionantes que deveriam ser cumpridas para passar à etapa seguinte. No entanto, não é exagero afirmar que Belo Monte obteve todas as licenças sem cumprir as condicionantes, ou as cumprindo apenas parcialmente. Sobre isso, Nascimento e Castro (2017) pontuam:

o licenciamento ambiental tornou-se objeto de duras críticas por parte de governos e setor elétrico (público e privado), além de ter se tornado o lugar em que a ilegalidade

passou a vigorar como uma solução para se levar adiante projetos e obras consideradas “prioritárias” para o Brasil. (p. 151)

Em abril daquele ano, a Norte Energia S.A. (NESA) arrematou a concessão da hidrelétrica, ao oferecer o preço de R\$ 77,97 por MWh, um deságio de 6,02% com relação ao preço-teto estabelecido pela Aneel, R\$ 83 por MWh. O consórcio, organizado às pressas, não era considerado favorito pela imprensa especializada (COIMBRA et al., 2010).

A Norte Energia, que mudou sua configuração desde o leilão, é formada pelas seguintes empresas (com a respectiva participação acionária): as estatais Eletrobrás (15,00%), Chesf (15,00%) e Eletronorte (19,98%), os fundos de pensão Petros (10,00%) e Funcef (10,00%), Belo Monte Participações S.A./Neoenergia S.A. (10,00%), Amazônia/Cemig e Light (9,77%), Vale (9,00%), Sinobras (1,00%) e J.Malucelli Energia (0,25%). Em 2015, com as obras civis da hidrelétrica quase encerrando, a Vale vendeu 49% de sua participação para a Cemig Geração e Transmissão.

Para a construção da barragem, foram contratadas as principais empreiteiras do país, reunidas no Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM). Dele participam empresas que cogitaram participar do leilão, mas desistiram (Odebrecht e Camargo Correa); que participaram, mas perderam (Andrade Gutierrez); e que estiveram presentes no consórcio vencedor, mas anunciaram sua saída logo após o leilão (Queiroz Galvão, Contern, Galvão Engenharia, Cetenco, J. Malucelli e Serveng). Ou seja, as empreiteiras optaram pelo setor que garantia uma rotação mais rápida do capital, em detrimento daquele de longa duração, que ficou sob garantia e riscos do setor público. O contrato da Norte Energia com o CCBM foi firmado em R\$ 13,8 bilhões à época.

O fornecimento de máquinas e equipamentos, área de maior densidade tecnológica, ficou a cargo de empresas transnacionais com histórica participação no setor elétrico brasileiro. A francesa Alstom, a austríaca Andritz e a alemã Voith se reuniram em um consórcio para fornecer, respectivamente, sete, quatro e três turbinas por R\$ 3,6 bi (valores da época). A Impsa forneceria 4 turbinas por R\$ 816 mi, mas a Norte Energia rescindiu o contrato com a empresa argentina em 2015, quando esta se encontrava à beira da falência.

Orçado inicialmente em menos de R\$ 20 bilhões, no período de sua inauguração o custo de Belo Monte já chegava próximo a R\$ 40 bilhões. O BNDES concedeu o maior empréstimo da história do banco para a construção da usina: R\$ 22,5 bilhões.

Belo Monte possui um arranjo institucional peculiar em que “pela primeira vez, na Amazônia, o Estado repassa a construção e a gestão de um grande empreendimento do setor de energia hidráulica para a iniciativa privada” (CASTRO et. al, 2014, p. 6), justificando

assim os financiamentos recebidos em uma “parceria” em que cabe ao setor público arcar com ônus e riscos e o setor privado se apropriar dos lucros.

Belo Monte foi planejada para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo em potencial de geração (atrás da chinesa Três Gargantas e da binacional Itaipu, construída na fronteira do Paraguai com o Brasil), com 11.233 MW de potência instalada. Porém gerou críticas pela energia firme ser menos da metade desse valor, 4.571 MW, devido à redução da vazão do Xingu durante o verão amazônico (de junho a outubro). Por este motivo, a hidrelétrica costuma ser acusada de inviabilidade econômica.

De fato, comparando sua capacidade instalada e sua produção média, temos um fator de capacidade de geração de 40%, abaixo da média nacional de geração hidrelétrica, de 55% e bem menor que Itaipu, cuja produção média equivale a 68% da capacidade. Mesmo assim, um estudo realizado por Gilberto Cervinski (2019) mostrou que a mais-valia gerada pelos trabalhadores da hidrelétrica ao longo do tempo de concessão (30 anos, descontado os cinco primeiros destinados à construção) equivale a R\$ 110 bilhões, uma vez que o modelo elétrico de base hidráulica brasileiro permite que a energia seja produzida a um baixo custo e comercializada a altos preços (CERVINSKI, 2019).

Conforme apresenta o mapa da figura 1, o arranjo de Belo Monte inclui uma barragem principal no leito do rio Xingu a cerca de 40 km da cidade de Altamira, no Sítio Pimental, onde está instalada a casa de força complementar, com seis unidades geradoras com turbinas tipo Bulbo, com capacidade de 233,1 MW. Esse barramento é responsável pela formação do lago, de 516 km<sup>2</sup>, que atinge parte do perímetro urbano de Altamira. De lá, sai um canal de derivação, de 20 km de extensão, 210m de largura e 25m de altura, através do qual a água é transferida para um reservatório intermediário de 119 km<sup>2</sup>.

Essa engenharia permite “desviar” a água da Volta Grande do Xingu, um trecho de 100 km de rio, cuja dificuldade de navegação teve papel decisivo no histórico de ocupação de Altamira, e que banha duas terras indígenas (Paquiçamba e Arara da Volta Grande). Depois da Volta Grande, está a casa de força principal. Esta possui 18 unidades geradoras com turbinas tipo Francis, com 11.000 MW de capacidade instalada.

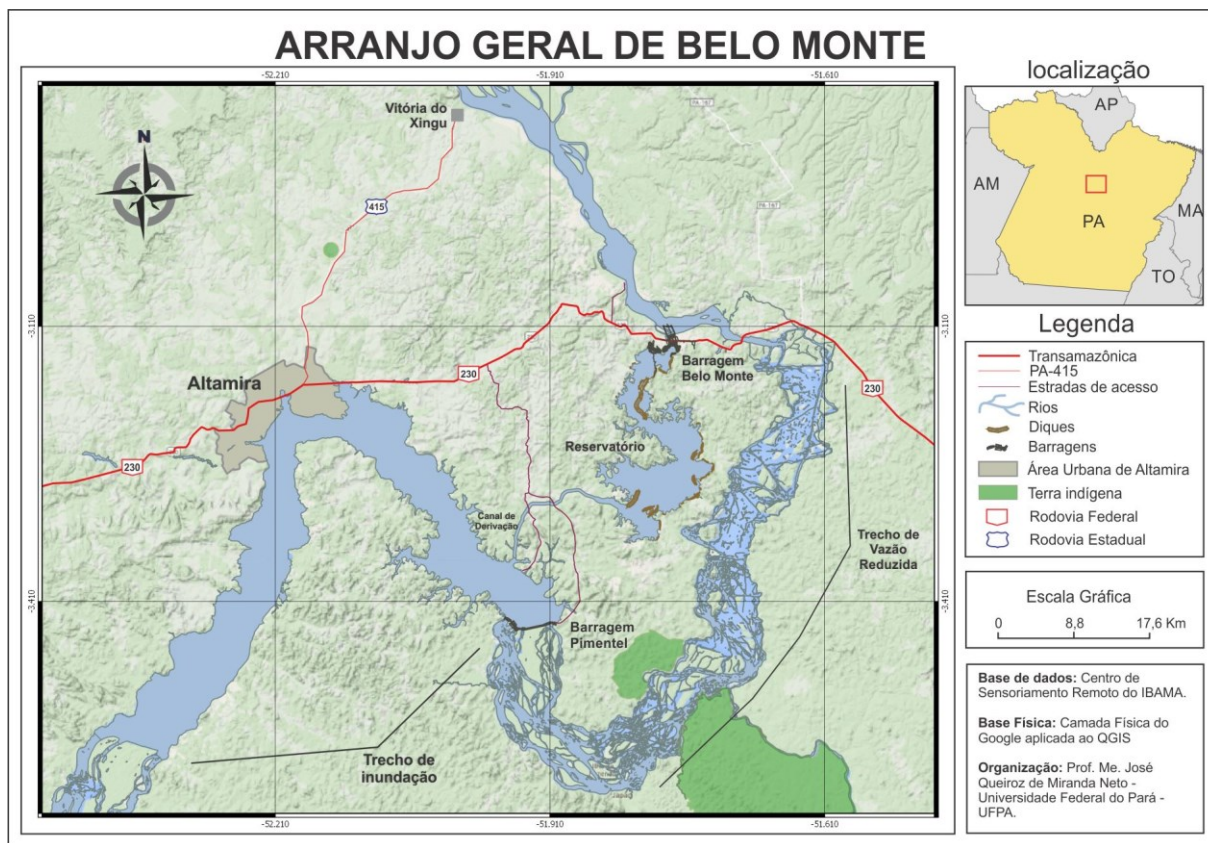


Figura 1 - Arranjo geral de Belo Monte  
Fonte: Miranda Neto (2016)

Em junho de 2011, o Ibama autorizou o início das obras ao conceder a Licença de Instalação nº 795/2011. Seguiu-se um período de intensas mobilizações populares e questionamentos judiciais, que interferiram na forma tortuosa como Belo Monte se realizou. A decisão política e econômica de construí-la, porém, mostrou-se irreversível. Dezenas de milhares de trabalhadores levantaram a usina com pouco atraso diante do cronograma original - se comparado com obras dessa magnitude realizadas em outros períodos - talvez para que Belo Monte convertesse mais rapidamente num fato consumado. Esse processo acelerado causou consequências profundas na região, em especial ao principal centro urbano impactado, a cidade de Altamira.

*b) A hidrelétrica e a transformação do espaço urbano de Altamira*

Como foi visto, antes de Belo Monte, Altamira já exercia um papel de intermediária na rede urbana, polarizando cidades menores em sua região na relação com centros metropolitanos, em especial a capital Belém. Com Belo Monte, o papel de centralidade de Altamira foi reforçado por uma maior dinamização de sua economia, uma maior quantidade

de produtos e serviços raros oferecidos e a melhoria na acessibilidade, com o asfaltamento de trechos da Transamazônica (MIRANDA NETO e HERRERA, 2016).

Como principal centro urbano regional, Altamira passou a ser o local de referência para as primeiras estruturas administrativas implantadas pela Norte Energia. Também se tornou o destino principal dos migrantes que vinham trabalhar na construção civil da barragem. Como é comum nesse tipo de fluxo migratório, alguns eram arregimentados em suas regiões já com vaga garantida e outros vinham espontaneamente tentar a sorte.

O EIA já previa que mais de 96 mil pessoas chegariam à região, entre trabalhadores diretos da usina e outros (ELETROBRÁS, 2009). Embora seja um impacto previsível, diante do ritmo acelerado de implantação da usina, a cidade não foi previamente preparada para receber esse contingente de migrantes. Os hotéis ficaram todos ocupados, as habitações também, o que fez aumentar exorbitantemente o preço dos aluguéis.

A rua da Tranquilidade virou um inferno! O projeto da barragem de Belo Monte vem atraindo para Altamira gente do Brasil inteiro. A cidade inchou (...) O trânsito ficou caótico, a violência cresceu em 30%, os aluguéis subiram assustadoramente (...). Quem suporta aluguel que pula, da noite para o dia, de R\$ 200 para R\$ 1.200? (FERNANDES, 2013, p. 28)

O censo de 2010 apontava uma população de 99.075 habitantes em Altamira, dos quais 84.092 na zona urbana. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Planejamento estimou que em 2012 a população de Altamira estava em torno de 146.224 habitantes (HERRERA et al, 2012). A estimativa da Norte Energia é que a maior população registrada em Altamira neste período é relativa a dezembro de 2014, com 140.808 habitantes (NESA, 2019). Guardadas as diferenças de metodologia, dá para ter uma noção do aumento significativo da população nesse período. No auge da construção civil de Belo Monte, em junho de 2014, a Norte Energia afirmou ter 33.115 pessoas trabalhando no empreendimento (OLIVEIRA, 2017).

Além de sofrer com esse afluxo populacional, devido a ser o principal centro urbano regional, a cidade sofreu ainda mais um impacto de grande significância: localizando-se acima do barramento principal da hidrelétrica, Altamira teria ainda parte de seu perímetro urbano alagado pela formação do reservatório. Há, portanto, dois vetores de transformação muito significativos incidindo quase que simultaneamente sobre a cidade: por um lado o grande afluxo de população, tecnologia e capital, por outro, a alagação do reservatório. Essa combinação sobre um mesmo núcleo urbano é atípica na trajetória do setor elétrico e provocou dinâmicas singulares que determinaram a emergência do problema dos atingidos

urbanos em Altamira. Além disso, a velocidade com que se deram essas transformações trazem a ideia de “surto”, conforme caracterizado por Becker (2013) para se referir à urbanização na Amazônia.

*c) A concepção areal da “cota” para definir os atingidos urbanos*

Como foi visto, desde a década de 1980 as áreas alagadiças no entorno dos igarapés e no rio Xingu em Altamira vinham sendo progressivamente ocupadas pela população mais pobre, em um princípio de processo de segregação socioespacial na cidade de Altamira. Belo Monte interfere nesse processo de forma intensa e particular.

Ao mesmo tempo em que promovia a remoção dirigida de famílias destes locais, a hidrelétrica indiretamente provocava sua ocupação, devido aos impactos provocados por ela nas dinâmicas urbanas. Esses processos contraditórios, que respondem a diferentes estímulos da mesma Belo Monte, ocorrem quase que simultaneamente e em um curto intervalo de tempo, durante o período de sua construção. Junto com outras transformações no espaço urbano, esses estímulos contribuem para levar a cidade a uma situação de “caos espacial” (LEFEBVRE, 1974).

De acordo com os estudos da hidrelétrica, o nível do reservatório de Belo Monte chegaria até a cota 97 com relação ao nível do mar, sendo adotada a referência da cota 100 como margem de segurança. Assim, nas áreas baixas, ao longo dos Igarapés Altamira, Ambé e Panelas, e também na orla do Xingu, foi definida a Área Diretamente Afetada (ADA) (ELETROBRÁS, 2009), de onde a população deveria ser compulsoriamente removida. O conjunto dessas áreas abarca 486,54 hectares, cerca de 12 bairros (ELETROBRÁS, 2009) e  $\frac{1}{4}$  da malha urbana de Altamira (MIRANDA NETO, 2014). A área localizada dentro desse perímetro foi, portanto, declarada como de utilidade pública.

A cota como critério para delimitação dos atingidos e a centralidade na ideia de uma *área afetada* evidencia a concepção hegemônica de espaço em sua característica areal e absoluta. A imposição das linhas imaginárias das cotas sobre o tecido urbano ilustra o domínio do espaço concebido (LEFEBVRE, 2013), do planejamento, sobre o espaço vivido. O destino de milhares de famílias foi traçado dessa forma. Cinco anos passados, muitos lugares que iam alagar não alagaram e foram tomados por grandes áreas verdes. Já lugares onde não se previa alagamento de fato alagaram, como mostra o caso da Lagoa do Independente I.

O mapa da figura 2 apresenta a ADA Urbana na cidade de Altamira em relação à localização da Lagoa do Independente I.

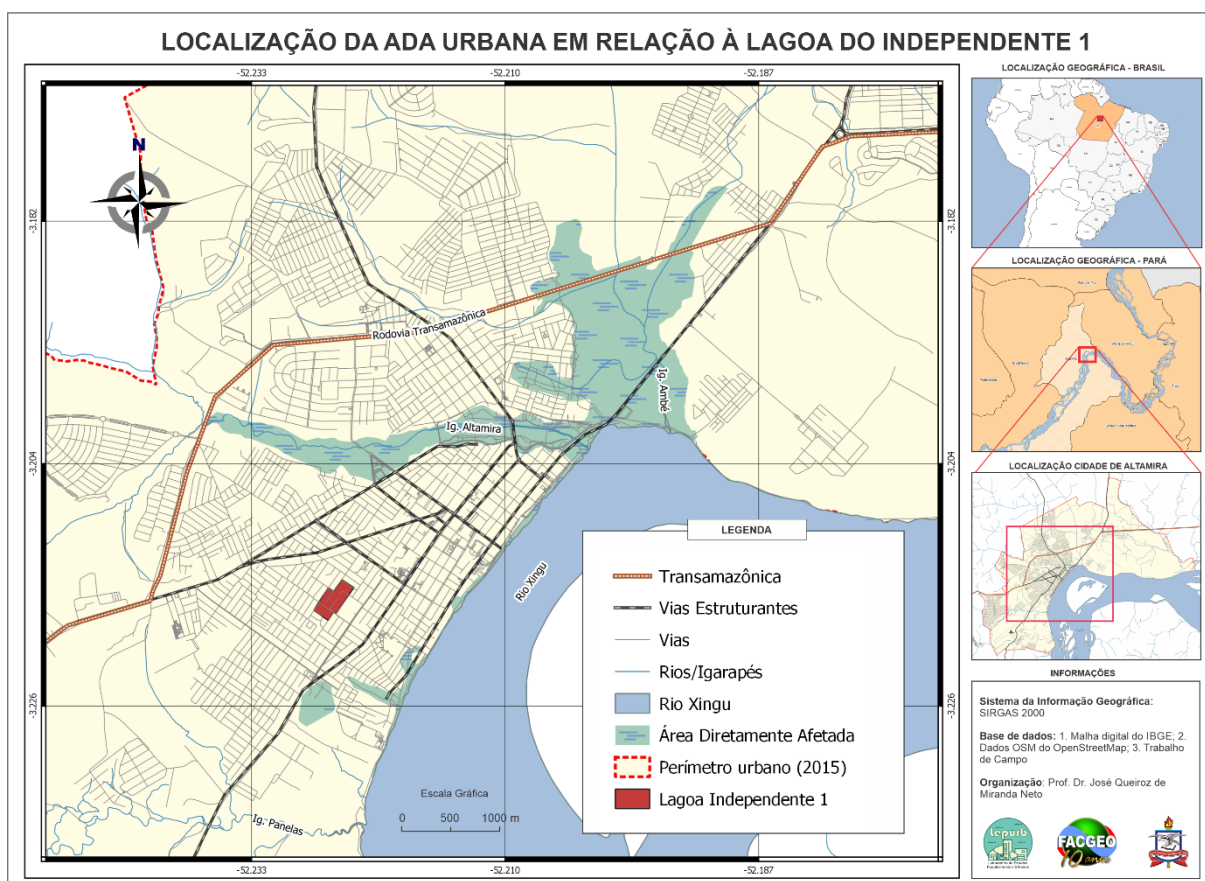


Figura 2 - Localização da ADA Urbana em relação à Lagoa do Independente 1

Fonte: Acervo LEPURB, disponível em [www.lepurb.com.br/mapas](http://www.lepurb.com.br/mapas)

Os estudos prévios da hidrelétrica indicaram uma população de 4.362 famílias em 4.747 imóveis, com um total de 16.420 pessoas vivendo na “área diretamente afetada”. Em 2007, foi realizada uma pesquisa socioeconômica censitária, mostrando que o adensamento da ocupação relativamente recente: 65% dos moradores teriam se fixado ali nos últimos 10 anos e 20% há menos de um ano (ELETROBRÁS, 2009, Item 7.10, p. 41).

Quanto à procedência, a maioria dos “chefes de família” veio do próprio município de Altamira (70,28%) e 15,26% de outros municípios do estado do Pará, metade deles de municípios da “área de influência indireta” de Belo Monte, o que indica uma grande mobilidade interna ao território municipal e praticamente restrita à região do Xingu, com pouca expressividade de outras regiões do Estado e do país. A área de influência indireta de Belo Monte compreende os municípios da Região de Integração Xingu, definida pelo Governo do Estado do Pará, que compreende 10 municípios além de Altamira: Senador José



Porfírio, Anapu, Vitória do Xingu, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Brasil Novo, Gurupá e Medicilândia (ELETROBRÁS, 2009).

Quanto à tipologia das habitações, a pesquisa apontou a prevalência de edificações de madeira (48,60%), sendo 36,97% palafitas.



Figura 3 - Casas demolidas por Belo Monte no bairro Boa Esperança (Igarapé Ambé) em 25/01/2015. Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

No bojo do licenciamento ambiental, o Ibama determinou que fosse feito o cadastro socioeconômico<sup>15</sup> (identificação dos atingidos) e o cadastro físico-patrimonial (avaliação dos imóveis), para o oferecimento de quatro “opções” de tratamento: indenização em dinheiro, oferta de casa em um dos reassentamentos urbanos coletivos (RUC) a serem construídos pela Norte Energia, carta de crédito para aquisição de imóvel (que praticamente não foi utilizada) e aluguel social (para inquilinos). Nem todo mundo podia escolher qualquer opção de tratamento, tendo sido criados os seguintes “critérios de elegibilidade”:

QUADRO 1: CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE PARA OS ATINGIDOS DA ADA URBANA

| <b>Tipo de Ocupação do Imóvel</b>                       | <b>Tratamento</b>                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Proprietários de residências que moram no imóvel</i> | Indenização pelo valor de mercado ou unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis, ou lote urbano. |
| <i>Inquilinos residenciais</i>                          | Indenização correspondente a 12 meses de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis; ou                       |

<sup>15</sup> Ver capítulo 1.

| <b>Tipo de Ocupação do Imóvel</b>                                                                | <b>Tratamento</b>                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                  | avaliação da viabilidade de facilitação ao acesso a unidade habitacional mediante financiamento pelo inquilino com prestações equivalentes ao valor do aluguel.                     |
| <i>Proprietários que não moram no imóvel</i>                                                     | Indenização pelo valor de mercado do imóvel.                                                                                                                                        |
| <i>Posseiros</i>                                                                                 | Unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis.                                                                                                                    |
| <i>Ocupação de imóveis cedidos e ocupados</i>                                                    | Indenização correspondente a 12 meses de aluguel, auxílio mudança e armazenamento de móveis.                                                                                        |
| <i>Famílias agregadas e famílias conviventes*</i>                                                | Unidade habitacional, auxílio mudança e armazenamento de móveis.                                                                                                                    |
| <i>Proprietários de imóveis comerciais</i>                                                       | Indenização pelo valor de mercado do imóvel, auxílio mudança, armazenamento de móveis e pagamento de lucro cessante.                                                                |
| <i>Proprietários de imóveis comerciais alugados</i>                                              | Indenização pelo valor de mercado do imóvel.                                                                                                                                        |
| <i>Inquilinos de imóveis comerciais</i>                                                          | Auxílio aluguel pelo período de 6 meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis, lucro cessante.                                                                                    |
| <i>Proprietários de indústrias e olarias</i>                                                     | Indenização dos imóveis pelo valor de mercado, armazenagem de móveis e equipamentos, auxílio mudança, lucro cessante comprovado mediante pericia judicial.                          |
| <i>Inquilinos de imóveis industriais e olarias</i>                                               | Auxílio aluguel pelo período de 6 meses, auxílio mudança, armazenagem de móveis e equipamentos, lucro cessante comprovado mediante pericia judicial.                                |
| <i>Trabalhadores de indústria, olarias comércio e serviços que moram nos respectivos imóveis</i> | Elaboração de diagnóstico com base no cadastro para definição dos critérios de elegibilidade, considerando a possibilidade de recomposição da atividade e das condições existentes. |

\*Famílias agregadas = família sem grau de parentesco moradora no mesmo domicílio que a família principal; Famílias conviventes = família com grau de parentesco, moradora no mesmo domicílio que família principal.

FONTE: NORTE ENERGIA, 2011

Destaca-se que a própria empresa estabeleceu os critérios de tratamento com os atingidos. O processo transcorreu cheio de turbulências e questionamentos, como mostra o volume de processos acumulados na Defensoria Pública da União (DPU) (NÓBREGA, 2017). A DPU se instalou em Altamira a partir de janeiro de 2015, justamente por causa de Belo Monte. Com previsão de ficar por apenas um período, acabou se transformando em órgão permanente, ao menos até o término deste trabalho.

O Projeto Básico Ambiental (PBA) previa tratamentos diferentes para atingidos que, na prática, viviam em situação muito semelhante, o que deixava muita margem para a interpretação do funcionário responsável pelo cadastramento. Por exemplo, o “posseiro” teria direito a uma casa no reassentamento, mas o “ocupante de imóvel cedido”, somente ao aluguel social por 12 meses. Mas qual a diferença na prática entre essas duas situações?

Segundo Nóbrega (2015), com esses critérios, a Norte Energia tirou qualquer liberdade dos atingidos de optar, estabelecendo unilateralmente as formas de tratamento, sem participação popular:

Como reflexo imediato dessa falta de diálogo e exemplo mais evidente da arbitrariedade do procedimento, tem-se a elegibilidade no caso das chamadas “famílias ocupantes de imóveis cedidos”. Segundo o critério determinado pela Norte Energia, essas famílias apenas seriam elegíveis a aluguel social pelo período de 12 meses. Entretanto, uma família ocupante de imóvel cedido corresponde a um núcleo familiar que vive gratuitamente em um imóvel de terceiro (na maioria das vezes, um parente), cedido para essa finalidade. Isto é, trata-se de uma família que não pagava aluguel. Por qual razão essa família não teria direito à recomposição de sua moradia? Qual o sentido de remover compulsoriamente um núcleo familiar inteiro e lhe obrigar a viver de aluguel? Essa reclamação, diga-se, representa a maioria das demandas levadas à DPU. (NÓBREGA, 2015)

O que fica claro nessas políticas adotadas pela Norte Energia, tanto pelo estabelecimento da cota 100 quanto pelos “critérios de elegibilidade” adotados, é que para Belo Monte prevaleceu o conceito territorial-patrimonialista e hídrico de atingido (VAINER, 2003) predominante no setor elétrico. A delimitação pela cota 100 fortalece a percepção de que o atingido é o “alagado” e desvenda a concepção areal do espaço subjacente a esse conceito.

O espaço, nessa concepção, é reduzido à sua materialidade, “reduzido ao solo, possuído a título de propriedade privada” (LEFEBVRE, 2008, p. 127). As políticas de tratamento adotadas evidenciam a centralidade do critério patrimonialista para reconhecimento dos atingidos. Quem é *mais* proprietário (ao mesmo tempo de sua benfeitoria e do terreno, por exemplo) tem direito a uma indenização maior. Quem não é reconhecido como proprietário (caso dos imóveis cedidos) tem direito somente ao aluguel social por um ano.

O processo de remoção das famílias da ADA teve início em meados de 2014. O inverno daquele ano foi intenso e as casas nos baixões sofreram alagamento. Na terça-feira de Carnaval, um grupo de famílias ocupou as casas ainda inacabadas do reassentamento Jatobá como forma de pressionar a empresa pela celeridade nas mudanças, devido aos alagamentos. Essa foi uma das primeiras ações de maior impacto feita pelos atingidos no espaço urbano em que a conotação principal já não era mais de resistência/negação ao projeto de Belo Monte, mas pelo direito ao reassentamento.

As casas dos reassentamentos ainda não estavam concluídas. Com os baixões alagados, centenas famílias tiveram que ser alojadas em barracos de lona no parque de exposições da cidade, em condições ainda mais precárias<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O alojamento das famílias dos baixões no parque de exposições da cidade em períodos de alagamento intenso já era prática conduzida de forma emergencial pela prefeitura de Altamira antes da instalação de Belo Monte e evidencia a situação de fragilidade habitacional a que as famílias mais pobres estavam sujeitas no município. Mais informações sobre esse assunto em Fernandes, 2013.



Figura 4 - Atingidos ocupam RUC Jatobá ainda em construção em 04/03/2014  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Este foi um período de inúmeras mobilizações sociais (Figura 4), sobretudo de famílias que se sentiam lesadas em seu direito, porque não eram reconhecidas como atingidas, ou porque recebiam propostas de tratamento que não condiziam com suas expectativas. Esse grupo incluía principalmente famílias agregadas que não foram consideradas como núcleo familiar independente no ato do cadastramento e também famílias que a Norte Energia considerou terem ocupado a ADA após a data de corte imposta pela empresa como limite para o cadastramento<sup>17</sup>.

A concepção espacial hegemônica, que conformava os critérios para caracterizar os atingidos e suas formas de tratamento, mostrou aqui seus limites ao secundarizar as relações humanas e ao desconsiderar a dimensão temporal dos impactos de Belo Monte, promovendo um efeito de congelamento da realidade que não correspondia aos processos da reestruturação espacial provocada pela hidrelétrica.

---

<sup>17</sup> No próximo item será tratado o problema da ocupação “tardia” destas áreas.



Figura 5 - Manifestantes bloqueiam rodovia Ernesto Acioly, em Altamira, em 11/05/2015  
Fonte: Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Um dos momentos em que ficaram evidentes os limites da concepção espacial utilizada pela Norte Energia logo no início das remoções foi com relação ao chamado *modo de vida ribeirinho*, que pressupõe a existência de dois locais de moradia: uma casa em ilhas ou nas margens do rio e outra casa de apoio na cidade, para ter acesso aos serviços públicos e ao comércio. Dentro dos critérios de elegibilidade impostos aos atingidos, estes eram obrigados a decidir se seu local principal de moradia era na cidade ou no interior. Além disso, a localização dos RUCs, distantes dos rios, não levou em consideração a especificidade deste grupo, muito significativo entre os moradores da ADA (MAGALHÃES e CUNHA (org), 2017). Esse caso evidencia a limitação de se definir o conceito de atingido simplesmente por um critério areal, focado no lugar da propriedade.

A importância da dupla moradia (...) também atesta a brutalidade do deslocamento forçado. Se no início deste processo a dupla moradia não foi reconhecida pela Norte Energia, que constrangeu os ribeirinhos a se identificarem, na ocasião do cadastro socioeconômico, como sendo urbanos ou rurais, o reassentamento deste grupo social para áreas distantes do rio e a transformação dos baixões em um parque municipal desfigurou a cidade de Altamira, antes conectada ao rio, hoje debruçada sobre a Transamazônica (FRANCESCO et. al, 2017, p. 62)

Essa causa sensibilizou um conjunto de atores e órgãos ligados à defesa de direitos humanos, com destaque para o papel articulador da procuradora do Ministério Público Federal em Altamira, Thais Santi. Conseguiu-se que a empresa passasse a reconhecer o direito à dupla moradia e viabilizasse um tipo de reassentamento das famílias às margens do reservatório da hidrelétrica (o que não estava previsto no licenciamento), conformando o chamado Território Ribeirinho. Além disso, foi construído mais um reassentamento urbano à beira do Xingu, que não constava originalmente no PBA, exclusivamente para indígenas e ribeirinhos, o Tavaquara (Pedral).

O problema dos ribeirinhos foi atribuído, e em parte se explica, por um desconhecimento por parte dos técnicos da Norte Energia da realidade amazônica, ou mesmo um preconceito regional, uma vez que o centro de comando da hidrelétrica, como já citado, se dá fora da região, no centro-sul.

No entanto, há problemas também na própria concepção espacial do conceito de atingido. A concepção espacial hegemônica pressupõe uma separação entre o local de trabalho e de moradia e a mercantilização do espaço, de modo que tudo pode ser reduzido a quantias em dinheiro, desconsiderando as dinâmicas e relações socioespaciais marginais ao processo de acumulação capitalista. O caso da dupla moradia dos ribeirinhos foi onde essa concepção espacial e o próprio conceito de atingido mostrou primeiro sua limitação, antes do caso da Lagoa do Independente I.

A Norte Energia considerou que o processo de negociação e aquisição de imóveis urbanos, incluindo o reassentamento, aluguel social, indenização, carta de crédito ou recusas pelos atingidos, foi concluído em dezembro de 2015. Até fevereiro de 2015, a empresa contabilizava 3.424 famílias que “optaram” pelo Reassentamento Urbano Coletivo, 3.780 por indenização em dinheiro e 308 famílias pelo aluguel social (NORTE ENERGIA, 2016).

Nesse período, começa a se organizar uma comunidade que até o momento não estava prevista como atingida nos estudos de Belo Monte, no bairro Jardim Independente II. Parte das famílias morava em área alagadiça, com casas de palafitas e parte em casas de alvenaria em ruas bloqueadas. Segundo a própria empresa, a região estava abaixo da cota 100 (NESA, 2016), sujeita a interferência do reservatório da hidrelétrica. No entanto, a Norte Energia relutou em reconhecer o direito dessas famílias, afirmando que seria instalado um sistema drenagem com o bombeamento de água no local. Essas famílias resistiram a essa proposta e iniciaram um processo de lutas junto ao MAB pelo direito ao reassentamento e indenização.

O Ibama não aceitou a proposta da Norte Energia e exigiu a inserção das famílias no tratamento previsto pelo PBA, inserindo um item específico relacionado à remoção dessas famílias como condicionante da licença de operação.

Solicitada pela Norte Energia em agosto de 2015, somente em novembro o órgão concederia a licença que permitiu à empresa iniciar o enchimento do reservatório e o início da geração de energia. Em abril de 2016, a hidrelétrica começaria a produzir energia comercialmente.

Ao final desse processo, foram cadastradas 484 famílias e 45 pontos comerciais em 189 imóveis no bairro Independente II. Dessas famílias, 149 foram reassentadas nos RUCs (principalmente o Laranjeiras), 173 receberam indenizações em dinheiro, 49 foram para o aluguel social, 9 famílias tiveram seu caso ajuizado e 149 foram consideradas “não elegíveis” (NORTE ENERGIA, 2017), ou seja, não receberam nenhum tratamento porque a empresa não as considerou atingidas.

A proporção maior de famílias por imóvel com relação aos cadastrados anteriormente na ADA sugere que, por ter ocorrido depois, as famílias do Independente II tiveram mais condições de identificar a quantidade de núcleos familiares vivendo nos mesmos domicílios e sugere também um ganho de experiência da Norte Energia em lidar com a situação das famílias após os choques dos primeiros tratamentos. Na época, o MAB, que contribuía com a organização da comunidade, fez uma série de reuniões com os moradores em que um dos principais pontos era os direitos das famílias agregadas.



Figura 6 - Casas de palafita na rua Profª Beliza de Castro, bairro Independente II, Altamira (25/10/2015)  
Fonte: Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Em dezembro de 2017, a Norte Energia apresentou em um relatório o seguinte quadro de negociações com a população urbana atingida por Belo Monte, dando por encerrada (pela segunda vez) a remoção das famílias.

QUADRO 2 - NEGOCIAÇÕES COM OS ATINGIDOS DA ÁREA URBANA

|                                     |        |
|-------------------------------------|--------|
| Quantidade de famílias indenizadas  | 4.641  |
| Quantidade de famílias reassentadas | 3.591  |
| Estudos de caso                     | 1.351  |
| Doação                              | 20     |
| Judicialização                      | 268    |
| Quantidade de recusas               | 258    |
| Aluguel social                      | 437    |
| Comodato                            | 23     |
| Reassentamento institucional        | 27     |
| Não elegível                        | 2.381  |
| Total (negociações)                 | 12.739 |

FONTE: NORTE ENERGIA, 2017.

A Norte Energia não divulga a quantidade exata de pessoas atingidas e essa forma de apresentar os dados dificulta a identificação do número de famílias (por exemplo, as judicializações, estudos de caso, doações e recusas podem envolver tanto residências quanto imóveis comerciais ou institucionais). Considerando somente as famílias reassentadas, indenizadas e os aluguéis sociais (itens que seguramente se referem a *famílias*), temos uma estimativa mínima de 8.669 famílias, praticamente o dobro da estimativa inicial de 4.362 famílias. O número também é expressivo se comparado ao número de famílias atingidas no meio rural, contabilizado em 1.934 famílias (FGV, 2016).

#### *d) Os reassentamentos urbanos*

Inicialmente, a Norte Energia construiu cinco loteamentos (Reassentamentos Urbanos Coletivos – “RUCs”) para realocar parte dos atingidos, com um total de 4.100 lotes, que chegaram a abrigar uma população de 3.591 famílias reconhecidas pela empresa (sem contar mudanças espontâneas) até dezembro de 2017 (NORTE ENERGIA, 2017).

Nesses loteamentos, foram construídas habitações padrão de 63 m<sup>2</sup> em terrenos de 300 m. Suas paredes foram feitas em concreto injetado, possibilitando rápida construção e redução de custos. Além disso, foi instalada uma infraestrutura urbana mínima, com ruas pavimentadas, calçamento, iluminação pública, fornecimento de água e saneamento e alguns equipamentos coletivos como escolas e postos de saúde, dependendo do tamanho do reassentamento e da distância desses serviços.



QUADRO 3 - QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS NOS RUCS

| <b>Reassentamento</b> | <b>Unidades habitacionais</b> |
|-----------------------|-------------------------------|
| <i>Jatobá</i>         | 1.154                         |
| <i>São Joaquim</i>    | 827                           |
| <i>Água Azul</i>      | 704                           |
| <i>Laranjeiras</i>    | 563                           |
| <i>Casa Nova</i>      | 452                           |
| <b>Total</b>          | <b>3.700</b>                  |

Fonte: 21º Relatório de Monitoramento Socioambiental de Belo Monte – janeiro a junho/2018. Dados relativos ao mês de maio de 2018.

Fruto da pressão dos movimentos sociais e entidades, a empresa posteriormente construiu mais um reassentamento urbano, o Tavaquara (Pedral), dessa vez próximo ao rio Xingu (embora também distante do centro urbano, cerca de 13 km), para a realocação preferencialmente de indígenas e ribeirinhos, com 150 unidades habitacionais. Trata-se do único reassentamento cuja concepção contou com a participação de grupos de atingidos, sobretudo associações indígenas, e se encontra ainda em construção.

No mapa a seguir, é possível comparar a localização das áreas diretamente afetadas (ADAs) que, à exceção do Igarapé Pannels, estão próximas ao centro de Altamira, enquanto todos os RUCs estão na periferia. Fica claro que a Norte Energia promoveu a remoção dos atingidos, em sua maioria famílias pobres e racializadas como negras e indígenas, da região central para longe, contribuindo para o tipo de segregação centro-periferia.

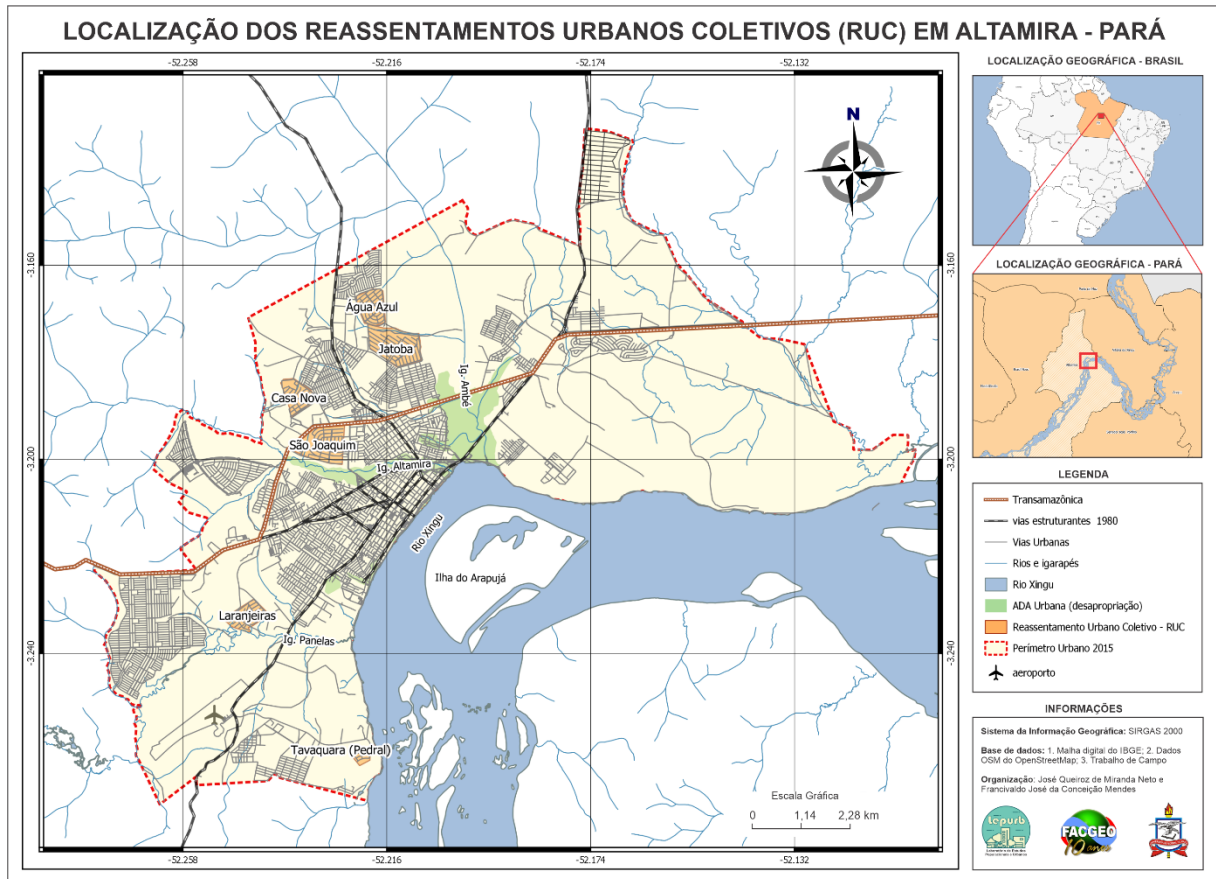


Figura 7 - Localização das áreas de Reassentamento Urbano Coletivo (RUC)  
Fonte: Acervo LEPURB (2021)

Em tese, as famílias de cada setor da ADA deveriam ser transferidas para os reassentamentos relativamente mais próximos ao seu local de origem, resultando na seguinte distribuição, elaborada por Miranda Neto (2016):

QUADRO 4 - DISTÂNCIA ENTRE LOCAL DE ORIGEM E DESTINO DA POPULAÇÃO ATINGIDA COM RELAÇÃO À ÁREA CENTRAL DE ALTAMIRA

| <i>Origem</i>       | <i>Distância da área central (km)</i> | <i>Destino (RUC)</i> | <i>Distância da área central (Km)</i> | <i>Varição (km)</i> |
|---------------------|---------------------------------------|----------------------|---------------------------------------|---------------------|
| <i>Ambé</i>         | 2,7                                   | Jatobá               | 3,5                                   | 0,8                 |
|                     |                                       | Água Azul            | 5,4                                   | 2,7                 |
| <i>Altamira</i>     | 0,79                                  | Casa Nova            | 3,9                                   | 3,2                 |
|                     |                                       | São Joaquim          | 2,4                                   | 1,7                 |
| <i>Panelas</i>      | 3,2                                   | Laranjeiras          | 5,2                                   | 2,0                 |
| <i>Orla</i>         | 1,6                                   |                      | 5,2                                   | 3,2                 |
| <b><i>Média</i></b> | <b>2,7</b>                            |                      | <b>4,0</b>                            | <b>2,2</b>          |

Fonte: Miranda Neto (2016)

Essa medida deveria contribuir para preservar os vínculos comunitários. No entanto, como as negociações com as famílias aconteceram de maneira salteada, isso não foi plenamente possível.

Lefebvre (2001) traz uma diferenciação entre direito à habitação (moradia) e direito à cidade. O espírito dos RUCs lembra a distinção que o autor faz entre *habitar* e *habitat*: enquanto o primeiro é relacionado à vida comunitária, o segundo é simplesmente “o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível” (p. 26).

Os RUCs fornecem uma imagem muito literal da concepção do espaço tecnocrático (LEFEBVRE, 1974), um espaço padronizado, de paisagem homogênea, vinculado ao discurso de modernização capitalista mobilizado por Belo Monte. Sua forma lembra também o padrão típico de programas habitacionais voltados para as classes pobres, como o Minha Casa Minha Vida, implantado pelos governos do PT no mesmo período. Aí está um exemplo de como essa concepção espacial, a mesma que está subjacente ao conceito de atingido mobilizado pela empresa, não é exclusiva do tratamento dos atingidos, mas diz respeito à forma hegemônica de produção do espaço sob o capitalismo.

Geralmente, a questão da remoção e reassentamento dos atingidos é um dos pontos de maior tensão e conflitos nos projetos que envolvem grande deslocamento de pessoas.

La vivienda es un tema crucial, sobre todo en los PGE que implican modificaciones de las pautas locales de residencia a causa del reasentamiento de la población. Las presas, por ejemplo, con sus enormes lagos artificiales, siempre obligan a reasentamientos. La construcción de ciudades es especialmente propicia para los conflictos de vivienda porque generan nuevas expectativas. (RIBEIRO, 1987, p. 16).

A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) fez uma pesquisa com 951 moradores dos cinco RUCs que apontou algumas contradições do reassentamento. Na avaliação dos entrevistados, apenas os itens “Moradia” e “Saneamento” foram considerados melhores do que a situação anterior (62% e 58% de aprovação, respectivamente). Isso revela a significativa satisfação com o padrão das residências, além da constatação quanto à ausência de rede de esgoto nos locais de moradia anterior. Os demais itens, referentes a políticas públicas, mobilidade e acesso a serviços, no entanto, tiveram avaliação negativa (menos de 50% de aprovação) (FVPP, 2017). A insatisfação recorde de 98% com o item “serviços bancários”, concentrado na região central da cidade, é um indicativo de que as avaliações negativas são principalmente relacionadas à distância.

A mesma pesquisa trouxe um levantamento do perfil racial da população residente nos RUCs. Na pesquisa, a população negra (pretos e pardos) e indígena aparece com um percentual maior em comparação a Altamira e o estado do Pará, com 18,2% de pretos, 62,1% de pardos e 7,2% de indígenas. Altamira aparece com 11,5% de pretos, 57,2% de pardos e 3,3% de indígenas. Considerando que boa parte dessas famílias vivia nas áreas alagadiças,

esse levantamento indica que o critério racial é um componente importante da desigualdade social e da segregação socioespacial.

Por conta de questões judiciais envolvendo os terrenos dos reassentamentos (especialmente Jatobá, São Joaquim e Água Azul), as famílias não receberam os títulos definitivos de suas casas, ficando impossibilitadas legalmente de vendê-los, ao menos nos primeiros anos. No entanto, uma simples visita a qualquer reassentamento é suficiente para comprovar que a venda ocorre, ainda que no “circuito inferior da economia” (SANTOS, 2018).

Ressalta-se que dentro do reassentamento São Joaquim foi construída uma vila destinada a parte dos trabalhadores qualificados da hidrelétrica. Inicialmente com o objetivo fugir ao modelo de *enclave*, proporcionando a integração ao espaço urbano, a vila acabou evidenciando a segregação, com a construção de um muro separando a moradia dos funcionários do restante do bairro.

Desse modo, se percebe que a forma urbana, tal como foi planejada, se investiu de conteúdos sociais e de ações que sobrepujaram as iniciativas dos arquitetos e urbanistas. Os moradores da Vila Residencial, apesar de não possuírem uma diferença econômica significativa em relação aos moradores reassentados, resolveram produzir o seu próprio “espaço fechado” na tentativa de se distinguir do entorno imediato. (CORNELIO, 2017)

Enquanto as famílias foram removidas, grande parte dos antigos locais de moradia dos atingidos não foi tomada pelo reservatório hidrelétrico propriamente dito. A empresa implantou um projeto de “requalificação urbana” (NORTE ENERGIA, 2011), que transformou essas áreas em parques, hoje áreas verdes subutilizadas pela população. Se, historicamente, a cidade de Altamira deu as costas para o rio com a construção da Transamazônica (FRANCESCO et. al, 2017), após a construção da hidrelétrica, ao menos nesses primeiros anos, parece também ter dado as costas para seus igarapés.

Em estudo sobre o crescimento de Altamira de 2000 a 2010, Costa (2013) identifica uma tendência à dispersão e fragmentação na cidade de Altamira, motivada pela lógica do mercado imobiliário e condicionada por barreiras naturais, a partir do exame dos novos loteamentos abertos em áreas periféricas da cidade. Com os reassentamentos de Belo Monte, nota-se que tal tendência se acentua mais, ampliando o esgarçamento do tecido urbano.

*e) A intensificação das ocupações irregulares e o surgimento de “novos” atingidos*

Entre as diversas características dos projetos de grande escala (PGE) descritas por Ribeiro (1987) está o desencadeamento simultâneo de processos planejados e não-planejados. Não ser planejado não significa que não sejam previsíveis, já que a regularidade dos impactos, mesmo em contextos distintos, é outra característica desses projetos.

No item anterior, mostrou-se que o processo de remoção das famílias atingidas foi turbulento, como evidenciam as diversas mobilizações feitas pelos atingidos e os processos abertos pela Defensoria Pública da União. Ocorre que, ao mesmo tempo em que a Norte Energia promovia a retirada das famílias, usando critérios que não necessariamente levavam em conta a realidade local, avolumou-se a quantidade de famílias que não estavam sendo consideradas atingidas.

Para cumprir o cronograma previsto para a implantação da hidrelétrica, a Norte Energia acelerou a construção dos reassentamentos e de outras obras condicionantes na cidade de Altamira, como a rede de fornecimento de água e coleta de esgoto, reconstrução de pontes e outras. Já foi dito também que Altamira viveu um surto de fluxos de mercadorias, capital e pessoas, como fruto do papel de centralidade regional ocupado pela cidade e intensificado pela construção da hidrelétrica.

Simultaneamente, Altamira vivia a desestruturação no mercado imobiliário, com aumento excessivo no preço dos imóveis, superior ao incremento na renda das famílias trabalhadoras com a dinamização da economia local (IBAMA, 2018). Somou-se a isso o atraso da empresa em implantar a o alojamento dos operários no canteiro de obras, descumprindo o cronograma previsto no PBA, o que agravou ainda mais este cenário. Ademais, no mesmo período surgiram inúmeros projetos de loteamentos particulares em Altamira, que contribuíram também para a elevação do preço do solo urbano e para limitar as escolhas locais dos mais pobres.

Assim, famílias pobres que já residiam na área urbana de Altamira foram induzidas à ocupação de terrenos irregulares, principalmente em áreas alagadiças. Esses locais também receberam migrantes que se mudaram para Altamira em busca de trabalho na hidrelétrica e não puderam se estabelecer em outros lugares.

Entre essas famílias, algumas haviam ocupado as áreas alagadiças em data posterior aquela eleita pela Norte Energia como marco temporal para o reconhecimento dos atingidos. A ocupação tardia dessas famílias na ADA é um indício de um processo *não-planejado*

desencadeado por Belo Monte, devido à interferência no mercado imobiliário local e à crise de moradia.

A Norte Energia contabilizou 405 famílias que teriam ocupado a ADA depois do cadastramento socioeconômico, vivendo principalmente ocupações às margens da rodovia Transamazônica (perímetro urbano) e nos bairros Colina, Sudam II e São Domingos. Essas ocupações eram predominantemente com casas de palafitas, muitas com madeira visivelmente reaproveitada de outras edificações (Figura 8). Sem constrangimentos, funcionários do consórcio chegaram a se referir a essas famílias como “telhas brancas”, oportunistas que teriam invadido a ADA para “ganhar” indenização, ou seja, não as considerou atingidas *de verdade*, segundo seus critérios.

No entanto, diante da necessidade de liberar as áreas previstas para o reservatório para dar prosseguimento às obras da hidrelétrica, a empresa teve de dar-lhes tratamento. Essas famílias foram indenizadas em dinheiro somente pelas benfeitorias, sem que fossem aplicados os critérios do PBA, ou seja não tiveram, por exemplo, direito a casa em um dos reassentamentos. A prática da empresa de realizar negociações individuais com as famílias, dificultou que elas pudessem se organizar para reivindicar o direito ao tratamento previsto no PBA.



Figura 8 - Ocupação irregular em área alagadiça do bairro Sudam II (31/03/2015)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Com a retirada dessas famílias, o que ocorreu durante os anos de 2014 e 2015, a Norte Energia começou a adotar uma política mais ostensiva de policiamento das ADA para evitar novas ocupações. Como foi dito, a ADA passou também por um processo de “requalificação urbana”, sendo criados parques com áreas verdes e equipamentos de lazer, conforme previsto no PBA (NORTE ENERGIA S.A., 2011). Sob tutela da Norte Energia, esses locais passaram a contar com vigilância patrimonial para evitar que fossem ocupados ou reocupados pela população.

Nem todas as áreas alagadiças de Altamira, no entanto, estavam enquadradas como ADA de Belo Monte. Entre elas, a “lagoa” do bairro Jardim Independente I, localizada “atrás” do estádio municipal. Embora alagadiço, o local não era considerado parte da ADA de Belo Monte, pois segundo a medição da Norte Energia estaria acima da cota 100. Na figura 9, temos o Mapa de Localização da Lagoa do Independente I na cidade de Altamira.



Figura 9 - Localização da Lagoa do Independente I

Fonte: Base do Google Earth com localizações de Miranda Neto e Estronioli (2020)

Imagens de satélite obtidas pelo Google Earth mostram a evolução da ocupação da área da lagoa do Independente 1 nos anos de 2005 (antes de Belo Monte), 2014 (auge da construção da hidrelétrica) e 2018:

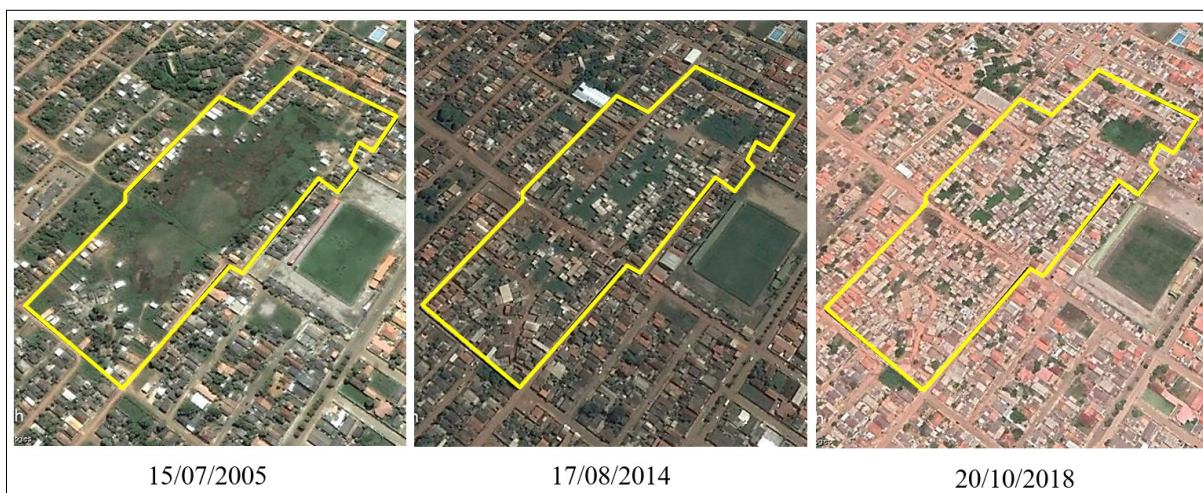


Figura 10 - Evolução da ocupação da Lagoa do Independente 1  
Fonte: Google Earth Pro

A primeira imagem mostra a área em 2005 com poucas casas e considerável cobertura vegetal. No meio da lagoa, já se visualiza o traçado inicial do que seria a rua Acesso 3. Implantada pela administração municipal ainda naquele ano, a rua cortou a lagoa ao meio e também contribuiu para a ocupação de sua parte central (IBAMA, 2018).

Já em 2014, auge da construção da hidrelétrica, quando iniciava remoção dos moradores da ADA, é visível o aumento no número de edificações no local, a diminuição da cobertura vegetal e a construção de aterros nas bordas da lagoa. A construção de casas sobre palafitas, a partir das bordas em direção ao centro da área alagadiça, também é mais visível. Na última foto, de 2018, o adensamento da ocupação da lagoa chegou ao seu auge. A ocupação da Lagoa do Independente 1 é o caso exemplar que será mais detalhado no próximo capítulo.

A crise de moradia no período não se restringiu ao aumento de ocupações apenas em áreas alagadiças e ambientalmente frágeis em Altamira. No final de maio de 2015, ocorreu a reintegração de posse de uma ocupação em uma localidade chamada Independente III, em terra firme, supostamente de propriedade particular (figura 11). A ação despejou 47 famílias, algumas das quais já estavam morando há mais de três anos no local e tinham construído inclusive casas de alvenaria.

Parte dos moradores despejados ocupou então o loteamento Residencial Arapujá, do programa Minha Casa Minha Vida, que ainda não estava concluído. O Movimento dos



Atingidos por Barragens (MAB) conseguiu iniciar um processo de negociação com o governo federal para a construção de um novo loteamento do programa Minha Casa Minha Vida, na modalidade entidades, com o objetivo de viabilizar a moradia para essas famílias e outras atingidas por Belo Monte que não estavam sendo reconhecidas pela Norte Energia. No entanto, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, as negociações foram interrompidas e o projeto paralisado.

Diante da irreversibilidade da reintegração de posse, as famílias foram deixando o local aos poucos e algumas, inclusive, foram viver na Lagoa do Independente I. As obras do residencial Arapujá ainda não foram retomadas.



Figura 11 - Tropa de choque da polícia militar na reintegração de posse do bairro Independente III e ocupação do Residencial Ilha do Arapujá (maio de 2015)

Fonte: Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O fenômeno das ocupações irregulares urbanas não se restringiu a Altamira. As cidades de Brasil Novo (ocupação Novo Horizonte, cerca de 150 famílias) e Vitória do Xingu (ocupações dos dois lados da via principal de acesso à cidade) também ocorreram nesse contexto de Belo Monte, evidenciando o alcance regional da crise de moradia na região atingida por Belo Monte.

Com relação à produção do espaço, já foi dito que as empresas possuem uma concepção espacial que Lefebvre (2013) caracteriza como espaço concebido ou “representação do espaço”. É o espaço dos planejadores, dos tecnocratas, comprometidos com a perspectiva hegemônica de acumulação do capital. No entanto, esse espaço possui uma condição paradoxal, que é produzir simultaneamente o “caos espacial”. Isso leva o autor a afirmar, inclusive, que, no limite, a planificação espacial é impossível sob o capitalismo.

Nota-se no caso da Altamira com Belo Monte que, de um lado impera a racionalidade da planificação, mas, simultaneamente, emerge uma situação de caos que se manifesta principalmente nas dimensões do espaço percebido e vivido, para usar termos de Lefebvre (2013).

Dizer que Belo Monte causou uma crise de moradia na cidade de Altamira é apenas parte do problema, uma vez que seus impactos atingiram camadas profundas do espaço social urbano. Uma das situações-limite do contexto de Belo Monte diz respeito ao aumento da violência, no contexto do inchaço populacional abrupto da cidade e ao mesmo tempo reorganização territorial com a construção de novos bairros.

Em menos de 10 anos, os índices de violência aumentaram agressivamente e em 2017 o Atlas da Violência do Instituto de Economia Aplicada (IPEA) deu a Altamira o posto de cidade mais violenta do Brasil (dados referentes a 2015). A escalada da violência ganhou protagonistas que foram as facções que disputavam o varejo de drogas na cidade. Em 29 de julho de 2019, a tragédia chegaria a seu ápice com o massacre de 58 homens dentro do presídio de Altamira, no contexto de disputa entre esses grupos. Outros quatro jovens foram mortos durante a transferência para outra unidade, sob tutela do Estado.

Não é novidade que as cidades médias amazônicas são terreno fértil para a mais variada gama de atividades ilícitas, tanto pela exuberância de recursos próximos quanto pela presença de alguma infraestrutura com precária governança. Em Altamira, todos esses aspectos foram turbinados com um empreendimento inviável e dispensável, tocado às pressas e à revelia das melhores práticas de gerenciamento de impactos. Por induzir a ocupação desordenada e falhar em reduzir os impactos que impôs, Belo Monte contribuiu – e muito – com a formação do barril de pólvora que explodiu no final de julho. (AROEIRA, 2019)

Essa situação não se explica exclusivamente em função da hidrelétrica, mas leva em consideração elementos de escala nacional, como a reorganização de grupos ligados ao tráfico, o recrudescimento de políticas de guerra às drogas e o encarceramento massivo da população, no entanto, Belo Monte aparece como elemento fundamental. Embora não seja o foco desse trabalho, e correndo o risco de tratar um problema complexo de forma superficial, é necessário citá-lo pela dimensão que tomou esse problema quando se refere às implicações de Belo Monte sobre o espaço urbano de Altamira.

Vimos nesse capítulo aspectos da formação e da transformação do espaço urbano de Altamira, relacionados aos distintos momentos de expansão do capital na região Amazônica, que conformam lógicas distintas de organização espacial. A hidrelétrica de Belo Monte é um

projeto de grande escala que desencadeia transformações profundas nesse espaço, em meio às quais emergem os atingidos urbanos.

Belo Monte estabeleceu seus critérios de tratamento para os atingidos, a partir da concepção predominante no setor elétrico, baseada num conceito territorial-patrimonialista e hídrico de atingido e com uma concepção espacial areal subjacente, propícia ao planejamento nos marcos do desenvolvimento hegemônico. Os inúmeros conflitos sociais desse período evidenciam as limitações dessas concepções para lidar com uma realidade em constante transformação, principalmente induzida pela própria presença da hidrelétrica.

As transformações socioespaciais desencadeadas pela hidrelétrica no espaço urbano, algumas planejadas e outras não, fazem emergir novos sujeitos atingidos, como no caso do Independente I. Neste caso, questiona-se de maneira mais radical a concepção areal do conceito de atingido ao serem reconhecidos *apesar* do critério da cota 100, conforme será desenvolvido no terceiro e último capítulo deste trabalho.

## **CAPÍTULO 3**

### **A LUTA DOS MORADORES DA LAGOA DO INDEPENDENTE I PELO RECONHECIMENTO COMO ATINGIDOS POR BELO MONTE**

---

**E**sse capítulo faz uma análise da ocupação da Lagoa do bairro Jardim Independente I em Altamira (PA), com maior enfoque no período da construção de Belo Monte. Mostra também como foi o processo de organização e luta das famílias atingidas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os embates envolvendo a empresa e órgãos públicos até o desfecho da situação, com a retirada da maior parte das famílias.

Essas famílias foram reconhecidas como atingidas por um critério diferente das demais na área urbana de Altamira, pois se descartou o impacto pela cota, ou área de inundação e também não se comprovou interferência da formação do reservatório da hidrelétrica sobre os aquíferos locais. Pela primeira vez, com relação a Belo Monte, são evocados diretamente impactos de ordem socioeconômica (aumento no custo da moradia) para justificar a remoção das famílias. Esses efeitos escapam à concepção areal do espaço presente na ideia de cota de inundação utilizada para identificar os atingidos.

Embora a Norte Energia nunca tenha admitido sua responsabilidade sobre a situação, através da pressão popular e da articulação política foi possível efetivar-se a realocação daquelas famílias pela concessionária. O caso das famílias da Lagoa do Independente I evidencia de modo exemplar que o conceito de atingido se define sobretudo no campo da política.

### **3.1 Ocupação da área da Lagoa do Jardim Independente I e seu processo de favelização**

A área onde hoje é o bairro Jardim Independente I foi, no início do século XX, parte das propriedades de José Umbelino Oliveira<sup>18</sup>, um dos primeiros migrantes a chegar em

---

<sup>18</sup> A reconstrução histórica das origens da ocupação da região do Independente I tem por base entrevista feita com Gilson Oliveira, bisneto de Umbelino e neto de seu primogênito Emiliano Oliveira, em 11 de junho de 2021.

Altamira em uma expedição no final do século XIX. A propriedade de Oliveira envolvia toda a região composta hoje pelos bairros Independente I, II e III, Ibiza, RUC Laranjeiras e região do Igarapé Panelas até a beira do Xingu, na região do Porto Pepino. Atualmente, a rua principal do bairro Jardim Independente II leva seu nome.

Umbelino teve cinco filhos, Emiliano, João, Júlia, Sebastião, Emílio e Lourenço. Após o falecimento do patriarca, o filho João, apelidado “João Milu”, ficou com a parte da propriedade onde já tinha sua casa, bem próxima da área da Lagoa, em sua porção sudoeste. Gilson Oliveira, bisneto de Umbelino e neto de Emiliano Oliveira, contou em entrevista que o tio João negociou parte das terras com outro fazendeiro local, Nilson Kajihara, que queria ter acesso à lagoa.

O tio João Milu morava numa casa que fica bem central na Lagoa. Antes era casa de barro, ele criava búfalo no curral, tinha uma lagoa imensa. Essa lagoa tinha uma parte que era dele, que ele negociou com o japonês que morava lá perto porque queria acesso ao lago. Eles fizeram essa tratativa, e ouvi dizer que teve até um desentendimento porque depois o Kajihara passou uma tubulação da Cosanpa [Companhia de Saneamento do Pará] por ali. Eu nasci nos anos 1980 e a minha convivência de criança nesse período era de ir lá para o sítio jogar bola, tomar banho na lagoa, que era muito bonita. Tia Sabá [esposa de João] criava pato, ganso lá. Era uma coisa bonita. Quem olha hoje para a realidade daquela lagoa ali não consegue imaginar o que já foi. Você pescava e sempre o pessoal dizia “tu não pode ir praquela região ali que dá muita cobra, muita sucruí”. E menino é muito artista, né? Eles faziam natação e iam até a tubulação, que era o lugar proibido. (Gilson Oliveira, 40 anos)

A tubulação, instalada em meados dos anos 1980, atravessava a lagoa onde hoje é a rua Acesso 3 e servia para transportar água do Xingu até a estação de tratamento da Cosanpa<sup>19</sup>, na avenida Perimetral.

Até o dos anos 80, a região onde hoje é o bairro Independente I e a região da Lagoa era formada ainda majoritariamente por fazendas localizadas na região periurbana de Altamira (COSTA, 2013). Conforme o núcleo urbano foi se expandindo, os donos começaram a fazer loteamentos para vender. O período de loteamento e expansão dessa parte da cidade corresponde ao boom de crescimento de Altamira verificado entre as décadas de 1970 e 1980, conforme descrito no capítulo II deste trabalho.

A característica desse processo de loteamento, feito por particulares, sem controle do poder público, traz formas específicas hoje marcantes na paisagem do bairro, como no traçado desordenado de algumas ruas. Segundo Gilson Oliveira,

Altamira tem uma série de problemas porque os loteamentos nunca foram uma coisa planejada para se ofertar não só a terra, mas uma estrutura mínima necessária, como

---

<sup>19</sup> Em 2016, o saneamento foi municipalizado e a estação da Cosanpa passou a ser administrada pela Cosalt – Companhia de Saneamento de Altamira.

a via, o asfaltamento, encanação de água e esgoto. Antigamente só se ofertava a terra nua e crua. Os donos faziam os loteamentos, abriam uma vereda que se transformaria em rua e colocavam os piquetes para dividir os lotes.

Em entrevista feita em 15 de setembro de 2020, Antônia<sup>20</sup>, 59 anos, contou que seus pais compraram uma casa na rua Salustiano de Almeida, no “entorno” da Lagoa, há mais de 25 anos, com o dinheiro de indenização que seu pai obteve por ter sido soldado da borracha. Aquela área era parte da fazenda de Nelson Kajihara e, conforme “a cidade foi chegando”, ele decidiu lotear e vender. O primeiro comprador do lote onde hoje é a casa de Antônia foi um senhor chamado Ivan, que construiu a casa e em seguida a vendeu para seu pai.

O esposo de Antônia, Fernando<sup>21</sup>, de 62 anos, trabalhou na fazenda de Nelson Kajihara e orgulha-se de dizer que foi “ele e o japonês” que “abriram” (desmataram) a área. O pai dela, por sua vez, trabalhava nas terras de João Milu. Ele lembra que “antes de casar” (ou seja, há mais de 37 anos), aquela região “era só mato”, onde se podia caçar jacu e paca. No inverno, a lagoa “enchia de peixes”. Todo mundo da região ia pescar e as crianças, nadar. Durante o verão, quando lagoa secava, era usada como campo de futebol. Segundo Antônia, havia ali também um pubeiro.

A construção do estádio municipal, o “Bandeirão”, também foi um vetor importante de ocupação daquela região. Construído no início da década de 80, sob gestão municipal de Edmilson Veras, teve o terreno doado por Nelson Kajihara e Emiliano Oliveira (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012, p. 227). Antônia lembra que nessa época ajudava a mãe a fazer cuscuz e café com leite para vender para os operários que construíram o estádio. Emiliano Oliveira<sup>22</sup>, apelidado de “Milico”, é um dos filhos de Umbelino Oliveira que herdou a área onde hoje é o Independente II, inclusive a lagoa deste bairro. Entre as famílias atingidas por Belo Monte naquele local, encontram-se moradores que compraram o terreno de suas casas de Emiliano.

Conforme o Jardim Independente I foi se tornando urbanizado, a área mais próxima ao corpo d’água começou a ser ocupada por famílias que não tinham condição de comprar um terreno de forma regular dos seus proprietários. Por volta de 2005, a prefeitura aterrou o centro da área alagadiça para construir a continuação da Acesso 3, dividindo a lagoa em duas partes. A Acesso 3 é a principal rua do bairro, que o corta desde o entroncamento com a

---

<sup>20</sup> O nome é fictício pois a entrevistada optou por não ter sua identidade revelada neste trabalho.

<sup>21</sup> Também nome fictício.

<sup>22</sup> Emiliano Oliveira foi vereador em Altamira na legislatura 1979-1983. Neste último ano concorreu a deputado estadual, porém não logrou eleger-se, apesar de ter alcançado uma “boa votação” (UMBUZEIRO e UMBUZEIRO, 2012). Também foi candidato a vice-prefeito na chapa de João Matogrosso Alves Filho (PDS/PMB) em 1989.

Avenida Alacid Nunes até a Tancredo Neves. Essa construção contribuiu para que famílias ocupassem as duas laterais da Acesso 3 na área da lagoa, algumas com casas cuja frente ficava no nível da rua, mas os fundos sobre palafitas.

Uma dessas famílias foi a de Adriele Batista. Em entrevista feita em 4 de janeiro de 2021, ela relatou que se mudou para a área da lagoa por volta de 2008 junto com seus pais. Sua família veio da Vila da Ressaca (município de Senador José Porfírio) e foi morar em uma ocupação no bairro Bela Vista. Quando a ocupação foi desarticulada pela prefeitura, eles foram morar na Acesso 3, na altura da Lagoa. Como era adolescente, ela não se lembra se compraram o terreno de alguém ou “simplesmente invadiram”.

Nem rua não tinha direito, tinha só um cano da água da Cosampa, a gente passava por cima do cano. Era só mato e água lá, chegamos lá só tinha umas três casas, eu acho. Quando a gente chegou lá, tinha até peixe, uns patinhos, a água não era suja, aí depois começou a morar mais gente lá e começou a sujeira. (Adriele Batista, 26 anos)

A ocupação da Lagoa foi acontecendo paulatinamente, primeiro nas bordas, que foi sendo aterrada, seja por particulares, seja pelo poder público. Esse processo de aterramento deixou marcas na paisagem e até hoje há casas do entorno da Lagoa que se encontram abaixo do nível da rua. A partir da Acesso 3, foram construídas pontes de acesso para o interior das duas “metades” da lagoa e as casas de palafitas começaram a ser construídas na beira dessas pontes. Conforme a ocupação foi se adensando, os moradores abriram novas ramificações no interior da lagoa e construíram casas cujo acesso se dá passando pelo “quintal” das casas mais antigas, criando o cenário de um labirinto de madeira suspenso sobre o espelho d’água.

As primeiras famílias que ocuparam a área alagadiça ficaram mais bem localizadas na beira do asfalto ou dos aterros. Em algum momento, ocorreu um processo de loteamento irregular da própria área alagada pela primeira geração de ocupantes. Alguns de maior poder aquisitivo construíram “vilas”, imóveis maiores subdivididos em cômodos para alugar (figura 12). Em geral, esses aluguéis também sofreram com o aumento dos preços com construção de Belo Monte.

Da segunda geração de ocupantes, há muitas pessoas que vieram de outros municípios para Altamira já em busca de emprego na hidrelétrica de Belo Monte. Algumas chegaram a morar em outros lugares na cidade de Altamira, mas devido a problemas econômicos, como por exemplo, não conseguir emprego na barragem, tiveram que se mudar para a lagoa. Outras já tinham parentes que viviam no local.

Ana Cleia da Silva, 38 anos, entrevistada em 28 de agosto de 2020, foi uma dessas moradoras. Mudou-se para a área alagadiça do Independente I já em 2015, vinda de Senador



José Porfírio. Ficou um período na casa da irmã e em seguida alugou um quarto por R\$ 400 na vila do Pernambuco. Seu Pernambuco tinha uma propriedade na beira da Acesso 3, formada por um bar na frente, sua moradia atrás e no fundo três quartos para alugar. O acesso construído da rua até as casas de sua vila passou a ser reconhecido como “Beco do Pernambuco” na época do cadastro socioeconômico feito pela Norte Energia.



Figura 12 - Registros fotográficos da Lagoa do Independente I (maio de 2016 a junho de 2018)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Para fugir do gasto com aluguel, Ana Cleia comprou um “lote” de 19 m<sup>2</sup> por R\$ 500 já sobre área alagada e construiu uma casa de apenas um cômodo e um banheiro, onde vivia com marido, três filhos e uma nora. Nesse período, ela relata que a lagoa praticamente já não secava no verão e se tornava cada vez mais poluída e fétida com o despejo irregular de lixo e esgoto no local, além de sofrer com o incômodo da proliferação de mosquitos.

Também nesse período, houve um aumento repentino nos preços dos aluguéis, que os moradores relacionavam à chegada de Belo Monte, como se pode ver no relato da ex-moradora Cristiane Reis, obtido em 25 de maio de 2021:

Quando saímos da casa da mãe de Alécio [sua sogra, também na área da lagoa], moramos na vila da dona Irene, onde pagamos R\$ 150 de aluguel numa casinha da frente. Depois o aluguel foi aumentando para R\$ 200, R\$ 250, R\$ 300, até R\$ 350 quando saiu a barragem. (Cristiane Reis, 29 anos)

Pode ser difícil compreender por que alguém se sujeita a pagar este preço no aluguel para morar em condições como aquela, por isso, esboça-se algumas tentativas de explicação.

A energia elétrica é apontada como fonte de grande oneração no orçamento doméstico. Na área da Lagoa, no entanto, ou se obtinha fornecimento irregular de energia, os “gatos”, ou havia uma conta única para o “dono” da vila. Não sendo possível desmembrar em padrões, a conta ficava sob responsabilidade do proprietário e era transferida às famílias através da cobrança do aluguel, sendo um componente expressivo deste custo.

Muitas pessoas que se mudaram nesse período também já tinham familiares ou conhecidos na área, o que contribuiu para a conformação de laços comunitários indispensáveis para a sobrevivência. Por isso, preferiam viver de aluguel, mas próximo de conhecidos e familiares, até conseguir obter dinheiro para comprar um terreno e construir uma casa.

Em terceiro lugar, como já foi observado no capítulo anterior, a Lagoa do Independente I está localizada relativamente próxima ao centro de Altamira, em um momento em que a cidade já se encontrava consideravelmente espraiada pela construção de novos loteamentos e reassentamentos em sua periferia. Assim, a Lagoa oferecia vantagem locacional, com maior acesso a transportes, serviços urbanos e proximidade com o centro comercial, onde se localiza a maior parte dos empregos no terciário.

Cleonice da Costa, entrevistada em 4 de janeiro de 2021, conta que também morou um período na vila do Pernambuco, pagando os mesmos R\$ 400 de aluguel, enquanto construía sua própria casa em outra parte da Lagoa. Como, nas palavras da entrevistada, sua família foi “uma das primeiras que invadiu [sic]”, ela não teve que pagar pelo terreno, apenas construiu do lado da casa da mãe. Ela veio de Ubatã, na Bahia, procurar emprego em Belo Monte, mas não conseguiu. Acabou indo trabalhar em um hotel.

Uma vez fiquei numa casa lá no Pernambuco. Era R\$ 400, só tinha um quarto e um banheiro. Aí foi o tempo que eu mudei para a minha casa. Ainda paguei quase um ano de aluguel ali até fazer a minha. Para a gente não sair, a gente tinha que pagar. Trabalhei noite e dia para arrumar aquela casa minha. Eu invadi, peguei um

pedacinho para fazer uma casa, fazer um barraco bem pertinho da minha mãe. Nessa época já tinha um bocado de casas ali, já estava *loteado*. Cada um tinha o seu (Cleonice da Costa, 45 anos)

O movimento comum, então, era morar um tempo de aluguel até conseguir comprar um “terreno” de outras pessoas para construir a própria casa. Embora ilegal, a existência desses terrenos com proprietários, geralmente os primeiros ocupantes, era legitimada pela comunidade. Após a compra, os moradores podiam construir nesses locais. Assim relatou a ex-moradora Sara Costa, entrevistada em 25 de maio de 2021:

Compramos o terreno de um rapaz, ele fez parcelado para a gente por R\$ 2 mil, nós demos uma entrada de R\$ 600, aí o Charlis [seu companheiro] ganhou uns paus, nós compramos umas telhas, cobrimos, passamos um compensado e mudamos pra baixo. O dinheiro [que economizamos ao sair] do aluguel já dava de pagar o rapaz. Era só o terreno, não tinha nadinha, era só o alagado. (Sara Costa, 27 anos)

Simultânea à ocupação cada vez maior da lagoa, ocorria a remoção das famílias da ADA de Belo Monte. Como foi dito no capítulo anterior, essas áreas passaram a contar com vigilância para coibir a reocupação, em um período em que o custo de vida aumentava na região. “Tendo em vista que as áreas próximas os Igarapés Altamira, Ambé e Panelas estavam sob tutela da Norte Energia, as populações excluídas identificaram na lagoa do Independente I um canal aberto para a ocupação” (MIRANDA NETO e ALVAREZ, 2017). Assim, a ocupação da Lagoa foi se intensificando, até chegar ao seu auge e saturação entre 2017 e 2018.

Quando a Norte Energia fazia a remoção das famílias da ADA, sobretudo no início, ela não previa destinação específica para o material das casas, em especial a madeira, de modo que as famílias podiam mantê-lo. Nesse período, portanto, era fácil comprar os materiais resultantes do desmonte das casas da ADA. Depois de um tempo, quando a empresa se deu conta da existência de novas ocupações (vide capítulo 2), passou a coibir a prática.

As famílias que construíram casas na Lagoa nesse período podiam comprar ou até conseguir por doação os materiais das casas desmontadas de parentes ou conhecidos. Assim relata Alécio Reis, 29 anos, em entrevista realizada em 25 de maio de 2021:

A gente comprou a área do terreno do Raimundinho Milu, enfiamos os tocos tudinho, aí compramos a madeira da filha do Filó que foi indenizada lá no Baixão do Tufi. A gente comprou a casa dela para construir a nossa. (Alécio Reis, 29 anos)

Esse relato também expressa como, no mercado imobiliário da Lagoa, coexistiam os seguintes sujeitos: a) os vendedores proprietários originais da área ou herdeiros que, embora não pudessem por lei comercializar terrenos nas áreas alagadas, o faziam na prática; e b) os

proprietários secundários que compravam de terceiros e c) os ocupantes propriamente ditos, que não compraram de ninguém. Esses últimos, frequentemente, no entanto, também se tornavam proprietários legitimados pela comunidade e podiam inclusive vender seus terrenos, ainda que não houvesse nenhuma benfeitoria no local.

Esse sistema de legitimação de propriedade, num momento posterior, confronta-se com o parâmetro legal adotado pela Norte Energia, de modo que, na imensa maioria dos casos, o terreno não entrou na composição do valor da indenização das famílias, apenas as benfeitorias.

### 3.2 Organização e luta dos atingidos da Lagoa do Independente 1

Para a compreensão desta seção, é preciso ter em mente que este trabalho cita duas áreas de lagoa com nomes semelhantes no perímetro urbano de Altamira: a Lagoa do bairro Jardim Independente I (objeto principal deste trabalho) e a Lagoa do bairro Jardim independente II. O mapa da figura 13, a seguir, mostra a localização das duas.

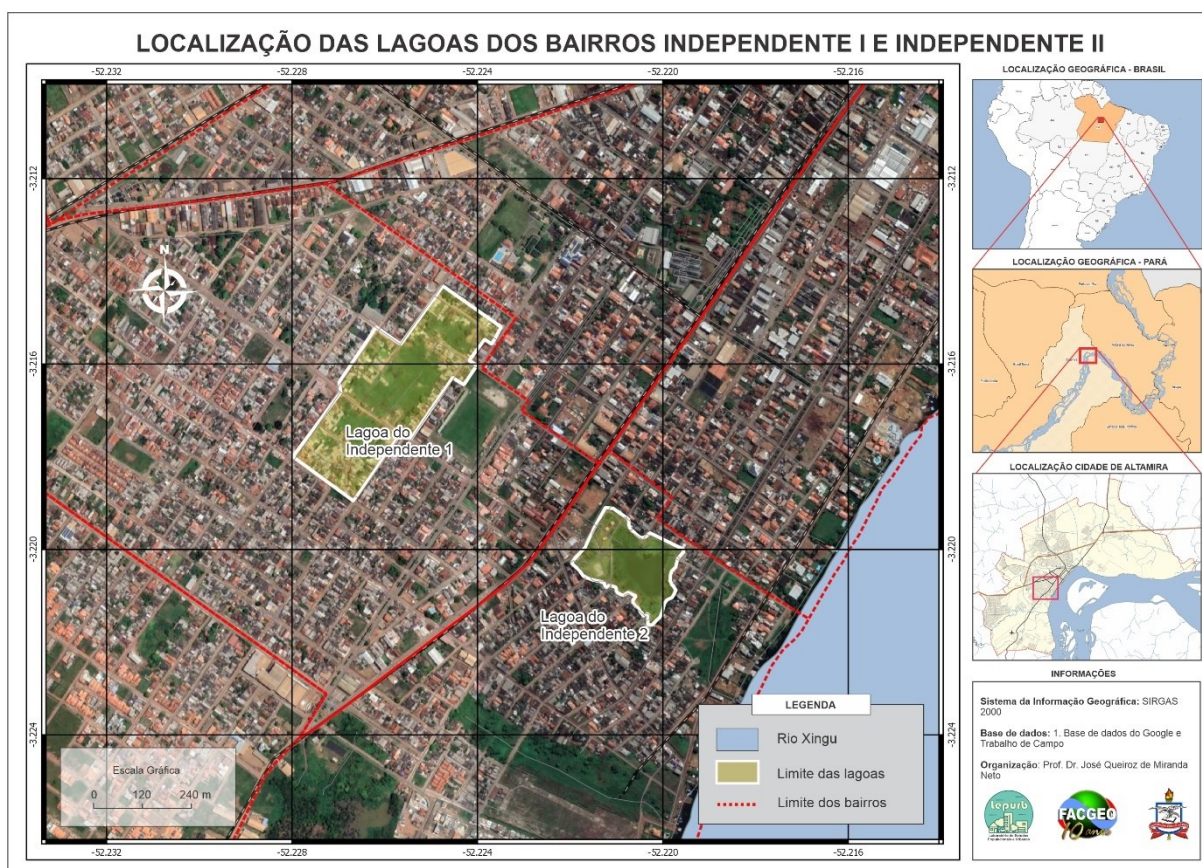


Figura 13 - Localização das lagoas dos bairros Independente I e Independente II em Altamira (PA)

Fonte: Acervo LEPURB, disponível em [www.lepurb.com.br/mapas](http://www.lepurb.com.br/mapas)

Em determinado momento da organização dos atingidos por barragens em Altamira, as histórias das duas se cruzam. Em primeiro lugar, inicialmente, porque ambas foram excluídas da ADA de Belo Monte.

Os moradores do Independente II iniciaram um processo de lutas em meados de 2014. Como já se disse no capítulo 2, a localidade estava abaixo da cota 100, mas a Norte Energia afirmava que não seria necessário remover as famílias. A Norte Energia propunha uma insólita solução técnica de utilizar bombas elétricas para drenar a água quando o nível do reservatório subisse.

O Ibama não aceitou essa “solução de engenharia” e incluiu a remoção das famílias da localidade como condicionante da licença de operação da hidrelétrica, emitida em 2015. Na localidade, foram cadastradas 484 famílias e 45 pontos comerciais em 189 imóveis<sup>23</sup>. A conquista do Independente II serviu de estímulo para a luta do Independente I.

O processo de organização e de luta das famílias da Lagoa do Independente I revela uma mudança na consciência dos moradores quanto aos impactos de Belo Monte. Inicialmente, por semelhança com o Independente II, os moradores acreditavam e insistiam que a Lagoa estava abaixo da cota 100 e pediam mais estudos que comprovassem isso (MAB, 2016). Essa hipótese, desde sempre rechaçada pela Norte Energia, perdeu força após um levantamento técnico feito pela Agência Nacional de Águas (ANA) no local.

Depois, conforme se faziam estudos sobre a alagação no local e mediante a insurgência de água em casas do entorno da lagoa, a argumentação dos moradores se voltou para um possível efeito de elevação do lençol freático por influência do reservatório de Belo Monte. Essa luta, no entanto, ainda se dava no campo dos estudos técnicos, onde a correlação de forças era favorável à Norte Energia. Assim, tanto a altura da cota quanto a interferência do reservatório na elevação do nível de água no local foram reiteradamente negadas pela concessionária.

Com os impasses diante desse debate e o agravamento da condição de vida das famílias da Lagoa, foi havendo um deslocamento discursivo no sentido de imputar a Belo Monte cada vez mais o impacto relacionado ao preço do solo urbano e a especulação imobiliária. Paralelo a isso, o Ibama fez estudos mostrando que a lagoa, nas condições de favelização em que se encontrava, atuava como agente poluidor ambiental. Com essa

---

<sup>23</sup> Trata-se mais sobre os atingidos da Lagoa do Independente II no item c. da sessão 2.3 do capítulo 2 deste trabalho.

argumentação, abriram-se novas possibilidades para o reconhecimento daquelas famílias como atingidas.

*a) Cota 100 e elevação do lençol freático*

A tese de que poderia haver famílias não impactadas diretamente pelo reservatório, mas pela elevação do lençol freático começou a aparecer na documentação solicitada pelo Ibama para a Norte Energia antes da emissão da licença de operação. O órgão reivindicava que a empresa apresentasse plano de tratamento para famílias que poderiam ser impactadas por uma possível elevação do lençol freático após o enchimento do reservatório nas áreas do Independente I e II (IBAMA, 2015).

Nesse contexto, praticamente estava encerrada a remoção das famílias da ADA de Belo Monte e a luta dos moradores do Independente II pelo reconhecimento estava no auge, uma vez que, mesmo reconhecidamente abaixo da cota, aquela comunidade fora excluída. Neste mesmo período inicia a organização do MAB junto à comunidade do Independente I.

Um parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan), realizado no segundo semestre de 2015, afirmava que a Lagoa do Independente I estava abaixo da cota 100, “conforme verificação in loco e por análise de imageamento remoto” (SEPLAN, 2015). Este documento também relaciona diretamente a ocupação da Lagoa com Belo Monte, evocando os impactos do empreendimento no mercado imobiliário:

A intensificação desta ocupação ocorreu entre os anos de 2009 e 2014, claramente o período correspondente ao início da implantação da UHE Belo Monte, período no qual a especulação imobiliária movimentou de grande forma a economia da cidade de Altamira. Como alternativa aos elevados índices inflacionários de custo de vida e habitacional decorrentes da implantação da UHE Belo Monte, parte da população foi pressionada a buscar refúgio em áreas menos nobres, principalmente na área 1 [Lagoa do Independente I]. (SEPLAN, 2015)

Em um indício de que a técnica responde a interesses políticos, o parecer é incisivo em imputar a responsabilidade exclusivamente à Norte Energia, evocando trechos do Plano Básico Ambiental (PBA) da hidrelétrica que anteviam impactos decorrentes da pressão demográfica sobre a estrutura urbana de Altamira. O parecer da Seplan não aponta nenhum indício de corresponsabilização com a prefeitura e recomenda a inclusão da lagoa na “área de segurança Cota 100” como alternativa para que a população fosse removida do local (SEPLAN, 2015).

Ainda em 2015, pouco antes de receber a licença de operação, a Norte Energia fez um estudo um pouco mais detalhado da Lagoa do Independente I, conforme solicitação do Ibama,

dentro do programa de monitoramento do nível do lençol freático. A interferência no lençol freático era um efeito previsto nos estudos de impacto ambiental.

A empresa então apresentou sua principal tese para eximir-se da responsabilidade relativa ao Independente I: haveria, sob o local, um “aquífero suspenso”, isolado do lençol freático regional, e, portanto, não impactado pela elevação deste por influência da formação do reservatório de Belo Monte, como afirma o documento:

A Área 1, localizada a oeste do estádio Bandeirão, no Jardim Independente I é formada por solos hidromórficos, com aquíferos suspensos, situada a mais de 500 metros da orla do remanso do reservatório. Devido a estes fatores, não sofrerá impactos diretos ou indiretos, pois os dados hidrogeológicos indicam que não haverá elevação de nível do lençol freático nessa área com a formação do reservatório. (NESA, 2015)

A empresa descartou, portanto, qualquer responsabilidade com relação às famílias da Lagoa do Independente I. Simultaneamente, também tentou descartar a necessidade de reconhecer o Independente II, mas, como já foi dito, não teve o mesmo sucesso. Para o Independente I foi designado apenas continuar com o monitoramento.

No mesmo período, a Norte Energia, principal empregadora da cidade, começou a desmobilizar mão de obra de Belo Monte, dando início à fase chamada popularmente de “ressaca da barragem”. No final de 2015, ocorreu a demissão de mais de 20 mil trabalhadores. Segundo a prefeitura municipal, de junho de 2015 a junho de 2016, houve uma queda de 52% na economia local (G1 PA, 2016). A desmobilização da força de trabalho em Belo Monte era esperada, mas seu ritmo brusco surpreendeu os setores da burguesia local e certamente impactou ainda mais os trabalhadores, uma vez que, em cerca de seis meses, a prefeitura recebeu mais de mil currículos (G1 PA, 2016).

A situação da Lagoa do Independente I deve ser compreendida mediante o agravamento deste quadro social. O adensamento da ocupação da Lagoa era visível a olho nu. Durante as reuniões realizadas pelo MAB na comunidade, percebia-se o *boom* de construção no local<sup>24</sup>, com muitas áreas só com o assoalho das casas prontas, para posteriormente receber as paredes e telhado<sup>25</sup>.

Aqui, aventa-se mais uma hipótese que não pode ser descartada no complexo de motivos que levou à ocupação da Lagoa e que deve ser discutida sem julgamentos morais. Não se ignora que a própria possibilidade de reconhecimento como atingidos pela hidrelétrica pode ter contribuído de forma significativa para incentivar que mais famílias se mudarem para

<sup>24</sup> Ver figura 7, item 3 no capítulo 2.

<sup>25</sup> A figura 10 do capítulo 2 mostra esse processo.

o local, em especial depois que os atingidos iniciaram um processo de luta por reconhecimento, gerando uma expectativa de remoção. Para a moralidade liberal, meritocrática, trata-se de mero oportunismo, bem exemplificado no apelido de “telhas-brancas”, usado por técnicos da Norte Energia para se referir casos como esses. No entanto, se a análise compreende o processo de espoliação a que foram submetidas as frações da classe trabalhadora mais pauperizadas em Altamira, em especial no contexto de Belo Monte, reconhece-se um expediente legítimo de luta por direitos básicos como a moradia.

No dia 5 de maio de 2016, a então presidente Dilma Rousseff veio ao Xingu inaugurar a hidrelétrica de Belo Monte (MAB, 2016b). De manhã bem cedo, um grupo de moradores do Independente I bloqueou o trecho da Transamazônica que ligava a cidade de Altamira à hidrelétrica. No entanto, mais de uma hora antes que a comitiva presidencial passasse por ali, aceitaram desocupar mediante o compromisso firmado pelo então chefe da Casa de Governo<sup>26</sup>, Márcio Hirata, de que a ANA faria uma vitória na Lagoa.

Naquele período, um fenômeno começou a assustar os moradores do entorno da lagoa: algumas casas passaram a apresentar insurgência de água sob o piso ou nos quintais e os poços passaram a transbordar com frequência. Essas casas, em sua maioria, estavam mais baixas do que o nível da rua. Segundo os moradores relataram à imprensa na época, isso nunca havia ocorrido (ESTRONIOLI, 2016).

Em 10 de maio de 2016, os técnicos da ANA fizeram uma vitória no local. A ação foi vista com muita expectativa pelos moradores, pois se esperava confirmar a possibilidade de a área estar efetivamente abaixo da cota 100 e comprovar a elevação do lençol freático. Os técnicos marcaram 9 pontos para aferição da cota, conforme indicação das lideranças locais. Todos os pontos, no entanto, acusaram estar acima da cota 100, a exceção de um, que nem era na área da lagoa, mas na quadra da Escola Municipal Dr. Otacílio Lino (ANA, 2016).

---

<sup>26</sup> Inaugurada em Altamira no contexto da instalação de Belo Monte, a Casa de Governo, ligada ao executivo federal, tinha o papel de articulação entre os diversos órgãos de Estado na região e também funcionava como canal de diálogo com a sociedade civil de forma geral. Cumpria, assim, na prática o papel de dirimir tensões e conflitos relacionados a Belo Monte e assegurar sua implantação. Essa estrutura deixou de existir oficialmente no governo Bolsonaro.





Figura 14 - Registros fotográficos da Lagoa do Independente I (maio de 2016)  
 Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Em seu relatório a ANA considerou possível, embora não comprovasse, a elevação do lençol freático e recomendou ao Ibama avaliar a possível inclusão dessas áreas nas condicionantes do licenciamento ambiental da hidrelétrica.

O Ibama, por sua vez, considerava plausível a tese do aquífero suspenso, mas recomendou mais medidas à Norte Energia de forma a verificar “de forma indelével a existência de dois níveis freáticos distintos” (IBAMA, 2016a) e comprovar se havia relação entre o enchimento do reservatório e os fenômenos de alagamento (IBAMA, 2016b).

A intensificação da ocupação, o aterramento das bordas da Lagoa, o entupimento frequente do sistema de drenagem com entulho, tudo deve ser considerado, mas nada pode ser apontado como causa única e suficiente para a compreensão do fenômeno de alagamento. Diversos fatores influem nesse quadro, tornando a lógica formal subjacente aos estudos técnicos insuficiente para dar conta do real como totalidade. Santos (2004) aponta os limites de se trabalhar com a simples noção de causa e efeito para dimensionar fenômenos complexos:

A causa é apenas um momento do movimento global e, por vezes, pouco significativa da realidade desse movimento. Quando trabalhamos com a noção de causa e efeito, muitas vezes nos escapa o processo pelo qual se lança uma ponte entre o passado e o futuro, pois o que vemos é, muitas vezes, do âmbito exclusivamente do sensível e muitas vezes não ultrapassa o parcial. Somente através do contexto vemos o movimento do conjunto. (SANTOS, 2004, p. 264)

Fato é que a relação com Belo Monte aparece cada vez mais na consciência dos moradores, em um momento no qual a hidrelétrica é o grande vetor de transformação socioespacial em Altamira, o objeto mais influente em uma realidade em permanente devir e que, como dito no capítulo 2, provocava uma situação de caos espacial na cidade.

Algumas pessoas entrevistadas para este trabalho relataram que antes havia alagamentos frequentes no local, mas a água escoava rapidamente. Outras afirmaram que suas casas não alagavam antes da barragem, mas passaram a alagar depois. Alguns entrevistados inclusive relataram que suas casas não alagavam porque já construíram a casa mais alta intencionalmente. A entrevista com Cleonice da Costa oferece um exemplo:

No primeiro ano não alagava não, depois que começou a fazer a barragem, sei que a água começou a entrar dentro de casa, alagava tudo, a gente pegava as crianças colocava em cima da cama ou em cima da mesa e a gente saía. A gente perdia guarda roupa, perdia fogão, armário, alagava tudo ali. A gente perdeu um bocado de coisa ali na lagoa. Cama, fogão, eu perdi duas geladeiras novinhas. (Cleonice da Costa, 45 anos)

Com o sentimento de serem injustiçados, os moradores do Independente I iniciaram um período de muitas mobilizações para buscar abrir interlocução com o governo federal, já sob a presidência de Michel Temer, o vice de Dilma, que assumia a presidência após a consumação do impeachment.

Atualmente, não se pode ignorar que o golpe que tirou da presidência Dilma Rousseff abriu uma ferida profunda na sociedade brasileira. Tratou-se de um período reorganização e coesamento das classes dominantes que trouxe perdas para a classe trabalhadora, marcado, por um lado, pelas medidas econômicas como a reforma da previdência, teto de gastos, reforma trabalhista, mas também outros sintomas como o aumento do desmatamento e da violência no campo, na floresta e na cidade<sup>27</sup> e até mesmo a volta da fome. Criou-se assim uma situação de degradação do ambiente democrático e crise institucional que se agravou ainda mais com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Paradoxalmente, foi justamente no governo interino de Michel Temer (PMDB), em meio a essa reorganização do cenário político que renunciava um período de grandes derrotas, que permaneceram ou passaram a ocupar postos no aparelho de Estado pessoas que tiveram papel fundamental para o desfecho da situação e a conquista do direito dos atingidos do Independente I.

A tese mais forte defendida pelos moradores e pelo MAB era da elevação do lençol freático, devido aos alagamentos. O próprio Ibama havia assumido que essa era uma possibilidade, mas pedia mais estudos à Norte Energia. De sua parte, os atingidos questionavam a idoneidade da empresa diante de um cenário de conflito de interesses e se

---

<sup>27</sup> "Desde que a primeira mulher presidenta foi arrancada do Planalto por um impeachment descabeçado, a violência na floresta, no campo e nas cidades recrudesciu" (BRUM, 2019).

articulavam junto a outros órgãos como Casa Civil, DPU e Conselho Nacional de Direitos Humanos para buscar estudos independentes.

Principalmente por articulação via Defensoria Pública e Casa Civil, foram realizados estudos independentes, como os conduzidos por Ingo Wahanfried (2016) e Miranda Neto e Alvarez (2017). O estudo de Wahanfried (2016) considerou que os dados apresentados nos pareceres da Norte Energia não permitiam afirmar definitivamente a existência de um aquífero suspenso no local. Já o estudo de Miranda Neto e Alvarez (2017) apresentou argumentos para a responsabilização da Norte Energia pelos impactos sociais relativos à dinâmica da desigualdade socioespacial em Altamira no contexto de Belo Monte.

*b) Acirramento da luta, acampamentos e “empates”*

Em 20 de julho de 2016, os atingidos fizeram uma ocupação no escritório do Ibama em Altamira. Eles reivindicavam que a presidente do órgão viesse a Altamira reunir-se com eles e somente aceitaram deixar o local mediante esse acordo (MAB, 2016c). Suely Araújo, presidente do Ibama, tinha sido empossada há cerca de um mês.

Em 24 de agosto de 2016, ela e a diretora de licenciamento ambiental (DILIC), Rose Hoffmann, realizaram uma viagem a Altamira e participaram de uma reunião com os atingidos do Independente I na sede da associação de moradores (Ambaji) (MAB, 2016d). Muitas pessoas comparecem à reunião e fizeram relatos bastante emocionados. Elas também fizeram uma visita à área da lagoa. A presidente relatou, em entrevista realizada em 27 de outubro de 2020, ter ficado muito impressionada com a situação das famílias:

Quando a gente visitava, a gente via a fragilidade do que estava ocorrendo, com a questão da água entrando nas casas e também logo na primeira visita eu lembro de ter visto casas que estavam cedendo. O bairro já impressiona por si porque tem muito lixo, tem hora que você nem vê a água, só vê lixo. Eu sou urbanista de primeira formação, sou arquiteta, então estou acostumada a ver muitos tipos de assentamentos irregulares, favelas e similares por uma questão profissional, mas eu fiquei impressionada, eu fiquei com muito dó, na verdade, da situação da população. Foi uma coisa que me marcou, que me comoveu, me senti na obrigação de pelo menos tentar ajudar, mesmo que não tivesse relação com a barragem. (Suely Araújo)

Araújo e Hoffman foram embora de Altamira com o compromisso de que o Ibama se posicionaria sobre a situação dentro de 15 dias. Em 26 de setembro de 2016, ainda não se conhecia o posicionamento do Ibama e os atingidos fizeram um novo protesto na sede do órgão em Altamira (MAB, 2016e). Com essa mobilização, ficou encaminhada a formação de uma espécie de “mesa de negociação” entre os moradores (lideranças do MAB e da Ambaji),

governo federal e prefeitura municipal para buscar uma solução para o caso. A instalação dessa mesa de negociação, coordenada pela Casa Civil da Presidência da República, foi essencial para o desfecho do caso, como ficará explícito mais adiante.

Nesse período, o Ibama passou a trabalhar com duas “linhas de apuração”, uma relativa ao comportamento do lençol freático, para a qual considerava os dados ainda não definitivos, e outra relativa ao processo de ocupação da lagoa (IBAMA, 2018). Essa segunda linha constituiu-se uma novidade no processo, pois o órgão licenciador passava a considerar a relevância de uma dinâmica que nada tinha a ver com o comportamento da água e do reservatório.

Em 10 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal organizou uma audiência pública sobre o tema, aproveitando a presença de um grupo do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) que estava em missão em Altamira. Diante do público lotado, no Centro de Convenções da cidade, participaram da audiência inúmeros atores, inclusive representantes do poder municipal, estadual e federal. Dezesesseis moradores fizeram relatos sobre sua situação e comoveram os integrantes da mesa. A Norte Energia, embora convidada, não compareceu.

Durante a missão em Altamira, os representantes do CNDH reuniram-se com a Norte Energia. Sobre o tema do Independente I, a empresa eximiu-se totalmente da responsabilidade, conforme relatório do Conselho:

Segundo a Empresa, trata-se de lagoa natural fora da área de interferência do reservatório, estando acima da chamada “cota 100”, que determinou a área de influência do projeto e, segundo informado, a Norte Energia entende não ter responsabilidade quanto ao aumento da ocupação. Sobre a especulação imobiliária e inflação dos preços dos aluguéis como indutores de ocupações irregulares, alegaram que o monitoramento não registra qualquer impacto previsto para essa região, já que os estudos mostraram uma mobilização já esperada até 2013/2014, sendo que a curva de migração por conta dos aluguéis já começou a estabilizar-se. Quanto aos recentes alagamentos de algumas casas, alegaram que foram devidos às chuvas fora de época e não guardam relação com o empreendimento. A Norte Energia ressaltou que disponibilizou um terreno caso o governo queira instalar um reassentamento com base no programa Minha Casa Minha Vida. (CNDH, 2017)

O CNDH, entretanto, recomendou à Norte Energia que, em articulação com a prefeitura, promovesse o cadastramento e a remoção das famílias da área da Lagoa, “assegurando-lhes condições dignas de vida e o direito à moradia adequada”. Ao Ibama, recomendou “que conclua suas avaliações e se manifeste sobre a situação de risco e responsabilidades sobre o Jardim Independente I, no município de Altamira, exigindo o imediato cadastramento e remoção das famílias ali residentes” (CNDH, 2017).

Nesse contexto, os atingidos obtiveram uma importante conquista: em 5 de dezembro de 2016, o Ibama determinou que a Norte Energia deveria fazer o cadastro socioeconômico das famílias do local. O objetivo desse cadastro era, de acordo com o Ibama:

Identificar a temporalidade do afluxo populacional para a região da lagoa do Independente 1 (...) contendo no mínimo as seguintes informações: identificação dos ocupantes, tempo de residência no local, origem dos ocupantes, motivos que levaram a residir na área e descrição da moradia (palafita ou outros) (IBAMA, 2016c).

A Norte Energia resistiu a fazer esse cadastramento, pois alegava que geraria falsas expectativas nas famílias de que elas seriam removidas, uma vez que o cadastro socioeconômico fora nas outras comunidades um importante instrumento no tratamento com as famílias, além de ser uma conquista histórica dos atingidos, como tratado no capítulo 1 deste trabalho.

Àquelas alturas, a Norte Energia já possuía a licença de operação de Belo Monte e adotara uma postura diferente diante das cobranças do Ibama, resistindo a fazer mudanças e recorrendo administrativamente (e até judicialmente). De fato, ainda no dia 16 de dezembro, a empresa protocolou um recurso administrativo contra a realização do cadastro. Os moradores do Independente I passaram a fazer diversas lutas nas quais a demanda central era que a Norte Energia fizesse o cadastramento.

Entre os dias 18 e 20 de janeiro de 2017, os atingidos realizaram o primeiro acampamento de mais de um dia de duração na sede do Ibama em Altamira. Desocuparam o local após ouvir um áudio no qual a presidente do Ibama afirmava que estava mantida a posição do órgão pelo cadastramento das famílias. Também foi encaminhada uma reunião em Brasília com representantes da comunidade, do MAB e da Ambaji para negociação da pauta (MAB, 2017b).

Cinco dias após essa mobilização, a comissão de atingidos viajou a Brasília e se reuniu com o Governo Federal (MAB, 2017c). DPU e MPF também participaram da reunião. Começou a surgir a sugestão de enquadrar as famílias como público do programa Minha Casa Minha Vida, o que gerou muita resistência dos atingidos e uma mobilização local no bairro, que fechou a Acesso 3. No mesmo dia, o Ibama respondeu ao recurso administrativo da Norte Energia reafirmando a decisão de que fizesse o cadastro das famílias (MAB, 2017d). Com o documento em mãos, os atingidos liberam via. A Norte Energia entrou com ação contra o cadastramento na Justiça de Altamira.

Em 15 fevereiro de 2017, uma quarta-feira, os atingidos fizeram uma nova mobilização, dessa vez em frente a um dos escritórios da empresa em Altamira, na avenida

Perimetral. Uma comissão foi recebida por um advogado da empresa. Diante da negativa em atender a pauta, os atingidos decidiram, em assembleia, permanecer acampados em frente ao escritório. No dia seguinte, decidiram ocupar também a sede da Casa de Governo. Diferente do que havia sido no período do auge da construção de Belo Monte, durante o governo do PT, a Casa de Governo nesse período encontra-se em desestruturação. Ao chegar lá, os atingidos encontram apenas funcionários da segurança. Elisângela Trzeciak, responsável pelo órgão no período, estava fora de Altamira.

Na sexta-feira, dia 17, a Norte Energia acionou a justiça para fazer uma reintegração de posse, tendo por base um interdito proibitório já existente contra ações do MAB desde 2014. Os atingidos decidiram pela desocupação do local e se juntam aos demais que estavam na sede da Casa de Governo. Como não visualizam chance de avanço no fim de semana, naquela noite decidiram desocupar também a Casa de Governo.



Acampamento em frente ao escritório da Norte Energia na Avenida Perimetral, Altamira

Oficial de Justiça lê mandato de reintegração de posse na presença de defensor público da União

Figura 15 - Registros fotográficos do acampamento em frente à Norte Energia (fevereiro de 2017)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Enquanto resistia a cadastrar os atingidos, a Norte Energia executava, paralelamente a instalação do sistema de saneamento na cidade de Altamira. Em mobilizações que lembram os famosos “empates” do movimento seringueiro do Acre (GONÇALVES, 2012), os moradores fizeram bloqueios para impedir a instalação da tubulação de saneamento na principal via que corta a lagoa, a rua Acesso 3. A conclusão da instalação do saneamento era um ponto importante das condicionantes de Belo Monte e já estava bastante atrasada segundo o cronograma da Norte Energia, de modo que paralisá-la era vista como uma forma importante de pressão por parte dos atingidos.

Durante o inverno de 2017, as condições de vida na lagoa se agravaram. Os coordenadores da comunidade relatavam em reuniões do MAB a existência e muitas pessoas

doentes e alagamentos constantes com as chuvas. A morte de um jovem morador chamado William de dengue foi o estopim para uma nova ocupação no Ibama, que durou 5 dias, entre 20 e 25 de março de 2017. Os manifestantes pediam o cancelamento da licença de operação de Belo Monte até que fossem reconhecidos como atingidos.

*c) A conquista do cadastro socioeconômico*

Conforme os estudos técnicos sobre a elevação do lençol freático não apresentavam novidades e diante do agravamento das condições de vida da população, a tese do aumento da densidade populacional, da especulação imobiliária e a impossibilidade de executar o saneamento básico no local (condicionante de Belo Monte) começam a ganhar cada vez mais centralidade nos argumentos das lideranças.

Enquanto os atingidos se mobilizavam, no plano institucional continuaram os desentendimentos entre o Ibama e a Norte Energia sobre o tratamento da questão. Em abril de 2017, a Norte Energia foi autuada pelo Ibama por “deixar de apresentar informações ambientais de cadastramento da ocupação da área alagadiça do bairro Independente I solicitadas pelo Ibama” (IBAMA, 2018).

Em 14 de agosto de 2017, a Norte Energia sofreu sua primeira derrota e informou ao Ibama que iniciaria o cadastramento solicitado. Ressaltou, porém, que “não desistiria da ação judicial” (MAB, 2017e).

Diferente dos cadastros socioeconômicos executados com relação à população da ADA e mesmo do Independente II, esse possuía uma característica diferente. Os próprios atingidos participaram da definição do perímetro do cadastramento e do questionário. Participaram dessas reuniões também MPF, DPU, Ibama e Casa Civil. Isso foi um avanço importante, em que pese ter sido possível também porque não necessariamente o cadastramento implicaria em reconhecimento. De fato, o cadastro abrangeu um número bem maior de famílias do que as que de fato foram posteriormente removidas.

A Norte Energia iniciou o cadastramento em 26 de setembro e o concluiu em 9 de dezembro de 2017, encaminhando-o ao Ibama em 10 de janeiro de 2018. Externamente, a empresa justificou para seus investidores que realizou o cadastro simplesmente “para atender a um pedido de colaboração com o governo municipal” (NESA, 2018, p. 119).

No cadastro, feito individualmente com cada família, constavam questões como endereço anterior à moradia na Lagoa, tempo de moradia no local, tipo de habitação, fornecimento de água, instalação sanitária e despejo do lixo, perfil de renda e trabalho, com

destaque para atividade pesqueira, e um item específico de identificação como indígena ou não-indígena.

O levantamento apontou a existência de 968 famílias e 548 imóveis na região da lagoa. Em relação às 968 famílias, 496 estavam vivendo em palafitas e 472 em “terra firme” (aterro). Dos 548 imóveis, 293 estavam sobre palafitas e 255 sobre aterro. Quanto ao uso do imóvel: 579 dos moradores eram proprietários, 203 inquilinos, 120 agregados, 66 viviam em imóvel cedido. Há, ainda, “31 casos em que dois grupos domésticos se dizem proprietários de um mesmo imóvel nos quais residem, mesmo sendo de grupos familiares independentes” (IBAMA, 2018b). Dessas famílias, 63 se declararam indígenas. Trata-se de um grupo de famílias das etnias Xipaya e Kuruaya que viviam no local.

Em relação à procedência, o levantamento apontou que 79% das famílias eram provenientes da zona urbana de Altamira, 11% de outros municípios paraenses, 7% da zona rural de Altamira e 3% de outros estados.

Esses dados do cadastramento, feitos pela empresa, são tomados como referência, mas não sem divergências com relação a outros instrumentos de análise. Por exemplo, uma pesquisa amostral realizada por Medeiros e Herrera (2020) com a população da Lagoa identificou que apenas 31,5% dos moradores eram oriundos de Altamira, os demais vindo de outros municípios direto para a Lagoa.

#### *d) O reconhecimento dos atingidos pelo Ibama*

Ainda em fevereiro de 2018, o Ibama emitia parecer técnico em conjunto com a ANA no qual confirmava a existência apregoada pela Norte Energia do aquífero suspenso e corroborava a tese apresentada pela empresa da ausência de interferência da formação do reservatório no seu nível de elevação. Apesar disso, reconhecia as “condições precárias de infraestrutura” vividas pelas famílias, recomendando ações às genéricas “autoridades competentes” (IBAMA, 2018).

Enquanto a tese do aquífero suspenso se fortalecia, o Ibama desenvolvia os estudos sobre o impacto socioeconômico, relacionando a ocupação da Lagoa com a especulação imobiliária fomentada por Belo Monte em Altamira. A Norte Energia, no entanto, não cedia. Assim relatou Suely Araújo, na entrevista concedida para este trabalho:

Paralelamente, os técnicos do Ibama começaram a fazer outro tipo de análise, foi produzida uma nota técnica ao longo desse período, ainda esperando o resultado dos



estudos da ANA, e concluíram que, mesmo que fosse autônoma a questão do lençol freático, tinha uma ligação com a questão do afluxo populacional.

A própria presidente do Ibama, no entanto, admite que não acreditava que esse parecer seria suficiente para obrigar a Norte Energia a se responsabilizar pela situação, pelo que costumava ser o histórico no setor elétrico, em especialmente em uma situação de judicialização, uma vez que “a tendência é o juiz querer coisas bem concretas e a parte socioeconômica é um pouco subjetiva às vezes”. O que está em debate no fundo, aqui, é a compreensão do conceito de atingido dentro de um nexos causal direto, em oposição a uma abordagem integral. Nesse sentido, as *coisas concretas* tem afinidade com a concepção areal e física do espaço enquanto a subjetividade é imputada ao aspecto socioeconômico.

Com as vias técnicas e judiciais bloqueadas, a saída teria que passar, portanto, necessariamente, pela arena da articulação política.

No dia 13 de março de 2018, havia grande expectativa em torno de uma audiência que ocorreu em Altamira, no Centro de Convenções. Vieram à cidade de Altamira a presidente do Ibama e representantes da Secretaria de Governo Federal, Ministério das Cidades, Ministério da Casa Civil. Também representados estavam a Prefeitura Municipal de Altamira, Governo do Estado do Pará, MPF e DPU.

Mais de 500 pessoas, a maioria moradoras da Lagoa do Independente I, compareceram e lotaram o plenário da audiência (Figura 16). A presidente do Ibama anunciou que os moradores da Lagoa estavam reconhecidos como atingidos por Belo Monte e deveriam receber o tratamento previsto no PBA.



Figura 16 - Audiência em que o Ibama anunciou o reconhecimento das famílias da Lagoa do Independente como atingidas por Belo Monte, no Centro de Convenções de Altamira (13/03/2018)  
 Fonte: Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O anúncio tinha por base o parecer 23/2018 do Ibama. Neste documento, o órgão analisa, a partir dos dados do cadastramento e de observações de imagens de satélite, o se há uma mudança no padrão de fluxo populacional para a área da lagoa antes e depois de Belo Monte e identifica que houve uma intensificação.

O parecer toma por referência também as declarações dos moradores na época do cadastramento, nas quais 64% afirmaram ter ocupado o lugar por situações financeiras.

Segundo o parecer do Ibama, “de 949 entrevistados (descontando-se 19 cadastros que não se aplicavam (NA), não informado (NI) ou não respondeu ao cadastro (NC) do total de 968 cadastros), 419 afirmaram ocupar o Jardim Independente 1 devido a fatores relacionados mais diretamente ao impacto de especulação imobiliária” (IBAMA, 2018b). O documento reitera diversas vezes a correlação entre Belo Monte e a “especulação imobiliária”, sendo esse o coração da argumentação para responsabilizar a Norte Energia, como mostra a conclusão a seguir:

Os resultados demonstram que o principal motivador para a ocupação daquela área foi a especulação imobiliária ocorrida na região. Ainda fica evidenciado que, a partir de 2010, houve um aumento significativo de cadastros de famílias que explicitam motivos mais diretamente ligados à especulação imobiliária, principalmente aquelas residentes em palafitas. O aumento da especulação imobiliária na região de Altamira assim como a intensificação da ocupação desordenada do solo foram impactos previstos pelo Estudo de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte. No EIA, ambos os impactos foram classificados como de ocorrência certa, de natureza relativa e de

relevância alta. Neste sentido, é possível afirmar que este fenômeno tem relação direta com a implantação da UHE Belo Monte. (IBAMA, 2018b)

O parecer destaca ainda as condições impróprias de saneamento e habitação em que se encontrava a Lagoa e considera sua ocupação como principal fator de degradação ambiental, sendo sua retirada indispensável para a interrupção desse processo. Em sua conclusão, o Ibama recomendou que a empresa:

- a) Aplique o disposto no Plano de Atendimento à População Atingida do PBA para a realocação das famílias moradoras das palafitas e de imóveis que não sejam possíveis de se ligar na rede de saneamento por gravidade; e
- b) Execute a ligação intradomiciliar dos imóveis que consigam se ligar por gravidade ao sistema de saneamento, em atendimento à condicionante 2.11 da Licença de Operação nº1317/2015 (IBAMA, 2018b).

Cabe observar que o órgão identificava uma corresponsabilidade entre prefeitura e Norte Energia, pois relacionava um primeiro *boom* da ocupação do local à abertura da Acesso 3 (responsabilidade da prefeitura) e atribuía a ocupação à “ausência de fiscalização municipal”. Recomendou assim também que o poder municipal:

- a) Realize a demolição, desinfecção e desinfestação dos imóveis desocupados na área natural da lagoa do Jardim Independente I;
- b) Realize a revitalização da lagoa e seu entorno, bem como a manutenção e reparação da rede de drenagem pluvial da lagoa; e
- c) Efetue uma gestão, controle e fiscalização da área da lagoa a fim de evitar a instalação de novas ocupações. (IBAMA, 2018b)

O ônus principal, no entanto, ficou com o Norte Energia, sendo considerada a responsável pelo maior fluxo populacional para o local.

Em que pese a importante vitória para os atingidos, o parecer do Ibama tinha força de *recomendação*, não ficando no campo da *obrigação*, ou das condicionantes do licenciamento, se impondo, portanto, de forma fraca sobre a empresa, que já tinha sua licença de operação. Essa situação levou a um impasse em que a Norte Energia chegou inclusive a recorrer judicialmente. Assim, foram necessários ainda vários meses de negociações até que se efetivasse realmente a retirada das famílias.

Em um primeiro momento, a Norte Energia evocava a tese do nexo causal e se propunha a retirar somente as famílias que teriam se mudado para o local após Belo Monte. A empresa fez um estudo de crescimento demográfico e identificou somente 142 famílias que teriam direito à realocação por parte da empresa, ficando as demais “sob responsabilidade da prefeitura” (NESA, 2018b, p.183-184).

A empresa negou até mesmo correlação entre o aumento no custo dos aluguéis e a ocupação da Lagoa, embora esse fosse considerado um impacto provável desde os estudos de

impacto ambiental, como mostra a correspondência Carta CE 0341/2021 – SSAI, enviada pela empresa ao Ibama e citada por este em um parecer técnico:

No caso do custo dos aluguéis, trata-se de informações autodeclaratórias, sem quaisquer possibilidades de comprovação objetiva, como por exemplo, recibos de aluguéis ao longo dos anos (antes de 2011 e após 2011), e sua evolução. Além disso, em Altamira não há estudos específicos de evolução do valor dos aluguéis ou mesmo imobiliárias nas quais haja tais informações sistematizadas. Dessa forma, a única informação disponível foi a levantada pela Norte Energia na área da Lagoa por ocasião das negociações com o Ibama. (IBAMA,2021)

A disposição da empresa em retirar apenas parte das famílias moradoras do local gerou muita preocupação entre os próprios atingidos e para o órgão licenciador, inclusive pelo potencial de geração de conflitos na comunidade. De todo modo, embora o cadastro apontasse a existência de 968 famílias no local, nem todas seriam de fato elegíveis à remoção, uma vez que parte dessas eram famílias do entorno cujas casas poderiam receber o sistema de saneamento por gravidade, de acordo com a própria posição do Ibama. Chegou-se, então, nesse período a um número de 578 famílias, que incluía quase todas das palafitas e algumas no entorno elegíveis à remoção pela Norte Energia.

*e) Degradação da situação das famílias e nova ocupação no Ibama*

Enquanto as negociações avançavam muito lentamente, a chegada de mais um inverno amazônico contribuiu para agravar a situação das famílias. Agora, com mais um elemento: como tinham expectativa de serem removidas, muitas deixaram de fazer qualquer melhoria nas casas. As condições das moradias, já precárias, foram se agravando aceleradamente. Nesse período, coordenadores do MAB no local fizeram um levantamento e identificaram 62 casas com risco de desabamento. O Movimento acionou o MPF, que deu cinco dias úteis para que a Norte Energia retirasse essas famílias (MPF, 2018).

Com a degradação da situação de moradia e a negativa da Norte Energia em apresentar o cronograma das remoções, os atingidos fizeram nova mobilização no Ibama no dia 21 de junho de 2018. A chefia do órgão nesse período estava sob Roberto Abreu, que não se propôs a dialogar com os manifestantes.

Não tendo sucesso nesta ação, os atingidos retomaram fôlego e voltaram ao órgão no dia 9 de julho. Decidiram permanecer no local por tempo indeterminado, até obter resposta quanto à remoção das famílias da Lagoa.

Entre os manifestantes, 23 famílias cujas casas estavam em risco severo de desabamento mudaram-se em caráter permanente para o local, levando alguns móveis, roupas e utensílios domésticos, contando com o auxílio de vizinhos no transporte.

Uma dessas casas era a de Ana Cleia. Na entrevista feita no dia 4 de janeiro de 2021, ela contou que tinha uma vizinha cuja casa era feita sobre um material de câmara fria, tipo isopor, e presa a esteios. Por isso, a casa “subia” junto com os alagamentos. Com a forte enchente, o esteio rompeu e a casa da vizinha foi para cima da dela. Ocorreu um efeito dominó em que sua casa foi para cima da de outro vizinho e a dele, por sua vez, para cima da casa de uma irmã de Ana Cleia.



Figura 17 - Casas caindo no interior da Lagoa do Independente I (maio e junho de 2018)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Além dessas famílias, outros moradores se revezavam permanentemente no acampamento. O escritório do Ibama tem uma área externa ampla e sombreada à beira do rio Xingu, o que possibilitava também acesso à água e favorecia a permanência do acampamento. Durante o dia, quando a ação ganhava visibilidade na mídia local, era dever de mais pessoas se somarem à ocupação. Principalmente durante a noite, homens encarregados da equipe de “segurança” faziam escala para vigiar o portão da unidade. Todos os dias, uma equipe buscava doações no comércio local para a cozinha comunitária. Muitas atividades ocorreram no local: reuniões das mulheres, cultos evangélicos, ciranda<sup>28</sup> para as crianças, jogos de dominó e até mesmo uma oficina de pintura de pano de prato ministrada pela assistência social do município. Como das outras vezes, a ocupação circunscreveu-se ao pátio externo do órgão. Coordenadores da comunidade orgulhavam-se de dizer que, durante qualquer ação do

<sup>28</sup> Nome dado aos espaços de educação infantil conduzidos durante atividades de movimentos populares, como o MAB.

Movimento ali, o ambiente se mantinha limpo e organizado e não sumia “um prego sequer” do local.



Figura 18 - Duas cenas da ocupação do Ibama: cozinha coletiva e jogo de dominó, uma das formas mais comuns de entretenimento, principalmente entre os homens, nessas atividades (julho de 2018)

Fonte: Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

O acampamento passava de 20 dias sem que as negociações avançassem a contento. Nesse momento, não bastava mais sinalizar que haveria uma nova reunião. Era urgente resolver a situação das famílias que já não tinham como voltar para a Lagoa.

No dia 30, um grupo do acampamento resolveu buscar uma nova tática e fazer um bloqueio da rodovia Transamazônica, na altura do km 27, próximo ao acesso à hidrelétrica. Esse bloqueio durou até o dia seguinte. Lideranças foram notificadas com uma nova ação judicial contra o Movimento dos Atingidos por Barragens.

No dia 31 de julho de 2018, finalmente chegou-se a um acordo. A Norte Energia comprometeu-se a realocar as 23 famílias que estavam morando de forma permanente no Ibama para um aluguel social por dois meses. Os atingidos desocuparam o Ibama e a rodovia (MAB, 2018a).

*f) Termo de compromisso: a solução por meio da articulação política*

Mesmo com essa medida emergencial humanitária, a empresa demoraria ainda alguns meses para iniciar de fato a remoção definitiva das famílias da lagoa. Lembra-se que a Norte Energia não tinha a *obrigação*, mas somente a *recomendação* de retirar as famílias, inclusive recorrendo judicialmente. A solução deveria passar, portanto, por articulação política. Entra em cena um ator central para o desfecho da situação: a prefeitura municipal de Altamira.

A corresponsabilidade da prefeitura de Altamira na situação da Lagoa já apareceu em diversos documentos e estudos. No entanto, predominou, durante esse período um *jogo de empurra-empurra* entre o ente municipal e a Norte Energia:

É importante ressaltar que acontece um conflito de interesses entre o empreendedor e o poder público municipal na área da Lagoa, um delegando ao outro os honorários necessários para a reestruturação socioambiental do local, o que gera um entrave de ações e impulsiona o afluxo populacional. (MEDEIROS e HERRERA, 2020, p. 174)

Nessa época, a Norte Energia desejava passar para a administração municipal algumas obras que havia feito na cidade como condicionantes. Segundo Suely Araújo relatou, a prefeitura hesitava em receber as obras, cuja manutenção tinha um custo grande para a empresa. Afirmou Suely Araújo:

A partir dessa articulação política com a Casa Civil da Presidência da República, a prefeitura e a Norte Energia, foi feito um pacto com uma lista de obras da Norte Energia que a prefeitura acataria. Ocorreram muitas reuniões mesmo, mas foi feito um acordo formal com todo mundo. Então, a prefeitura aceitou essas obras cuja manutenção estava sendo muito custosa para a Norte Energia e em troca a Norte Energia se comprometeu a tirar a população de lá. Então foi esse o processo, foi uma grande pactuação política. (Suely Araújo, entrevista feita em 27 de outubro de 2020)

Assim, a saída foi a assinatura de um termo de compromisso em que a remoção das famílias da lagoa estava condicionada ao recebimento, pela prefeitura municipal, de uma série de obras públicas (no jargão empresarial, “ativos”) realizadas pela empresa como condicionantes<sup>29</sup>. Nos termos do documento, a empresa distorcia o parecer do Ibama, colocando mais peso sobre a responsabilização da prefeitura e menos sobre si mesma:

Muito embora o supra referido Parecer Técnico da lavra do Ibama não tenha apontado – tampouco concluído – pela responsabilidade exclusiva da Norte Energia na ocupação irregular do Jardim Independente I e no agravamento das condições de habitualidade [sic] da população local, esta, propõe-se a recompor e propiciar às famílias ali residentes uma condição digna de habitação, nos termos deste TERMO (NESA, 2018c)

Com essa tática, a Norte Energia colocava-se como benfeitora e não como empresa que reconhece um impacto e se obriga a mitigá-lo. Atendia assim a seu objetivo de livrar-se das obras cuja manutenção estava sendo dispendiosa.

No termo, foi listada uma série de obras que cabiam à Norte Energia executar no âmbito do licenciamento, incluindo a construção de pontes, obras e manutenção nos RUCs e, o que mais preocupava a gestão municipal, a entrega do polêmico sistema de saneamento. A prefeitura, na costura do acordo, conseguiu incluir alguns itens que não constavam originalmente nas condicionantes, como manutenção da iluminação pública, com troca de lâmpadas incandescentes por LED. Anexo ao termo, veio o plano de realocação das famílias

---

<sup>29</sup> Entre as condicionantes estavam as obras de “requalificação urbana” citadas no capítulo 2.

do Independente I. O documento explicitava também que a empresa não faria a atualização do cadastro das famílias.

As tentativas de acordo se arrastaram por meses e a prefeitura era vista como o ator que impunha dificuldade, portanto, à remoção das famílias. Por conta disso, os atingidos começam a fazer mobilizações frequentes na prefeitura de Altamira, como por exemplo, no dia 10 de outubro, quando ameaçaram não desocupar o prédio após o prefeito Domingos Juvenil sair no meio de uma reunião com a comunidade no salão principal. Uma semana depois, no dia 17 de outubro de 2018, finalmente houve a assinatura do termo de compromisso, no mesmo local, sob pressão e testemunha de centenas de moradores da Lagoa que lotavam o auditório (MAB, 2018b).



Figura 19 - Mobilização na prefeitura de Altamira e assinatura do termo de compromisso pelo prefeito Domingos Juvenil (MDB) e superintendentes da Norte Energia (10 e 17 de outubro de 2018)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

A assinatura do documento foi uma vitória para os atingidos e ao mesmo tempo para a Norte Energia, que conseguiria livrar-se das obras urbanas. A empresa, no entanto, nunca abandonou a narrativa de que sua ação decorria de simples vontade de ajudar, como pode se ver, por exemplo, neste trecho do 24º Relatório de Monitoramento Socioambiental da UHE Belo Monte endereçado ao BNDES:

Após entendimentos com a Prefeitura Municipal de Altamira, a Norte Energia apoiou a relocação das famílias residentes em palafitas nas áreas alagadas do Jardim Independente I. Mesmo com estudos conclusivos apontando que o acúmulo de água nesta área não tem qualquer relação de causalidade com o reservatório de Belo Monte, descaracterizando a responsabilidade da Norte Energia na relocação dessas famílias, o apoio propiciado pela NE é muito importante para essa população que estava vivendo em área insalubre e está tendo uma oportunidade de melhorar seu modo de vida, favorecendo, principalmente, as crianças (NESA, 2018b)



A insistência da empresa em evocar a necessidade de “relação de causalidade” com a formação do reservatório é uma evidência de sua filiação à lógica formal relacionada à concepção hegemônica do espaço e serve ao objetivo de restringir suas responsabilidades.

O início das tratativas para a retirada das famílias começou, de fato, em 28 de novembro. Na noite seguinte, um alagamento como poucas vezes vista tomou conta da Lagoa. Cerca de 10 famílias foram retiradas às pressas pelos próprios moradores e se abrigaram na sede da Ambaji, do outro lado da rua. Pressionada, a Norte Energia retirou 48 famílias de forma emergencial para um condomínio alugado na rua Madre Teresa de Calcutá, no bairro Independente II, até que fossem feitas as negociações de forma definitiva. Nos primeiros três dias a empresa fez a negociação com 45 famílias (MAB, 2018c).



Figura 20 - Demolição de casas na Lagoa do Independente I (16 de maio de 2019)  
Fonte: Estronioli/Arquivo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Em 31 de julho de 2019, aconteceu uma audiência pública na Ambaji que reuniu Norte Energia, DPU, MPF, prefeitura municipal. A Norte Energia anunciou oficialmente o final dos trabalhos de retirada dos moradores das palafitas. Ao final do processo, em 2021, a empresa informou ter dado tratamento a 493 famílias residentes em palafitas. O quadro a seguir resume os casos apresentados pela empresa:

QUADRO 5 - TRATAMENTO DADO PELA NORTE ENERGIA ÀS  
FAMÍLIAS DAS PALAFITAS DA LAGOA DO INDEPENDENTE I

| <i>Situação</i>                                                                                                                                                              | <i>Número de famílias</i> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Negociações concluídas (palafitas)                                                                                                                                           | 476                       |
| Recusa (as famílias não aceitaram os valores ofertados)                                                                                                                      | 4                         |
| Arquivados (1 presidiário, 4 proprietários que já receberam tratamento compensatório, 4 não localizados, que desocuparam a área antes do início da negociação e 2 falecidos) | 11                        |
| Falecidos (em análise para concessão do benefício)                                                                                                                           | 2                         |
| <b>TOTAL</b>                                                                                                                                                                 | <b>493</b>                |

Fonte: Dados da Norte Energia fornecidos em correspondência ao Ibama (IBAMA, 2021)

Ainda restavam as famílias do entorno, cujo critério era que as casas não fossem passíveis de ligação à rede de esgoto por gravidade. Desse público, a Norte Energia retirou posteriormente 102 famílias (82 imóveis) e deu o processo por encerrado. Ou seja, no total, receberam algum tipo de tratamento **595 famílias** na área da Lagoa do Independente I e entorno.



Figura 21 - Imagens da Lagoa após retirada das famílias e demolição das casas, com uma edificação nova (15 a 17 de outubro de 2019)

Fonte: Licenciamento IBAMA

Observa-se que restaram 373 famílias que foram cadastradas e para as quais não foi ofertado nenhum tipo de tratamento. Parte desses moradores, que em sua maioria vivem no entorno da Lagoa, ainda estão lutando pelo direito à indenização ou reassentamento.

A situação das famílias remanescentes também se degradou, com algumas casas apresentando alagamento, retorno do sistema de esgoto (nas casas em que foi instalado) e rachaduras nas paredes, além da insegurança e proliferação de animais peçonhentos devido à remoção das casas de seus vizinhos (DPU, 2021).

Uma das famílias que ainda luta pelo reconhecimento é a de Antônia e Fernando, citados no início deste capítulo. Eles tiveram que deixar sua casa na rua Salustiano de Almeida devido às rachaduras, problema com o esgoto e insegurança. Na data de conclusão deste trabalho, viviam no bairro Parque Ipê, na periferia de Altamira.

*g) E agora?*

O impedimento legal à candidatura de Lula à presidência em 2018, como resultado da Operação Lava Jato, abriu caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, coroando o processo de degradação do ambiente democrático que iniciou com o impeachment que tirou do cargo Dilma Rousseff e aprofundando ainda mais a crise política e social. Se a retirada de direitos e ofensiva de austeridade já haviam iniciado antes mesmo do golpe, o processo agora ganha fôlego e se acelera.

Com relação aos atingidos por barragens, o contexto é difícil para qualquer avanço, em especial diante do ataque às instituições ambientais, uma vez que seus direitos, na ausência de política pública específica, se dão, sobretudo, no âmbito do licenciamento ambiental.

Quanto às famílias remanescentes no entorno da Lagoa, há um parecer do Ibama que recomenda a remoção de 79 imóveis por inviabilidade de ligação ao sistema de saneamento, conforme laudo técnico da própria Norte Energia. Há, ainda, um estudo feito pela prefeitura de Altamira que aponta a necessidade de remover outros 56 imóveis além desses, também por inviabilidade de ligação ao sistema de saneamento (PMA, 2021). No entanto, um certo imobilismo institucional e as dificuldades de mobilização popular no contexto da pandemia de Covid-19 dificultam qualquer passo adiante com relação a esses problemas.

O desmonte da legislação ambiental, representado pelo Projeto de Lei 3729/2004, neste momento em tramitação no Congresso, também promete dificultar ainda mais a

conquista de direitos. Embora não deva ter efeitos retroativos sobre Belo Monte, essa legislação favorece a tese do nexo de causalidade para imputação de responsabilidade por danos socioambientais, em detrimento do entendimento dos impactos de forma mais abrangente (risco integral). Essa visão, embora com muitas limitações e contradições ainda tinha espaço com relação a Belo Monte e, em um momento de maior abertura política, propiciava um ambiente mais favorável para conquistas de direitos.

A própria noção de “condicionantes” ou a existência dos chamados “projetos de reparação” (voltados à cultura, lazer e esporte, por exemplo), com todas as limitações que houve em sua execução, mostram que a concepção espacial areal não se impôs de modo exclusivo em Belo Monte. Mesmo que em menor medida, havia elementos de uma concepção mais abrangente de espaço na concepção do projeto, devido à conjuntura de muitas negociações e tensões em que ele foi implantado. A tese do nexo causal na reforma do licenciamento constitui-se assim em um reforço à concepção espacial hegemônica e um retrocesso nos direitos dos atingidos.

Em que pese o cenário desfavorável, e justamente por isso, reveste-se de significância registrar, com todas as suas contradições, a luta empreendida pelas famílias da Independente I pelo reconhecimento como atingidas por Belo Monte. Em sua luta por direitos, contribuem para questionar a concepção espacial hegemônica que favorece a acumulação de capital e para lançar olhares sobre as contradições do espaço social.

## **CONCLUSÃO**

---

“Não adianta inventar outros caminhos,  
porque jamais vão conseguir nos convencer.  
Capitalismo nunca foi de quem trabalha,  
nosso direito só a luta faz valer”  
(Zé Pinto. Só a Luta faz Valer)

**A** história dos atingidos por barragens no Brasil, que neste ano completa 30 anos de movimento nacional, mostra que os direitos foram conquistados e ampliados através de um processo de organização e lutas. Essas conquistas possibilitaram a constante redefinição do próprio conceito de atingido, em um movimento sempre contraditório e em disputa com as forças do capital materializadas na indústria de hidroeletricidade e no aparato estatal.

O capital exige, para seu desenvolvimento, uma crescente exploração, cuja dinâmica se evidencia pelo aumento da mais-valia relativa. Na periferia do capitalismo, no entanto, o processo de acumulação passa necessariamente pela superexploração dos trabalhadores. E na *fronteira*, recorre a expedientes de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), de forma permanente, não apenas nos momentos de crise do capital.

No Brasil, desde os primórdios do processo de industrialização, optou-se pela construção de barragens para atender às demandas de fornecimento de eletricidade, próprias do desenvolvimento das forças produtivas, sob as contradições do capitalismo dependente. Se a composição da matriz de geração nunca se alterou significativamente, o sentido da produção de eletricidade mudou de acordo com o momento histórico, ora priorizando o fornecimento para uma cadeia industrial, ora favorecendo o capital financeiro diretamente envolvido no mercado da energia.

A inserção da Amazônia no circuito da construção de barragens se dá em um momento específico de expansão dessa indústria e de redesenho do papel da região na acumulação do capital. O momento de hegemonia do capital monopolista determina um novo sentido para a urbanização na região, que se desenvolve em surtos, vinculada à implantação de projetos de grande escala.

Esse período determina uma reestruturação para a cidade de Altamira. Com a abertura da Transamazônica, ocorre a explosão populacional e tem início o processo de favelização das áreas alagadiças, em um movimento embrionário de segregação socioespacial. Os rios não são mais o veio de circulação principal da economia local, ao modo “antigo” e “tradicional”. Suas margens alagadiças são o habitar que resta para os pobres, em especial aqueles foram expulsos do campo e da floresta pelo processo de apropriação desses territórios por frações da classe dominante.

Após décadas adormecido, o projeto de barramento do rio Xingu foi retomado com prioridade pelos governos neodesenvolvimentistas, inserido em um processo mais amplo de aliança de classes preñe de contradições e com impactos profundos na vida social, econômica e política de toda uma região e até mesmo com repercussões nacionais que só ficaram claras anos depois, com mostrou o processo de corrosão do ambiente democrático do impeachment de Dilma Rousseff até a eleição de Jair Bolsonaro.

No espaço urbano de Altamira, a hidrelétrica causa transformações profundas e violentas, porém muitas delas previsíveis. A óbvia incidência da hidrelétrica sobre o preço do solo urbano não é matéria de nenhum tipo de compensação. Pelo contrário, é incentivada nos primeiros anos da hidrelétrica, em consonância com a visão de que a cidade é cada vez mais uma mercadoria e a precariedade na moradia dos mais pobres é mera externalidade. As transformações planejadas, mas intencionalmente aceleradas no espaço urbano produzem o “caos espacial” (LEFEBVRE, 1974), do qual um dos aspectos é a explosão de ocupações irregulares, inclusive em áreas alagadiças. Esse período é marcado por inúmeras lutas espontâneas e organizadas.

A intensificação da ocupação da Lagoa do Jardim Independente I se dá nesse contexto. Essas famílias, vivendo em situação de precariedade, não são reconhecidas como atingidas por Belo Monte, não são consideradas *alagadas* pela barragem. Por não se enquadrarem no conceito areal de atingido definido pela empresa no licenciamento, essas famílias não têm seus direitos reconhecidos.

A Norte Energia refugia-se na lógica formal e joga no campo da técnica, onde domina todos os instrumentos para eximir-se da responsabilidade sobre aqueles moradores. O conceito de atingido adotado por ela segue a concepção reinante no setor elétrico e tem por base uma concepção areal do espaço, desconsiderando as dinâmicas sociais e econômicas nas quais a interferência da hidrelétrica é comprovada.

Essa concepção, fundamentada na noção de espaço absoluto, se apresenta como exata e neutra, mas está carregada de ideologia, porque serve à acumulação do capital no espaço e pela produção do espaço. Ela invisibiliza as relações sociais e a dimensão temporal e histórica.

Para reivindicar o que consideram seus direitos, os atingidos usam a tática da pressão popular, consagrada na história dos movimentos sociais brasileiros que emergem na abertura democrática da década de 1980, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que contribui com sua organização. Aos poucos, e contando com apoio de alguns integrantes do poder público, vão conseguindo deslocar o terreno de embate para o campo da articulação política. Neste outro lugar, o conceito de atingido aparece despido de seu verniz técnico e deixa entrever possibilidades de transformação e de questionamento à concepção espacial hegemônica.

A organização e a luta foram fatores decisivos para a efetivação desse direito que não estava previsto pela empresa. Nas palavras de um atuante procurador federal que acompanhou o caso durante um período,

Nesse cenário, é possível concluir que a efetivação do direito à moradia adequada tem sido marcada por contínuos enfrentamentos e resistências. Os avanços obtidos nessa área, como em tantas outras, foram resultado de lutas coletivas empreendidas pelos indivíduos diretamente impactados. (MACHADO, 2020).

O mesmo sentimento é compartilhado pelos atingidos, como afirma Cristiane Reis, ex-moradora da Lagoa e atual moradora do RUC Laranjeiras, entrevistada em 25 de maio de 2021:

Eles [Norte Energia] sempre negavam que lá impactava e como eles têm muitos advogados e tudo mais, e a gente como povo pequeno lá... aí quando entrou o MAB que teve mais força, aí que a gente foi criando mais expectativa de ganhar, como lá no Independente II que ninguém acreditava que ia ser indenizado, mas só foi indenizado porque lutou. Porque se a gente não tivesse lutado, até hoje a gente estava lá. (Cristiane Reis, 29 anos)

Fica explícito nesse relato que, na disputa política, não basta ter razão, mas é preciso ter força. Embora a empresa nunca reconhecesse oficialmente sua responsabilidade sobre a situação daquelas famílias, na prática, acabou providenciando a remoção e o reassentamento da maior parte dos moradores da Lagoa. Belo Monte não é considerada causa única da



ocupação da Lagoa, mas passa a compreendida como elemento fundamental das transformações socioespaciais ocorridas em Altamira naquele período e, por isso, a concessionária pôde ser responsabilizada.

Pelo processo de ocupação da Lagoa, a prefeitura municipal também foi apontada como responsável, mas ficou com uma fatia menor do ônus. Esse arranjo negociado, além de reconhecer diferentes graus de responsabilidade, revela haver diferentes capacidades de resolução da problemática. De maneira contraditória, evidencia a fragilidade do poder público para enfrentar um problema urbano estrutural: o problema da moradia precária dos mais pobres.

O caso das famílias da Lagoa do Independente I contribuiu para abrir um questionamento sobre o conceito de atingido conforme vinha sendo adotado por Belo Monte e validado historicamente pelo setor elétrico. Esse caso também mostra que historicamente esse conceito vem mudando principalmente conforme as lutas empreendidas pelos atingidos.

Subjacente ao de atingido existem concepções espaciais distintas. A concepção do setor elétrico possui como característica o privilegiamento do aspecto absoluto do espaço. A mobilização dos atingidos, com o envolvimento de mais atores nessa problemática, vai contribuindo para revelar outro aspecto do espaço: o de ser relacional, portador e constituído por relações sociais. Da compreensão de que o espaço absoluto é um momento do espaço, mas não sua totalidade, podem emergir novas concepções espaciais. Essas, no entanto, só nascem na prática humana, como lembra Harvey (1980):

O problema da correta conceituação do espaço é resolvido através da prática humana em relação a ele. Em outras palavras, não há respostas filosóficas para as questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço - as respostas estão na prática humana. (HARVEY, 1980, p. 5)

Ressalta-se ainda que, com relação a Belo Monte, a concepção areal do espaço no tratamento dos atingidos não existiu de forma exclusiva, embora fosse predominante, principalmente no que diz respeito ao deslocamento da população. Por sua história de lutas e resistência à obra e com o complexo arranjo político formado para a instalação da hidrelétrica, acabam aparecendo concepções mais abrangentes de espaço de maneira incipiente em elementos que a envolvem, como a própria noção de condicionantes e projetos de reparação, mas sobretudo nas conquistas das lutas dos atingidos e demais atores sociais.

A concepção de espaço mobilizada pelas empresas do setor elétrico com relação ao conceito de atingido não é formulação exclusiva do setor elétrico, mas hegemônica no capitalismo e atende à necessidade de acumulação do capital. Por isso, pode ser mobilizada

para discussão de outros grandes objetos técnicos que envolvem expedientes de acumulação por espoliação e desencadeiam transformações socioespaciais nas regiões em que se instalam.

Por fim, pode-se questionar qual seria concepção espacial adequada à visão dos atingidos por barragens para plena garantia de seus direitos. Neste trabalho, afirma-se que ela se aproxima das noções de espaço relacional e humano. Ligada à prática social, está em constante desenvolvimento, sujeita a avanços e retrocessos. Formulá-la é uma tarefa do tempo presente, que só pode ser realizada na luta dos insurgentes, os que desejam tornar o espaço *comum*, “o espaço de toda gente e não a serviço do capital e de alguns” (SANTOS, 2004, p. 267).

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. *In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: EDUFPA, 2006.

ANA (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS). Parecer Técnico Conjunto nº1/2016/COREG/SGH. 2016.

ANDREU, Vicente. Uma dupla perfeita. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/blog/uma-dupla-perfeita>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

AROEIRA, André. Belo Monte forjou o massacre de Altamira. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/06/belo-monte-forjou-massacre-altamira>>

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BECKER, Bertha. **As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. [s.l.]: Secretaria Nacional de Habitação, Ministério das Cidades, 2010.

BRUM, Eliane. A Veneza de Belo Monte. El País, Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/14/politica/1526322899\\_121198.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/14/politica/1526322899_121198.html)>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil, de Lula a Bolsonaro**. Arquipélago Editorial, 2019.

CARLOS, Ana Fani A.; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In: Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara; NASCIMENTO, Sabrina; *et al.* Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. **Papers do NAEA**, 2014.

CDDPH - CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – COMISSÃO ESPECIAL “ATINGIDOS POR BARRAGENS”. **Violação de Direitos Humanos das Populações Atingidas por Barragens**. 2010.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **Em alta tensão: atores e conflitos no contexto da renovação das concessões do setor elétrico brasileiro através da MP 579/2012**. Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2019.

CNDH (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS). **Relatório sobre os direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da mineradora Belo Sun**. 2017.

COIMBRA, Leila; MEDINA, Humberto; FERNANDES, Sofia. Consórcio “azarão” vence leilão de Belo Monte. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2104201002.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil. 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/13-olugardaamazonianodesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

CORNÉLIO, Genilson Santana. A construção da UHE Belo Monte e a expansão urbana no município de Altamira-PA entre 2006 e 2015. *In: Geografia, territórios e Impactos: Olhares da Iniciação Científica Paraense sobre os Grandes Empreendimentos*. Belém: GAPTA/UFPA, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Revista Nera**, n. 15, p. 4–65, 2009.

COSTA, Ana Luiza Martins. **Uma retirada insólita: rio São Francisco, barragem de Sobradinho**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

COSTA, Éricko Fabrício Nery da. **Periferização, dispersão e fragmentação urbana em cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira, Pará**. Dissertação (Mestrado)-, Universidade da Amazônia, Belém (PA), 2013.

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: Itatiaia, 1977.

CUNHA, Cândido. Madeireiros e Cia. protestam contra “Arco de fogo” em Altamira. Disponível em: <<http://candidoneto.blogspot.com/2008/06/madeireiros-e-cia-protestam-contr-arco.html>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CUT (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES); CRAB (COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS). **Terra sim, barragens não**. 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. 1989.

DPU - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Memória da Audiência Pública para levantamento de informações acerca dos imóveis localizados no entorno da lagoa do bairro Jardim Independente I. 2021.

ELETROSUL. Diretrizes e critérios para planos e projetos de reassentamentos rurais para populações atingidas pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho. 1987b.

ELETROSUL. Documento de acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - Eletrosul e Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB, em relação às usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho. 1987a.

ESTRONIOLI, Elisa. Casas ficam permanentemente alagadas após construção de Belo Monte. **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/19/casas-ficam-permanentemente-alagadas-em-altamira-pa-apos-construcao-de-belo-monte>>.

FEARNSIDE, Philip Martin; LAURANCE, William F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**, v. 31, n. 182, 2002.

FERNANDES, Antonio Claret. **Chegou o Inv(f)erno**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). **Indicadores de Belo Monte: Um diálogo entre condicionantes do licenciamento ambiental e o desenvolvimento local**. [s.l.: s.n.], 2016.

FRANK, André Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, 1966. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/o-desenvolvimento-do-subdesenvolvimento/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

FVPP (FUNDAÇÃO VIVER, PRODUZIR E PRESERVAR). **A voz dos atingidos por Belo Monte: desafios e direitos**. 2017.

G1 PA. Fim das obras de Belo Monte ressalta desemprego no sudoeste do Pará. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/06/fim-das-obras-de-belo-monte-revela-cenario-de-desemprego-na-regiao.html>>.

GALA, Paulo. Um resumo do Plano Real: inflação baixa, dívida interna e externa altas. Disponível em: <<https://www.paulogala.com.br/um-resumo-do-plano-real-inflacao-baixa-divida-interna-e-externa-alta/>>.

GERD KOHLHEPP. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, n. 16 (45), p. 37–61, 2002.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: Editora da ULBRA, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas 'Fontes' e o Controle dos Excedentes**. São Paulo, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, v. 40, n. 1, p. 95–126, 2004.

HERRERA, José Antônio; MIRANDA NETO, José Queiróz de; RODOLFO PRAGANA MOREIRA. Transformações do território em área de fronteira de acumulação: interpretações a partir de evidências no microterritório de Altamira. **Anais do 2º Seminário Internacional sobre Microterritorialidades na Cidade. Presidente Prudente (SP)**, 2012.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Despacho 02001.025408/2015-02. 2015.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Parecer Técnico 02543.0000002/2016-62. 2016b.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Parecer Técnico nº 02001.003501/2016-18 COHID. 2016a.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Parecer Técnico nº14/2018-COHID/CGTEF/DILIC. 2018.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Parecer Técnico nº23/2018-COHID/CGTEF/DILIC. 2018b.

IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE). Parecer Técnico nº100/2021-COHID/CGTEF/DILIC. 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. **Papers: revista de sociologia**, n. 3, p. 219-229, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialéctica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 24, p. 109–123, 2008.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Após 23 dias, atingidos por Belo Monte desocupam Ibama. Disponível em: <<https://mab.org.br/2018/07/31/ap-s-23-dias-atingidos-por-belo-monte-desocupam-ibama/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Após mobilização, atingidos se reúnem com governo federal. Disponível em: <<https://mab.org.br/2017/01/26/ap-s-mobiliza-atingidos-por-belo-monte-se-re-nem-com-governo-federal/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). **As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos**. São Paulo: [s.n.], 2013a.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Atingidos por Belo Monte desocupam Ibama com pauta atendida. Disponível em: <<https://mab.org.br/2017/01/20/atingidos-por-belo-monte-desocupam-ibama-com-pauta-atendida/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Atingidos por Belo Monte ocupam sede do Ibama em Altamira. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/09/26/atingidos-por-belo-monte-ocupam-sede-do-ibama-em-altamira/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Atingidos por Belo Monte protestam na prefeitura de Altamira. Disponível em: <<https://mab.org.br/2018/10/10/atingidos-por-belo-monte-protestam-na-prefeitura-altamira/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Atingidos por Belo Monte protestam na sede do Ibama em Altamira. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/07/20/atingidos-por-belo-monte-protestam-na-sede-do-ibama-em-altamira/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Cartilha de textos da primeira etapa de formação de militantes. 2017.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Conquista: Norte Energia vai cadastrar atingidos por Belo Monte do Independente 1. Disponível em: <<https://mab.org.br/2017/08/29/conquista-norte-energia-vai-cadastrar-atingidos-por-belo-monte-do-independente-1/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Em Altamira, atingidos por Belo Monte se reúnem com presidenta do Ibama. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/08/25/em-altamira-atingidos-por-belo-monte-se-re-nem-com-presidenta-do-ibama/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Fundação do Movimento de Afectados por Represas - MAR. Disponível em: <<https://mab.org.br/timeline/fundacao-do-mar-movimiento-de-afectados-por-represas/>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Ibama reafirma obrigação da Norte Energia cadastrar atingidos por Belo Monte. Disponível em: <<https://mab.org.br/2017/01/25/ibama-reafirma-obriga-da-norte-energia-cadastrar-atingidos-por-belo-monte/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Inauguração de Belo Monte é marcada por protesto contra o golpe. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/05/05/inaugura-belo-monte-marcada-por-protesto-contr-a-golpe/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Inundação deixa atingidos por Belo Monte desabrigados. Disponível em: <<https://mab.org.br/2018/11/30/inunda-deixa-atingidos-por-belo-monte-desabrigados/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Norte Energia tem cinco dias para remover famílias em situação de risco. Disponível em: <<https://mab.org.br/2018/04/24/norte-energia-tem-cinco-dias-para-retirar-fam-lias-em-situa-risco-no-independente-1-determin/>>.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). **Política nacional de direitos das populações atingidas por barragens**. São Paulo: [s.n.], 2013b.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Presença chinesa no setor elétrico brasileiro. 2020a.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Sobre a burguesia da energia elétrica. 2020b.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). “Somos atingidos por Belo Monte e queremos ser reconhecidos”. Disponível em: <<https://mab.org.br/2016/03/15/somos-atingidos-por-belo-monte-e-queremos-ser-reconhecidos/>>.

MACHADO, Sadi Flores. Impactos de Belo Monte sobre o direito à moradia adequada e à saúde: Análise à luz da atuação do Ministério Público Federal sobre a “área da lagoa” em Altamira/PA. **Jota**, 2020. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/mpf-direito-moradia-saude-13112020>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FRANCESCO, Ana A. de et. al. História de ocupação do beiradão no Médio Xingu. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa Coordenadora; CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **A Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC**. [s.l.: s.n.], 2017.

MAGGI, Leonardo Bauer. Itaipu e a formação do território do capital. **NERA**, n. 27, 2015.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. 2020. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2020/11/20/a-crise-do-desenvolvimentismo/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.



MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe.).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MEDEIROS, Cláudia; HERRERA, José Antônio. A Usina Hidrelétrica Belo Monte e o direito à cidade na Amazônia: O caso da Lagoa do Independente I em Altamira, Pará (Brasil). **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 19, p. 158–185, 2020.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Mobilidade do trabalho e reestruturação urbana em cidades médias: UHE Belo Monte e as transformações na cidade de Altamira-PA. **III Simpósio Internacional Cidades Médias–III CIMDEPE (apresentação oral)**, 2015.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 2016.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 13, 2014.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; ALVAREZ, Wellington de Pinho. Relatório técnico sobre a ocorrência de alagamentos no Bairro Independente I - Área da Lagoa. 2017.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antônio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **IN: Confins**, n. 28, 2016.

MME/EPE - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Plano Decenal de Expansão de Energia 2030. 2021.

MORAIS, Fernando; GONTIJO, Ricardo; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

MOVIMENTO DOS DESAPROPRIADOS PELA ELETRONORTE. Arca dos moradores da área do reservatório da barragem de Tucuruí. 1983.

MPF (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL). Norte Energia tem 5 dias para realocar famílias de comunidade impactada por Belo Monte, recomenda MPF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/norte-energia-sa-tem-cinco-dias-para-retirada-de-familias-do-jardim-independente-i-determina-mpf>>.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do; CASTRO, Edna Ramos de. Estado de exceção como paradigma do desenvolvimento: uma análise sobre a hidrelétrica de Belo Monte. *In: Territórios em transformação na Amazônia*. Belém: NAEA, 2017, p. 139.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). **16º Relatório consolidado de andamento do PBA e atendimento de condicionantes (presidência)**. 2019.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). **20º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte - Outubro a dezembro de 2017**. 2018a.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). **21º Relatório de Monitoramento Socioambiental Independente do Projeto UHE Belo Monte - Janeiro a março de 2018**. 2018b.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). **Nota técnica NT\_SFB\_Nº030\_Lençol-Freático-Baixios-10-09-2015\_REV230915**. 2015.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PBA). 2011.

NESA (NORTE ENERGIA S.A.). Termo de compromisso firmado com a prefeitura de Altamira. 2018c.

NÓBREGA, Francisco Nascimento. Moradia digna: Reassentamentos urbanos coletivos e indenizações. *In: Não há condições para a Licença de Operação*. Instituto Socioambiental, 2015, p. 103–107.

NUNES, André. **Xingu: causas e crônicas**. 2014.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. *In: Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Belo Monte: violências e direitos humanos**. Belém: Supercores, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PMA (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA). Diagnóstico da Lagoa do Jardim Independente I. Julho de 2021.

RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo Económico**, p. 3–27, 1987.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A Cidade de Altamira e o complexo hidrelétrico de Belo Monte na Amazônia. **Urbanização e ambiente: experiências de pesquisa na Amazônia Oriental**, 2011.

RODRIGUES, Roberta Menezes; LIMA, José Júlio Ferreira; PONTE, Juliano Pamplona Ximenes; *et al.* Urbanização das Baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho

no meio urbano. **XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções**. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.

SEPLAN (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO). Parecer Técnico. 2015.

SEVÁ, Oswaldo. Obras na Volta Grande do Xingu - Um trauma histórico provável? *In: As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. [s.l.]: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política**. 2008.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. **Novos estudos**, n. 102, p. 39–67, 2015.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. A Geografia e Jan Bitoun. **Geografia em Atos (Online)**, v. 2, n. 12, 2012.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 135–151, 2011.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, n. 321, p. 1–22, 2013.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogeia; UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história**. 4. ed. Ponto Press Ltda., 2012.

VAINER, Carlos Bernardo. O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. 2003.

VIANNA JUNIOR, Aurélio. **Prisão em Lajeado Pepino**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2012.

WAHANFRIED, Ingo. **Análise sobre os alagamentos do Independente I**. 2016.